

LUIZA UJVARI PABST

**LIÇÕES DE SINTAXE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA
ESTRANGEIROS**

PORTO ALEGRE

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA, SEMÂNTICA E LÉXICO**

**LIÇÕES DE SINTAXE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO PARA
ESTRANGEIROS**

LUIZA UJVARI PABST

ORIENTADOR: PROF. DR. GABRIEL DE ÁVILA OTHERO

Dissertação de Mestrado em TEORIA E ANÁLISE LINGUÍSTICA,
apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre
pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família, em especial aos meus pais, pelo apoio que sempre me deram, não apenas neste trabalho, mas em toda a minha trajetória, tanto como aluna, quanto, mais recentemente, como professora.

Agradeço ao meu noivo, Guilherme, por tantos anos de amor, carinho e de apoio e incentivo a todos os meus projetos.

Aos meus amigos e colegas, da graduação e do Mestrado, especialmente àqueles que mantive desde lá, em especial à Carol e à Camilla, e àqueles que ganhei aqui, nessa caminhada, em especial à Vera, à Leoni, ao Tarcísio e à Luciana. Todos me deram forças para chegar até aqui, compartilhando angústias e sucessos de ambas as partes.

Aos meus professores, que sempre contribuíram e continuam contribuindo de forma muito expressiva para a minha formação, em especial ao meu orientador, que me indicou com precisão o melhor caminho, com muito carinho e dedicação.

Aos meus alunos, cujas instigantes perguntas sempre me motivaram a buscar melhores respostas e acabaram por me trazer ao campo da pesquisa, ao qual me dediquei com exclusividade durante dois anos.

Por fim, agradeço à oportunidade de estudos que me foi dada pela UFRGS e à CAPES, que com a bolsa concedida me oportunizou maior dedicação aos estudos e à pesquisa.

RESUMO

Este trabalho se insere no âmbito da Teoria e Análise Linguística, bem como no do Ensino de Português como Língua Adicional, área que vem crescendo constantemente no Brasil, e que necessita, cada vez mais, de estudos destinados a contribuir para essa realidade. A partir da breve – mas significativa – experiência da autora nessa área de docência, foram reunidos sete tópicos gramaticais (a saber, *a estrutura da frase, o uso do sistema verbal, as preposições, os artigos, a concordância nominal, uso e colocação dos pronomes oblíquos e o uso dos demonstrativos no português brasileiro*), sobre os quais não se encontra material tão consistente destinado àquele público, e foram propostas quatorze lições a eles relacionadas. Dessas quatorze lições, as sete primeiras são destinadas ao aprendiz de Português como Língua Adicional, considerando como principal público alunos de nível intermediário em diante; já as sete últimas são lições correspondentes às primeiras, mas destinadas ao professor da área. Nelas, o profissional encontrará fundamentação e discussão teórica a respeito dos pontos apresentados no material do aluno. Este trabalho, portanto, objetiva trazer um material relacionado à descrição sintática do português brasileiro, mas aplicado à área de ensino de Português como Língua Adicional.

Palavras-chave: gramática; sintaxe do português brasileiro; ensino de português como língua adicional.

ABSTRACT

This work is not only inserted in the Linguistic Theory and Analysis field, but also in the Portuguese as an Additional Language area, which is constantly being expanded in Brazil, and in which there is a considerable necessity of academic studies to be done. From the brief but significant experience the author of this work has in this teaching area, it has been selected seven grammatical topics to be developed: *the sentence structure, the use of the verbal system, the prepositions, the articles, the nominal agreement, the use and placement of object pronouns and the use of demonstrative pronouns in Brazilian Portuguese*. As normally the material found about these topics is not satisfactory to reach those public necessities, we proposed fourteen lessons, considering that the first seven are designed to the students, especially to the intermediate to advanced ones, and the last seven were designed to the teachers of this area. In these lessons, the teacher will find theory discussion about the issues developed in student's lessons. This work, thus, intends to bring to the interested reader a material related to syntactic description of Brazilian Portuguese, but applied to the Portuguese as an Additional Language teaching area.

Key-words: grammar; Brazilian Portuguese syntax; Portuguese as an Additional Language teaching.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CVL – construção com verbo leve;

GNT – gramática normativa tradicional;

PB – português brasileiro;

PLA – português como língua adicional;

S – sentença;

SAdj – sintagma adjetivo;

SAdv – sintagma adverbial;

SN – sintagma nominal;

SP – sintagma preposicional;

SVC / SVO – sujeito – verbo – complemento / sujeito – verbo – objeto;

VT – vogal temática;

MT – sufixo modo-temporal;

NP – sufixo número-pessoal;

Ø – morfema zero

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	13
3. PRIMEIRA PARTE – LIÇÕES DO ALUNO	14
Lição 1: A estrutura da frase em português	15
1.1 O agrupamento chamado sintagma nominal (SN)	18
1.2 O SN como sujeito ou complemento	36
1.3 Um caso especial: os verbos de ligação	37
1.4 Casos em que a estrutura da frase é desrespeitada	42
Lição 2: Uso dos tempos e modos verbais	48
2.1 PB mais monitorado	48
2.2 PB menos monitorado	49
2.3 Uso dos tempos e modos verbais	50
2.4 Construções com o verbo leve <i>dar</i> + <i>uma Xada</i> (nominalização)	68
2.5 Uma nota sobre o uso do particípio	70
2.6 O infinitivo em PB	71
2.7 Dicas de pronúncia	73
Lição 3: Uso e significado das preposições	76
3.1 Preposições lexicais	76
3.2 Preposições funcionais	84
Lição 4: Usos do artigo	85
4.1 O artigo definido	85
4.2 O artigo indefinido	91
4.3 O SN “nu”: quando não se usa nenhum artigo	92

Lição 5: Concordância nominal	94
5.1 A flexão nominal	94
5.2 Flexão nominal e concordância	95
Lição 6: Uso e colocação dos pronomes oblíquos	111
6.1 Os pronomes <i>retos</i> e os pronomes <i>oblíquos</i>	111
6.2 Pronomes pessoais no PB atual: formas e usos	111
6.3 Colocação pronominal: as diferenças	118
Lição 7: Uso dos pronomes demonstrativos	121
7.1 Utilização demonstrativa	121
7.2 Utilização anafórica e catafórica	123
4. SEGUNDA PARTE – LIÇÕES DO PROFESSOR	126
Lição 1: A estrutura da frase em português	127
1.1 O verbo como elemento central	127
1.2 Subcategorização verbal	129
1.3 Ordenamento sintático e função semântica no PB	135
1.4 Casos em que a ordem é desrespeitada	139
Lição 2: As formas verbais	149
2.1 A morfologia verbal do PB: algumas considerações	149
2.2 A formação dos tempos derivados	157
2.3 Algumas considerações sobre o particípio	165
2.4 Uma nota sobre as construções com o verbo leve (CVL) <i>dar</i> e as nominalizações em <i>-ada</i>	167
2.5 Uma nota sobre o infinitivo flexionado e não-flexionado em PB	168
Lição 3: As preposições no PB	174
3.1 O que são preposições?	174
3.2 Preposições lexicais e funcionais	177

Lição 4: Usos dos artigos no PB	181
4.1 A natureza dos artigos no PB	181
4.2 A descrição definida e a ancoragem semântica	184
4.3 SNs nus: a ausência de artigo em SNs do PB	186
Lição 5: Concordância nominal no PB.....	192
5.1 Algumas considerações sobre gênero e número	192
5.2 Considerações sobre a concordância nominal no PB	198
Lição 6: Uso e colocação dos pronomes oblíquos no PB	204
Lição 7: O uso dos pronomes demonstrativos	210
5. ÚLTIMAS PALAVRAS	216
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de um longo – e, ao mesmo tempo, breve – caminho traçado por mim na área de Português como Língua Adicional (PLA). Digo longo porque os três anos de experiência na área foram muito significativos para a construção de uma bela bagagem como professora de PLA, trabalhando especialmente com alunos estrangeiros residentes no Brasil. Por outro lado, digo que esse percurso ainda é, sem dúvida, breve, visto que há muito que aprender e explorar nos anos de trabalho que virão pela frente.

Ainda assim, essa bagagem que venho carregando ao longo desse trajeto possui não apenas a rica experiência de sala de aula, de trocas culturais, ensino e aprendizado, mas também uma série de questões que foram surgindo e ali sendo depositadas, mesmo que sem resposta. Daí a importantíssima contribuição dos meus alunos na construção deste trabalho: foram as perguntas trazidas por eles que me levaram a mais dois anos de estudo e pesquisa, que resultaram neste material.

De 2010 a 2013 trabalhei especialmente com japoneses e coreanos, oportunidade que surgiu a partir do convite da professora Maria Helena Marques Borges para ingressar na área. Trabalhei com ela inicialmente no aprimoramento do seu material didático de PLA e, a seguir, lecionando língua portuguesa para japoneses, muitos deles funcionários da Mitsubishi Corporation. Com o tempo, surgiram também alunos coreanos, muitos funcionários da empresa Hyundai. Durante esse percurso, também desenvolvi um curso preparatório para o exame Celpe-bras, no qual passei a trabalhar, mais ainda, com a produção textual desses alunos.

O Celpe-bras é um exame de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). Este exame serve como exemplo da força que o ensino de PLA vem ganhando no país. Utilizado como um dos pré-requisitos para a validação do ingresso de estudantes estrangeiros em instituições de ensino superior, bem como para validação de atuação profissional no Brasil em diversas áreas, o exame vem ganhando cada vez mais candidatos, que buscam sua certificação. Quando surgiu, em 1998, houve apenas 127 inscritos que realizaram a prova em universidades brasileiras e do Mercosul, totalizando oito postos aplicadores (conforme NAGASAWA, 2014, em preparação). Ainda segundo a autora (NAGASAWA, 2014, em preparação, p. 3),

Nos dois últimos anos de aplicação do exame, 2013 e 2014, o número de examinandos ultrapassou a casa de 9 mil inscritos, que podem realizar o exame em um dos 81 postos aplicadores credenciados atualmente, sendo 22 dentro do Brasil, e os outros 59 espalhados em 30 países diferentes dos continentes americano, europeu, africano e asiático.

Nesse exame, os candidatos são solicitados a realizar quatro tarefas: duas envolvendo a leitura de um texto cada, uma envolvendo um áudio e outra um vídeo, sendo um texto produzido a partir de cada material. Assim, foi a partir das dúvidas e dificuldades expostas em aula, ou que apareciam nos textos e em sua correção, sendo eles de preparatório para o exame, ou resultado de outras tarefas e lições, que foram surgindo as questões a serem exploradas. Por algum tempo tive o hábito de fazer cópias dos textos dos alunos e mantê-los comigo para pensar mais sobre as inadequações ali apresentadas e as dificuldades mais recorrentes entre eles.

As primeiras reflexões, acerca especialmente de *norma linguística (norma padrão, culta e popular)* em relação ao ensino de PLA, foram realizadas no meu trabalho de conclusão do curso de graduação, intitulado *Que gramática do Português Brasileiro usar no ensino de Português como Língua Adicional?* (PABST, 2012). Neste trabalho, analisei algumas gramáticas e livros didáticos em relação à norma e à adequação desta para o ensino de PLA. Minha insatisfação com os materiais didáticos da área existentes no mercado, aliada à vontade de trazer respostas às perguntas dos meus alunos, levou à decisão de dedicar a pesquisa de mestrado à confecção de um material que pudesse preencher parte das lacunas existentes nos materiais didáticos da área. Algumas das questões trazidas por esses alunos, que ilustram um pouco as motivações desse trabalho, são:

1. Por que é perfeitamente normal dizermos “vou *no* banheiro”, mas não é natural dizer “vou nos Estados Unidos nas férias”?
2. Por que dizemos “vou na casa de uma amiga”, mas não “vou na casa depois da aula” (própria casa)?
3. Qual a diferença entre “vou na casa de uma amiga” e “vou para a casa de uma amiga”?
4. Qual a diferença entre “vou sair” e “vou dar uma saída”? Por que as pessoas usam uma e outra construção?
5. Há alguma diferença entre as frases “A Maria, ela foi no supermercado” e “A Maria foi no supermercado”? Em que situações se usam essas frases?

Parti de questões como essas para organizar um material de descrição gramatical do PB que sirva aos propósitos de ensino de PLA, procurando preencher algumas das lacunas deixadas pelos demais materiais. Centrei-me na área da Sintaxe, visto que este é um campo pelo qual tenho grande interesse. Portanto, o presente trabalho se insere tanto na área de Teoria e Análise Linguística, no sentido de que se propõe a uma descrição sintática do português brasileiro, quanto na área da Linguística Aplicada, por ser esta descrição voltada ao ensino de Português como Língua Adicional.

Este trabalho, então, foi organizado em duas partes – a primeira, destinada ao aluno de PLA, e a segunda, ao professor – cada uma composta por sete capítulos (chamados aqui de *lições*), correspondentes a sete pontos gramaticais do português brasileiro. Por “lição”, aqui, entende-se um conjunto de conteúdos gramaticais relacionados, organizados de forma coesa e didática, de modo a apresentar da forma mais coerente possível um ponto gramatical desejado. Espero que a primeira parte supra as necessidades do aluno, concentrando certa sistematização prática e objetiva e, simultaneamente, sendo correspondente a uma norma *real* do português brasileiro *atual*¹. Fundamentando aquilo que foi apresentado nas lições do aluno, o leitor encontrará, na segunda parte deste trabalho, um material destinado ao professor. Esse material tem o objetivo de tecer considerações teóricas que sustentem as afirmações feitas na primeira parte e, principalmente, trazer ao professor de PLA algumas explicações que lhe sejam úteis no seu cotidiano, acrescentando-lhe conhecimento teórico para que possa lidar com aquelas questões em sala de aula. Fica a seu critério o que apresentar deste material aos seus alunos, dependendo do que for relevante para cada caso, em cada contexto.

Tenho consciência, por um lado, de que a primeira parte, ainda que destinada ao aluno, não é de todo *simples* e, portanto, não serve (e nem foi essa a minha intenção) como um curso de PLA. Este material foi feito para consulta e estudo, como uma fonte para aprofundamento dos estudos sobre o português brasileiro para o aluno interessado. Destina-se, em verdade, ao aluno de nível intermediário até ao aluno de nível avançado, cuja fluência no idioma já lhe permite ler um material desse caráter, mas cujas dúvidas ainda são grandes e pouco solucionadas pelos materiais encontrados no mercado. Este texto foi escrito, portanto, com o objetivo de alcançar um perfil de aluno com o qual trabalhei por algum tempo – os alunos que

¹ Sobre o conceito de *norma real* ou *norma culta*, bem como sobre a utilização dessa ou da norma padrão nos materiais didáticos de PLA e gramáticas do PB, ver Pabst (2012).

já estudaram e residiram no Brasil por pelo menos um semestre e que buscam aulas particulares para aprimorar seu conhecimento e melhorar sua fluência no idioma. Grande parte desse público corresponde àqueles alunos que são candidatos, normalmente pela primeira vez, ao exame Celpe-bras.

Como seria esperado, nas lições do aluno evitei ao máximo possível o uso de nomenclaturas gramaticais e explicações demasiadamente complexas, com o objetivo de simplificar, de fato, determinadas questões normalmente mais complexas. É certo que ao optar por tal estratégia, ainda restarão problemas dos dois lados: haverá leitores que ainda considerarão esses capítulos abundantes em nomenclatura e complexidades, e outros que lamentarão que certo rigor teórico tenha sido por vezes “sacrificado” em detrimento do didatismo do texto.

Na segunda parte deste trabalho, o leitor encontrará, aí sim, uma descrição dos fatos com maior rigor teórico. Isso se deve, mais uma vez, ao público a que se destina: nesse caso, aos professores de PLA. É certo também que, dada a extensão dos tópicos e de todos os assuntos que deles poderiam derivar, não foi possível abordar todas as suas nuances. Entretanto, escolheu-se aprofundar aquilo que, aos nossos olhos, pareceu mais relevante. Ao leitor-professor deixamos, ainda, no final de cada capítulo dessa segunda parte, algumas sugestões de leituras ali, sobre os tópicos abordados, para que ele possa aprofundar melhor os seus estudos e, quem sabe, contribuir com novas produções que possam preencher algumas das lacunas deixadas por este trabalho.

METODOLOGIA

Esta pesquisa partiu, como já foi dito antes, das perguntas, dúvidas e questionamentos trazidos pelos alunos de PLA durante minha prática docente. Não encontrando resposta satisfatória para a maioria dessas perguntas, nem mesmo um material didático que suprisse as necessidades do referido público, decidi reunir uma série de tópicos relacionados às perguntas coletadas durante o período de docência e selecionar alguns dos mais relevantes para pesquisar.

De uma lista de perguntas, foram selecionados os sete pontos que deram origem às sete lições. Sobre cada assunto, procedi à pesquisa bibliográfica e então à produção do material do aluno, de caráter mais didático e simplificado, e ao desenvolvimento do material do professor, de natureza mais teórica, fundamentando e aprofundando os pontos apresentados nas lições do aluno. Assim foi organizado o material que se encontra nas páginas seguintes, destinado a alunos e professores de PLA, o qual consistiu na minha pesquisa e dissertação de Mestrado.

PRIMEIRA PARTE – LIÇÕES DO ALUNO

Lição 1: A estrutura da frase em português

Na maior parte das línguas naturais, o verbo é o elemento central ou estruturante de uma frase. Ele pode determinar nenhum, um, dois ou mais espaços a serem preenchidos em seu entorno. Os elementos que preenchem esses espaços são chamados de argumentos do verbo. Vejamos os exemplos:

1. Verbos que não exigem nenhum argumento

Anoiteceu.

Nevou.

2. Verbos que exigem um argumento

Ele morreu.

Vocês saíram.

3. Verbos que exigem dois argumentos

Ela comeu maçã.

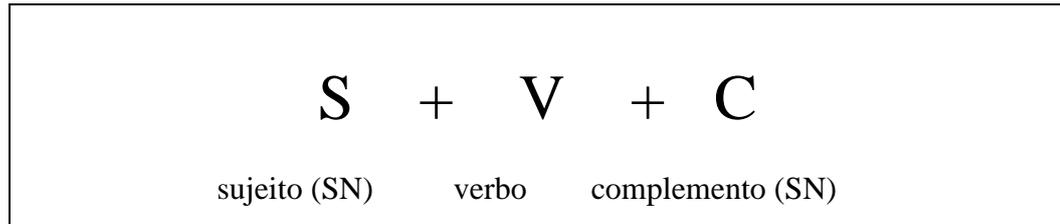
Nós gostamos de chocolate.

4. Verbos que exigem três argumentos

Você deu um presente para ela.

Maria emprestou o carro para João.

Os chamados argumentos exercem *função* de sujeito ou de complemento do verbo (funções, essas, que serão explicadas melhor mais adiante). Há, normalmente, um padrão de ordenamento que é mais comum nessa organização e que varia de língua para língua. Em português, os argumentos ocupam seus espaços na seguinte ordem: *sujeito* – *verbo* – *complemento*. Vejamos o quadro 1, que apresenta a estrutura da frase em português:



QUADRO 1 – A ESTRUTURA DA FRASE EM PORTUGUÊS

O sujeito e o complemento são constituídos essencialmente² de **palavras nominais**, formando, às vezes junto com termos acessórios, um conjunto que pode ser chamado de *sintagma nominal (SN)*. Vejamos alguns exemplos de sintagmas nominais:

5. [Menino]
6. [O menino bonito]
7. [Aquela senhora]
8. [O gato da Maria]

O conceito de palavra nominal, portanto, serve para incluir os elementos que podem constituir o **núcleo de um SN**. Vejamos o quadro 2, referente às palavras nominais:

² Veremos, mais adiante, que há outras estruturas que podem ser inseridas no SN, bem como estruturas em que um SN pode estar inserido. De qualquer forma, o SN quase sempre está presente na composição do sujeito e complemento(s) do verbo.

	Tipos	Exemplos
ESSENCIAIS 1	Substantivos	Menino, menina, homem, mulher, mesa, caneta, pão, amor, pai, mãe.
ESSENCIAIS 2	Pronomes (pessoais, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e de tratamento); Numerais	Eu, tu, você, ele, ela, nós, a gente, vocês, eles, elas, isso, isto, esse(s), este(s), essa(s), esta(s), aquele(s), aquela(s), aquilo ³ , ambos, todos, nenhum, ninguém, alguém, nada, tudo, quem, quando, onde, o que, o senhor, a senhora, etc. Um, dois, três, etc.

QUADRO 2 – AS PALAVRAS NOMINAIS

Quando usamos um substantivo como núcleo de um SN, ele pode vir acompanhado de termos acessórios, como determinantes, qualificadores, etc., como podemos ver nos exemplos 9 a 12:

9. [Os **meninos**] chegaram.
10. [A **mulher loira**] gosta de [gatos **pretos**].
11. [Os meus **pais**] moram em [**Gramado**].
12. [Aquela bela **moça**] ama [seu **namorado**].⁴

Já quando usamos o pronome, ele constitui o SN isoladamente, isto é, o pronome é a única palavra que o compõe. Vejamos os exemplos 13 a 16:

13. [**A senhora**] aceita um café?

³ Os pronomes *esse*, *este*, *aquela* e variações são *palavras nominiais* quando usados para referir-se a um elemento externo ao contexto, como em “*Aquela* é o melhor!” ou em “*Esse* aí adora chocolate”.

⁴ Veja que, nesse caso, o pronome demonstrativo “*aquela*” funciona como um determinante, que especifica o sentido do núcleo do SN sujeito. O núcleo, nesse caso, é a palavra “*moça*”.

14. [**Isso**] é demais!
15. [**Ela**] é minha namorada.
16. [**Todos**] amam os animais.

Assim, temos sintagmas nominais que são selecionados por cada verbo para complementar seu sentido e ocupar aqueles espaços vazios determinados por ele. Como vimos, as estruturas que preenchem esses espaços podem exercer função de sujeito ou complemento do verbo, constituindo a estrutura básica da sentença em português.

A seguir, vejamos um exemplo bem simples dessa estruturação:

	Ela	Adora	cachorros.
<i>Classe</i>	Pronome	Verbo	Substantivo
	Sintagma nominal (SN)	V	Sintagma nominal (SN)
<i>Função</i>	Sujeito	V	Complemento

QUADRO 3 – EXEMPLO DA ESTRUTURA DA FRASE EM PORTUGUÊS

→**Nota:** É importante compreender que, quando falamos de *substantivos e verbos*, estamos falando de *classes* de palavras. Já quando falamos de *sujeito* ou *complemento*, estamos falando de uma *função que é exercida* por uma palavra ou um conjunto de palavras.

1.1 O agrupamento chamado Sintagma Nominal (SN)

Vimos que as sentenças em português possuem uma estrutura básica, organizada em torno do verbo, e uma ordem preferencial entre seus elementos⁵: *sujeito – verbo – complemento*. Além disso, sabemos que os agrupamentos de palavras chamados sintagmas nominais (SNs) normalmente ocupam as posições vazias em torno do verbo, funcionando como argumentos do verbo e exercendo funções como as de sujeito e complemento (podendo esse último ser precedido de preposição ou não).

⁵ Digo preferencial porque, às vezes por questões estilísticas (especialmente na linguagem literária), às vezes para enfatizar um ou outro elemento, essa ordem pode ser alterada. Via de regra, *SVC/SVO* é a ordem canônica em PB – ou seja, aquela que é produzida com mais naturalidade pelos falantes nativos da língua.

Também já vimos exemplos das chamadas *palavras nominais*, que funcionam como núcleo do SN, e exemplos de SNs que possuíam, além daquelas, também alguns termos acessórios. A seguir, veremos três tabelas que apresentam as diferentes estruturas possíveis para um SN em português. Logo a seguir, o leitor encontrará as descrições a respeito dos termos usados nestas tabelas, para sua melhor compreensão.

Determinante	Possessivo	Quantificador	Qualificador	Substantivo Pronome	Qualificador	Preposição + SN	Sentença
∅	∅	∅	∅	cachorros	∅	∅	∅
Os	∅	∅	∅	cachorros	∅	∅	∅
Os	Meus	∅	∅	cachorros	∅	∅	∅
Os	Meus	Três	∅	cachorros	∅	∅	∅
Os	Meus	Três	Velhos	cachorros	∅	∅	∅
Os	Meus	Três	Bonitos	cachorros	velhos	∅	∅
Os	Meus	Três	Bonitos	cachorros	velhos	de raça	∅
Os	Meus	Três	Bonitos	cachorros	velhos	∅	que latiam muito
∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	eles	∅ ∅	∅ ∅	∅
∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	eles	∅ ∅	∅ ∅	que latiam muito ⁶

TABELA 1: A ESTRUTURA DO SN (OPÇÃO 1)

Legenda:

∅ = opcionalmente vazio.

∅ ∅ = obrigatoriamente vazio.

⁶ É possível que uma sentença acompanhe um SN formado por um pronome, desde que essa esteja entre vírgulas, como em “Eles, que latiam muito, eram lindos cães”.

Para entendermos a tabela acima, vejamos as definições de cada elemento, bem como as classes de palavras que podem servir a cada propósito e como elas se organizam e distribuem-se:

- Determinantes: os determinantes são elementos que antecedem o núcleo de um SN e servem para especificá-lo, determiná-lo, (ou, até, indeterminá-lo):

- Os determinantes podem ser artigos, como *o, a, os, as, um, uma, uns, umas*:

17. *O* menino bonito

18. *As* moças elegantes

19. *Uns* alunos interessados

- pronomes demonstrativos, como *esse, essa, esses, essas, este, esta, estes, estas, aquele, aquela, aqueles, aquelas* (à exceção de *isso, isto* e *aquilo*, que não podem ser determinantes):

20. *Esse* menino bonito

21. *Estas* moças elegantes

22. *Aqueles* alunos interessados

- pronomes indefinidos, como *algum, alguma, alguns, algumas, nenhum, nenhuma*:

23. *Nenhum* menino bonito

24. *Algumas* moças elegantes

25. *Alguns* alunos interessados

Normalmente, os determinantes não podem vir depois do núcleo do SN. No entanto, os pronomes indefinidos *nenhum, nenhuma* e *algum, alguma* são exceção, podendo ser

pospostos ao núcleo para criar um efeito enfático de negação, desde que o núcleo seja composto por apenas um substantivo, como vemos nos exemplos abaixo:

26. Ele não come [doce *nenhum*]!
27. [Menina *nenhuma*] veio à festa!
28. Maria não gosta de [chocolate *algum*]!
29. João não tem [vergonha *alguma*]!

- **Possessivos:** são pronomes que indicam posse e que, quando utilizados, aparecem na segunda posição do SN (podendo iniciar o SN quando o determinante não é usado). São eles: *meu, minha, meus, minhas, seu, sua, seus, suas, teu, tua, teus, tuas, nosso, nossa, nossos, nossas*. Vejamos alguns exemplos:

30. Os *meus* cachorros
31. As *tuas* gatas pretas
32. Os *nossos* três cachorros lindos
33. *Teus* amigos gaúchos

- ➔ **Nota:** Embora normalmente os possessivos ocorram nas primeiras posições do SN, há dois casos em que se utilizam esses pronomes na posição final. São eles:

- Quando se tem um artigo indefinido ocupando a posição de determinante, como nos exemplos abaixo:

34. Um colega *meu*
35. Umas amigas *minhas*

- Ou, ainda, quando se tem essa posição ocupada por um pronome indefinido:

36. Alguns livros *teus*
37. Vários colegas

Há, ainda, um caso em que o pronome possessivo pode ocupar tanto a posição pré-nuclear quanto a posição pós-nuclear dentro do SN. Isso acontece quando se tem um pronome demonstrativo ocupando a posição de determinante. Assim, podemos ter tanto 38 e 39, quanto 40 e 41, sem nenhuma diferença de sentido⁷:

38. Estas *suas* músicas

39. Aquele *nosso* segredo

40. Estas músicas *suas*

41. Aquele segredo *nosso*

➤ Quantificadores: os quantificadores, como diz o nome, quantificam o núcleo, ou seja, determinam uma quantidade exata (no caso dos numerais), ou uma proporção relativa (no caso de alguns adjetivos).

➤ Os quantificadores podem ser numerais cardinais, como *um, dois, três*, e assim por diante:

42. As *cinco* meninas lindas

43. Os teus *três* filhos homens

➤ numerais ordinais, como *primeiro, segundo terceiro*, e assim por diante:

44. O *primeiro* filho

45. A sua *segunda* esposa

46. O nosso *primeiro* cachorro preto

47. O meu *segundo* melhor amigo

⁷ Neste texto, muitas vezes onde se lê “sem diferença/mudança de sentido/significado”, pode haver nuances de sentido que, dependendo do contexto, se tornam relevantes. Entretanto, explorou-se aqui a significação mais superficial, sacrificando certo rigor teórico em função do didatismo do material.

- palavras como *vários, muitos, poucos, único, etc.*:

48. Os meus *vários* blusões azuis.

49. Aquele meu *único* vestido preto

50. Uns *poucos* alunos

51. *Muitos* amigos queridos

- Qualificadores: os qualificadores podem vir antes ou depois do núcleo e exercem função adjetiva, como o nome já diz, qualificando o núcleo. Em certos casos, pode haver algumas diferenças entre os qualificadores pré-nucleares e os pós-nucleares em relação à adjetivação do núcleo, como veremos a seguir.

- Podem ser adjetivos, como *bonito, feio, lindo, querido, chato, divertido, etc.*, de colocação pré ou pós-nuclear, sem diferença de significado:

52. *Querido* amigo

53. Amigo *querido*

54. Uma *linda* mulher

55. Uma mulher *linda*

- No caso de alguns adjetivos em especial, há diferenças de significado entre a sua utilização pré-nuclear e pós-nuclear. No caso dos adjetivos a seguir, quando são utilizados na posição pré-nuclear, eles atribuem um sentido mais *abstrato* ao núcleo do SN:

56. O *grande* homem (um homem honrado, de bom caráter)

57. A *nova* professora (ela é nova na escola)

58. O meu *velho* amigo (somos amigos faz muito tempo)

59. Um *pobre* menino (coitado menino)

60. *Boa* mulher (honesto, trabalhadora, carinhosa...)

61. Um *simples* exercício (apenas um exercício)

- Já quando esses adjetivos são utilizados na posição pós-nuclear, eles atribuem um sentido mais *concreto* ou “*físico*” ao núcleo do SN:

62. O homem *grande* (um homem alto, corpulento ou gordo)

63. A professora *nova* (uma professora jovem)

64. O meu amigo *velho* (meu amigo é idoso)

65. Um menino *pobre* (um menino que tem pouco dinheiro)

66. Mulher *boa* (mulher bonita, atraente)

67. Um exercício *simples* (um exercício fácil)

- Há, ainda, alguns adjetivos que só ocorrem antes do núcleo – ou seja, sua utilização pós-nuclear é agramatical em PB (não faz parte da gramática intuitiva dos falantes nativos). Vejamos alguns deles a seguir⁸:

68. O *suposto* assassino do prefeito

69. *Mero* estudante

70. A *pretensa* feminista

71. Um *reles* mortal

72. *Suma* importância

73. O *melhor* / *pior* / *maior* / *menor*⁹ livro

74. O *provável* suspeito¹⁰

75. *Inúmeras* vezes

76. *Baita* companheiro

77. *Excelentíssimo* senhor

78. *Prezado* cliente

⁸ Embora seja pequena, podemos dizer que esta é uma classe “fechada” – ou seja, pode haver outros adjetivos com essa mesma propriedade que não estão listados aqui.

⁹ Muitos adjetivos superlativos são apenas pré-nominais.

¹⁰ Classificamos o adjetivo “provável” como pré-nominal. Entretanto, se colocarmos junto dele o intensificador “mais”, como em “mais provável”, a situação parece se inverter: “o mais provável suspeito” parece agramatical, e “o suspeito mais provável” gramatical. Não encontramos explicação para esse fato, deixando a lacuna para pesquisas futuras.

- Por fim, os adjetivos que só podem aparecer depois do núcleo são vocábulos que denotam cor, origem ou profissão. Usados na posição pós-nuclear, esses vocábulos funcionam como adjetivos:

79. A blusa *branca* (*a blusa que é branca*)

80. O brilhante *preto* (*o brilhante – diamante – que é preto*)

81. O estudante *japonês* (o estudante que é japonês)

82. Tua amiga *médica* (a tua amiga que é médica)

Os adjetivos que denotam origem e profissão possuem uma particularidade: quando deslocados para a posição anterior ao núcleo não formam exatamente uma sequência agramatical na língua – o que acontece, nesse caso, é que o adjetivo passa a ser entendido como núcleo do SN (substantivo, referencial) e o núcleo do SN passa a funcionar como adjetivo (qualificador) desse novo núcleo. Tomemos como exemplo as sentenças 81 e 82 acima, agora com a ordem *substantivo – adjetivo* invertida:

83. O japonês *estudante* (“*um japonês que é estudante*”)

84. Tua médica *amiga* (“*tua médica que é amiga / querida*”)

→Nota: Os adjetivos que denotam cor são sempre de colocação pós-nominal.

- Deve-se lembrar, ainda, que os qualificadores pós-nominais, além de adjetivos, podem ser uma expressão nominal antecedida por uma preposição, como nos exemplos 85 a 89:

85. A tia *da Maria*

86. A torta *de chocolate*

87. Camarão *com pimenta*

88. Café *sem açúcar*

89. Aquele livro *sobre a imigração japonesa*

- **Preposição:** a preposição é usada para introduzir um novo SN dentro do SN principal, com o objetivo de caracterizar, de alguma forma, o primeiro SN. Pode indicar valores diversos. Vejamos algumas nos exemplos abaixo.

- Pode indicar posse, como nos exemplos:

90. O cachorro *do Marcelo*

91. A prima *do Maurício*

92. As amigas *dele*

93. A amiga *delas*

- **Procedência:**

94. Uma lembrança *de Manaus*

95. A maior cidade *do Brasil*

96. A melhor praia *do Rio de Janeiro*

- **Qualidade:**

97. O meu gato *de raça*

98. Um cachorro *de porte grande*

- **Sentença:** um SN também pode vir acompanhado de uma sentença, a qual normalmente qualifica o seu núcleo, ou restringindo o seu sentido, ou apenas trazendo uma informação extra, uma explicação a respeito do núcleo, que pode ser excluída sem grandes prejuízos para o sentido global da construção. Tais sentenças são sempre iniciadas por pronomes relativos (como *que*, *o qual* e variações, *cujo* e variações, *preposição + quem*, etc.). Vejamos os exemplos:

- Um SN + uma sentença restritiva, casos em que especificamos o SN, restringindo seu sentido:

99. A Maria [que faz doces] (não falo da médica, mas da quituteira)
 100. O João [que é síndico] (não aquele que é morador do ap. 203)
 101. O sorvete [(de) que gosto]¹¹ (e não outro)

- Um SN + uma sentença explicativa, casos em que a informação veiculada na sentença não é imprescindível para a compreensão do significado do SN como um todo:

102. [A Joana, [que é minha amiga],] é linda.
 103. [Alice, [a qual é muito inteligente],] tem 2 anos de idade.
 104. [Pedro, [cujo pai é dentista],] faz medicina.

- Quando o SN tem como núcleo um pronome, só se pode utilizar a sentença posposta se esta for do segundo tipo, explicativa, como mostram os exemplos:

105. [Eles, [que são meus amigos],] são inteligentes.
 106. [Nós, [que somos médicos],] trabalhamos muito.
 107. [Aquele ali, [que é moreno],] foi meu colega.

Com essa primeira tabela e alguns exemplos, podemos ter uma ideia geral de como o SN pode ser estruturado e de uma possibilidade de SN máximo (ou seja, o mais desenvolvido possível) em português. Podemos observar também que, além dos substantivos, numerais e alguns tipos de pronomes podem funcionar como núcleo do SN.

Dentre os pronomes, há uma particularidade em relação à utilização dos pronomes demonstrativos como núcleo. Nessas situações, o núcleo do SN pode vir acompanhado de uma expressão adverbial, já que tal pronome aponta para algo fora do texto, como no exemplo 107 acima. As expressões adverbiais que normalmente acompanham (embora não obrigatoriamente) tais pronomes são: aqui, aí, lá, daí, daqui, dali, etc. Outros exemplos desses casos seriam:

¹¹ A preposição que aparece nesta sentença é opcional em PB, uma vez que, em contextos muito formais, ela é utilizada por fazer parte da regência do verbo *gostar*, mas, de modo geral, os brasileiros não costumam utilizá-la.

108. [Este [aqui]] é meu sobrinho.
109. [Esse [aí]] sai todas as noites.
110. [Aquele [dali]] não sabe o que está fazendo.

Embora já tenhamos descrito uma série de variações, para que a descrição do SN fique mais completa, é necessário apresentar mais duas possibilidades de SN máximo, ainda que com poucas diferenças. Vejamos as tabelas a seguir:

Pré-Determinante	Determinante	Possessivo	Quantificador	Qualificador	Substantivo Pronome	Qualificador	Preposição + SN	Sentença
Ambos	os	∅	∅ ∅ ¹²	∅	cachorros	∅	∅	∅
Ambos	Os	meus	∅ ∅	∅	cachorros	∅	∅	∅
Ambos	Os	meus	∅ ∅	bonitos	cachorros	∅	∅	∅
Ambos	Os	meus	∅ ∅	bonitos	cachorros	velhos	∅	∅
Ambos	Os	meus	∅ ∅	bonitos	cachorros	velhos	de raça	∅
Ambos	Os	meus	∅ ∅	bonitos	cachorros	velhos	de raça	que latiam muito
∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	Eles	∅ ∅	∅ ∅	que latiam muito* ¹³

TABELA 2: A ESTRUTURA DO SN (OPÇÃO 2)

¹² Quando se usa o pré-determinante “ambos”, não se usa o quantificador. Isso se deve a razões semânticas que serão explicadas a seguir.

¹³ Lembrando que, sempre que se tem um pronome, como nos três exemplos marcados com asterisco (*), só é possível a utilização da sentença caso essa esteja entre vírgulas, como em “Eles, que latiam muito, eram lindos cães”. Nesse caso, ela pode ser retirada sem nenhum prejuízo grave de sentido à frase.

Analisando a segunda tabela, percebemos que há mais um elemento que pode fazer parte do SN. Esse elemento ocupa a posição anterior ao determinante, razão pela qual é chamado *pré-determinante*. A única palavra que pertence à classe chamada pré-determinante é a palavra *ambos*, como vemos nos exemplos a seguir:

111. [Ambos os políticos] são corruptos.

112. [Ambas as revistas] são caras.

O pré-determinante especifica, de certa forma, o sentido do SN, caracterizando, ou até quantificando-o, porém de forma mais ampla do que os quantificadores numerais (tais como dois, três, segundo, terceiro, etc.). Em relação à sua utilização, há algumas restrições de combinação desse elemento com os quantificadores, pelo fato de ambos terem significado quantitativo. Vejamos a seguir:

- Como “ambos” significa “os dois”, torna-se contraditório utilizar, simultaneamente, a palavra *ambos* e um quantificador, como nos exemplos:

113.*[Ambos os três cachorros]

114.*[Ambos vários gatos]

115.*[Ambos muitos alunos]

Ou, ainda que não seja contraditório, seria pelo menos redundante utilizar a palavra “ambos” simultaneamente ao numeral “dois”, como podemos ver nos exemplos abaixo:

116.*[Ambos os dois alunos]

117.*[Ambas as duas filhas]

Assim, é bom lembrar que exemplos como os apresentados acima não são comumente utilizados em PB. Por fim, passemos à última possibilidade de SN máximo em PB, observando a terceira tabela, na página a seguir:

Quantificador Flutuante	Determinante	Possessivo	Quantificador	Qualificador	Substantivo Pronome	Intensificador	Qualificador	Preposição + SN	Sentença
Todos	∅	∅	∅	∅	cachorros	∅	∅	∅	∅
Todos	os	∅	∅	∅	cachorros	∅	∅	∅	∅
Todos	os	Meus	∅	∅	cachorros	∅	∅	∅	∅
Todos	os	Meus	três	∅	cachorros	∅	∅	∅	∅
Todos	os	Meus	três	bonitos	cachorros	∅	∅	∅	∅
Todos	os	Meus	três	bonitos	cachorros	muito	velhos	∅	∅
Todos	os	Meus	três	bonitos	cachorros	muito	velhos	de raça	∅
Todos	os	Meus	três	bonitos	cachorros	∅	velhos	de raça	que latiam muito
Todos	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	eles	∅	∅ ∅	∅ ∅	que latiam muito*
∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	Eles	∅	∅ ∅	∅ ∅	que latiam muito*
∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	Eles	∅	∅ ∅	∅ ∅	∅

TABELA 3: ESTRUTURA DO SN (OPÇÃO 3)

Observando a terceira tabela, podemos ver que há um novo elemento, chamado aqui de “quantificador flutuante”. *Todos* é uma palavra que possui significado quantitativo, como os demais quantificadores. Podemos perceber essa característica observando que normalmente não podemos utilizá-lo simultaneamente a outros quantificadores:

118.*[Todos os meus vários trabalhos]

119.*[Todas as poucas alunas]

120.*[Todos os muitos problemas]

Exceto, porém, nos casos em que o quantificador usado junto dele é um numeral, como dois, três, quatro, etc., ou primeiro, segundo, terceiro, etc. Esses parecem ser os únicos casos em que é possível a utilização da palavra “todos” junto a esses elementos e parecem representar uma exceção à regra lógica:

- a) [Todos os cinco livros]
- b) [Todos os primeiros colocados]
- c) [Todas as três salas]

Embora a palavra *ambos* também siga essa regra e possua certo significado quantitativo, é um elemento que possui posição fixa dentro do SN. Enquanto os quantificadores ocupam normalmente a terceira posição (já que não ocorrem simultaneamente ao pré-determinante e por isso estão representados na primeira tabela, na qual podemos observá-lo na terceira posição), a palavra *ambos* ocupa sempre a posição inicial, antes do determinante.

Já o vocábulo *todos* é um quantificador que não ocorre na terceira posição, como os demais de sua classe, mas pode ocupar tanto a primeira posição do SN, antes do determinante, como a posição final, como podemos ver nos exemplos abaixo. Assim como é possível dizer:

121.Todos os livros

122.Todos os meus amigos

123.Todas as ruas de Porto Alegre

Também é possível dizer, sem mudança de significado:

124.Os livros todos

125.Os meus amigos todos

126.As ruas de Porto Alegre todas

Por essa razão, o vocábulo *todos* será aqui considerado um *quantificador flutuante*, ou seja, um elemento de significado quantitativo que não possui posição fixa no SN. Desta forma, podemos ter, por fim, como opção de estrutura máxima do SN, também a tabela 3b, apresentada a seguir:

Determinante	Possessivo	Quantificador	Qualificador	Substantivo Pronome	Qualificador	Preposição + SN	Sentença	Quantificador Flutuante
∅	∅	∅	∅	cachorros	∅	∅	∅	∅
Os	∅	∅	∅	cachorros				∅
Os	Meus	∅	∅	cachorros	∅	∅	∅	∅
Os	Meus	Três	∅	cachorros	∅	∅	∅	∅
Os	Meus	Três	bonitos	cachorros	∅	∅	∅	∅
Os	Meus	Três	bonitos	cachorros	velhos	∅	∅	∅
Os	Meus	Três	bonitos	∅	velhos	∅	∅	∅
Os	Meus	Três	bonitos	cachorros	velhos	de raça	∅	∅
Os	Meus	Três	∅	cachorros	velhos	de raça	que latiam muito	∅
Os	Meus	Três	∅	cachorros	∅	∅	∅ ∅	Todos
∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	eles	∅ ∅	∅ ∅	que latiam muito*	∅ ∅
∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	eles	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	todos
∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	∅ ∅	Eles	∅ ∅	∅ ∅	∅	∅

TABELA 3B: ESTRUTURA DO SN (OPÇÃO 4)

1.2 O SN como Sujeito ou Complemento

Como vimos desde o início deste capítulo, o SN pode exercer função de sujeito ou de complemento do verbo. Quando está exercendo função de sujeito, o SN ocorre normalmente antes do verbo e nunca é regido por preposição¹⁴, conforme vemos nos exemplos abaixo:

127. [Eu e minha irmã] adoramos ler.
 128.[As meninas da sexta série] brincavam no pátio.
 129.[Você] gosta de Linguística?
 130.[Cachorros] são animais dóceis.
 131.[Os funcionários que trabalham muito] fazem sucesso.

Além disso, uma das principais características do sujeito é que ele pode ser definido como aquele SN que concorda com o verbo em pessoa e número. Dizer que sujeito e verbo concordam significa dizer que o verbo muda suas terminações (flexiona) de acordo com a pessoa verbal (1ª pessoa: eu, nós; 2ª pessoa: tu, você; e assim por diante) e o número (singular ou plural) do seu sujeito.

Já quando o SN funciona como complemento de um verbo, ele pode ser acompanhado por uma preposição, que, como diz o nome, *precede* o SN, caso o verbo determine a sua utilização. Vejamos os seguintes exemplos:

- 132.Margaret adora [doces].
 133.Feijão combina [[com] [arroz]].
 134.Marina gosta [[de] [esportes]].
 135.Renata emprestou [o livro] [[para] [sua amiga]].

No exemplo 132, temos um caso em que o verbo determina dois argumentos: um SN sujeito e um SN complemento, sem preposição (chamado na nomenclatura tradicional de *objeto direto*). Nos exemplos 133 e 134, temos verbos que determinam um SN sujeito cada e um SN complemento cada, porém regidos de¹⁵ preposição: *com*, no primeiro caso, e *de*, no

¹⁴ Ou seja, quando o SN é sujeito, não aparece nenhuma preposição antes dele.

¹⁵ Nesse caso, “ser regido de” deve ser entendido como “ser precedido por”.

segundo (na nomenclatura tradicional, complementos chamados de objetos indiretos). Por fim, no exemplo 135, temos um verbo que determina um SN sujeito, um SN complemento sem preposição (*o livro*) e um SN complemento regido de preposição (*para sua amiga*). Na nomenclatura tradicional, mais uma vez, temos os verbos chamados *transitivos diretos* (selecionam um complemento sem preposição); *transitivos indiretos* (selecionam um complemento regido de preposição) e *bitransitivos* (selecionam um complemento sem preposição e outro regido de preposição), como no último exemplo. Em todos esses casos, porém, o SN está presente, tanto complementando o *sentido* dos verbos, quanto servindo de argumento para eles ao ocupar os “espaços vazios” ao seu redor.

Entretanto, é importante lembrar que, muitas vezes, o mesmo verbo que pode ter um SN como complemento, pode ter outra oração (isto é, outra estrutura que possui verbo) no lugar desse SN. Como exemplos, podemos observar as seguintes frases¹⁶:

136. Margaret adora *fazer compras*.

137. Joana concorda em *manter os funcionários antigos*.

138. Marina gosta que *cozinhem para ela*.

139. Carmem precisa praticar esportes¹⁷.

1.3 Um caso especial: os verbos de ligação

Um caso especial dentro dessa organização são os chamados *verbos de ligação*, como *ser*, *estar*, *continuar*, *ficar*, *tornar-se*, etc. Esses são verbos que selecionam SNs sujeitos, porém determinam tanto *expressões nominais* (SNs) quanto sintagmas preposicionais (SPs) – ou seja, SNs que iniciam por preposição – com valor *adjetivo ou adverbial*, ou ainda outras *orações* como seus complementos. Sintaticamente, esses verbos também precisam de argumentos internos (complementos), mas quem pode ocupar esse espaço não são só substantivos, pronomes, as expressões preposicionadas ou outras orações, mas também adjetivos e advérbios isoladamente. Vejamos alguns exemplos de cada tipo a seguir.

¹⁶ Observe também que, nesses casos, o complemento do verbo é substituído por verbos em sua forma básica (infinitivo), exceto no caso em que se usa o modo subjuntivo.

¹⁷ Em relação à regência verbal, nesses casos, entende-se que, quando a oração subordinada (aquela que completa o verbo principal) é flexionada, desenvolvida, não se usa a preposição, mesmo que o verbo exija nos demais casos; se a oração subordinada está no infinitivo, normalmente se usa a preposição quando o verbo exige, como no exemplo 137. O verbo “precisar” é uma exceção a essa regra, comportando-se como mostra o exemplo 139.

1.3.1 Quando o complemento é uma expressão nominal (SN)

- 140. Gabriel é [um excelente professor].
- 141. Dr. Fernando é [o meu cardiologista].
- 142. Tibor foi [um homem incrível].
- 143. Guilherme é [graduando em Fisioterapia].

1.3.2 Quando o complemento é um adjetivo

- 144. Alice é [linda].
- 145. Joana se tornou [católica].
- 146. Mário ficou [chateado].
- 147. João continua [cuidadoso].
- 148. Pedro está [triste].

1.3.3 Quando o complemento é um advérbio

- 149. O banheiro fica [ali].
- 150. A Maria está [aqui].
- 151. A rua Dr. Flores fica [lá adiante].

1.3.4 Quando o complemento é uma expressão preposicionada com valor adverbial

- 152. O professor está [em casa].
- 153. Aqueles meninos continuam [na rua].
- 154. Nós ficamos [em um hotel maravilhoso].

1.3.5 Quando o complemento é uma expressão preposicionada com valor adjetivo

155.O bolo é [de chocolate].

156.A Bete é [de Jaguarão].

1.3.6 Quando o complemento é uma oração (estrutura verbal)

157.O problema é [que isso é complicado].

158.A solução está [em saber operar aquela máquina].

159.O atleta continua [caminhando no parque].

160.Este prato é [para servir no jantar].

Como pudemos ver nos exemplos acima, os verbos de ligação podem ser complementados por diversos tipos de construções sintáticas. Em relação ao sentido, podem expressar tanto estados permanentes quanto passageiros, mudanças de estado, etc. Vejamos alguns exemplos de qualidades, características ou estados que podem ser atribuídos ao sujeito através da utilização desses verbos de ligação:

➤ Estado permanente:

161.Clarissa é [minha irmã].

162.Nós somos [médicos].

163.Maria é [brasileira].

➤ Estado passageiro:

164.Eu ando [trabalhando demais].

165.O cachorro está [com fome]¹⁸.

166.Eles estão [desempregados].

¹⁸ Alguns sintagmas adjetivos podem ser substituídos por expressões preposicionadas que dão ideia de qualidade, estado, característica, etc., como “com fome” em substituição a “faminto”, por exemplo. Expressões de necessidades fisiológicas são muito comuns com a preposição “com”: “com sede”, “com frio”, “com calor”, “com fome”, etc. Outras expressões de estado muito comuns envolvendo preposições são: “com medo de”, “com vontade de”, “com preguiça de”, “com raiva de” + substantivo ou verbo.

➤ Mudança de estado:

167. Você ficou [assustado].

168. Roberta se tornou [advogada].

169. O vaso virou [cacos].

➤ Continuidade de estado:

170. O artista continua [na cidade].

171. Janaína continua [teimando com sua mãe].

172. O professor permanece [atento].

➤ Estado aparente:

173. Ela parece triste.

174. Parecem muito bons esses chocolates.

175. João parece cansado.

Observando os exemplos acima, podemos perceber que, sintaticamente, as expressões destacadas funcionam como um complemento ao verbo, preenchendo “seu espaço vazio”, como os demais argumentos dos verbos de ação. Dessa forma, podemos reiterar a estrutura básica da frase em português como sendo a já apresentada no início deste capítulo, no quadro 1, repetido aqui como quadro 5, onde foram acrescentadas algumas observações:

<p>S + V + C</p> <p>sujeito (SN) verbo de ação complemento (SN)</p>
<p>OU</p>
<p>S + V + C</p> <p>sujeito (SN) verbo de estado complemento (SN / SP / Sadj / Sadv / S)</p>

QUADRO 5 – A ESTRUTURA DA FRASE EM PORTUGUÊS

Onde se lê:

SN – sintagma nominal ou expressão/construção nominal (precedido ou não de preposição);

SP – a própria expressão nominal, neste caso precedida de preposição, com valor adjetival ou adverbial;

Sadj – sintagma adjetival - adjetivo;

Sadv – sintagma adverbial - advérbio;

S – sentença ou *oração*.

1.4 Casos em que a estrutura da frase é desrespeitada

Embora esta seja a estrutura mais natural em português brasileiro, há alguns casos em que a ordem *sujeito + verbo + complemento* (SVC) é quebrada. Normalmente, isso ocorre em situações mais limitadas, quando se deseja enfatizar algum elemento em especial, por exemplo. Vejamos a seguir alguns contextos em que a estrutura básica da sentença pode ser quebrada.

1.4.1 Estrutura padrão: SVO

176. João corre todos os dias.
 177. Maria come salada no jantar.
 178. Eu emprestei o *notebook* para a Luiza.

1.4.2 Inversão: VS

A inversão da ordem SVO (sujeito – verbo – objeto) para VS (verbo – sujeito) é muito comum, porém apenas em casos em que o verbo não exige complemento (ou seja, quando o verbo é intransitivo). Vejamos os exemplos:

179. Chegou a professora.
 180. Saiu o resultado do concurso.
 181. Acabou a novela das nove.

- Embora sejam possíveis frases como 179, em que temos um sujeito animado (*a professora*), essa inversão é mais natural quando o sujeito é inanimado, como em 180 (o resultado do concurso), 181 (a novela das nove) e nos exemplos a seguir:

182. Chegou a pizza.
 183. Derreteu o gelo.
 184. Faltou luz.

- Essa inversão verbo – sujeito ocorre, também, quando o sujeito é muito longo. Dessa forma, nas frases abaixo, a segunda opção é normalmente mais comum do que a primeira:

185. A Luiza, a Vera, a Leoni, a Carol e a Camila chegaram.

185b. Chegaram a Luiza, a Vera, a Leoni, a Carol e a Camila.

186. Os meus esmaltes coloridos sumiram.

186b. Sumiram os meus esmaltes coloridos.

187. Maçã, banana, farinha, leite e ovos faltaram.

187b. Faltaram maçã, banana, farinha, leite e ovos.

1.4.3 Estrutura tópico - comentário

Em alguns casos em que o tópico de uma conversação é o complemento (direto ou indireto) de um verbo, esse pode vir na primeira posição da frase, seguido pelo sujeito e pelo verbo. Às vezes, o tópico é o sujeito e damos mais ênfase a ele colocando-o em posição de destaque. Os adjuntos também podem ser tópico, como veremos a seguir. Esse deslocamento dos elementos para o início da sentença serve para dar ênfase ao tópico da conversação e constitui a chamada construção tópico-comentário. Vejamos os exemplos que seguem.

- Caso 1: com verbos transitivos indiretos, o objeto indireto pode ser deslocado para o início da sentença, constituindo o tópico. Na escrita ou em situações formais, essa construção é usada deslocando-se o objeto indireto junto da preposição:

- A Maria não gosta do Paulo. Mas e do João, ela gosta?

188. Do João, a Maria gosta muito!

Em situações mais informais, usa-se essa estrutura deslocando o objeto indireto *sem* a preposição e a ela juntando um pronome pessoal, de modo que informalmente é possível dizer também:

- A Maria não gosta do Paulo. Mas e do João, ela gosta?

189. O João, a Maria gosta muito dele!

- Caso 2: quando temos verbo transitivo direto, é possível repetir o objeto deslocado através do pronome, ou não. Sem a repetição, temos uma frase um pouco mais formal como vemos no exemplo a seguir:

- Quem comeu o bolo?

190. O bolo, o João comeu.

Com a repetição do objeto através do pronome (na posição final), temos uma frase mais informal:

- Quem comeu o bolo?

191. O bolo, o João comeu ele.

- Caso 3: quando temos um verbo bitransitivo (ou seja, aquele que exige um complemento direto e outro indireto), tanto o objeto direto, quanto o indireto podem ser tópicos da frase, sendo deslocados para a posição inicial.

Caso 3.1: objeto direto como tópico

Se o tópico da conversação for o objeto direto de um verbo bitransitivo, aquele pode ser o termo deslocado para o início da frase.

Em situações mais formais, o objeto direto é deslocado por inteiro para o início da frase:

- Eu emprestei meu caderno para a Júlia. E o teu caderno?
192. O meu caderno, eu emprestei para a Thaís.

Já em contextos mais informais, o objeto deslocado pode ser repetido através do pronome pessoal, após o verbo:

- Eu emprestei meu caderno para a Júlia. E o teu caderno?
193. O meu caderno, eu emprestei ele para a Thaís.

Caso 3.2: objeto indireto como tópico

Se o tópico da conversação for o objeto indireto de um verbo bitransitivo, aquele pode ser o termo deslocado para o início da frase. Da mesma forma que nos exemplos anteriores, quando o contexto é mais formal, essa construção possui o objeto indireto no início da frase, que é deslocado junto da preposição:

- O que você emprestou para a Thaís?
194. Para a Thaís, eu emprestei o livro.

Se o contexto é informal, é mais comum deslocar apenas o objeto indireto (sem a preposição) para o início da frase, mantendo a preposição na posição final e acrescentando um pronome pessoal para retomar o objeto deslocado:

- O que você emprestou para a Thaís?
195. A Thaís, eu emprestei o livro para ela.¹⁹

¹⁹ Em PB, há uma tendência de que o tópico seja sempre uma expressão nominal (SN), sem preposição antecedente.

- Caso 4: quando um adjunto (isto é, um elemento dispensável na estrutura da frase) é o tópico, ele normalmente contrasta com outra informação. Pode ser enfatizado na fala através da entonação. Aparece, também, no início da sentença:

- Pensei ter visto você no clube ontem.

196. Ontem, eu não fui no clube. Você me viu lá na terça-feira.

- Você não deixou o celular no carro?

197. No carro, eu não deixei o celular. Já conferi. Deve ter ficado em casa.

198. A Ana gosta de bolo de chocolate?

- De chocolate, ela não gosta. Mas ela gosta de bolo de laranja.

- Caso 5: quando, na conversação, acontece uma pausa após o tópico da fala (seja para enfatizar o tópico ou por outro motivo) e esse deixa de ser o sujeito para ser simplesmente o tópico, seguido pelo sujeito (pronome pessoal), verbo e objeto. Vejamos alguns exemplos:

199. O sonho de uma geração, ele está sendo realizado.

200. A política brasileira, ela é muito desorganizada.

201. Ela é vaidosa, a Maria.

202. As pipocas do Valdir, elas são maravilhosas.

- Caso 6: se o tópico é o sujeito da frase, também é possível utilizar a forma direta, ou seja, a estrutura padrão do PB. Embora a frequência de estruturas como as descritas acima esteja aumentando progressivamente, ainda é bastante comum utilizar-se a estrutura regular. Nesse caso, temos a ordem tradicional SVO:

199b. O sonho de uma geração está sendo realizado.

200b. A política brasileira é muito desorganizada.

201b. A Maria é vaidosa.

202b. As pipocas do Valdir são maravilhosas.

Lição 2: Uso dos tempos e modos verbais

Os verbos em português brasileiro flexionam em **tempo** (basicamente, presente, passado e futuro), **modo** (indicativo, subjuntivo, imperativo), **número** (singular / plural) e **pessoa** (1^a, 2^a, 3^a). O **paradigma** dos verbos em PB vem se modificando bastante, sendo algumas formas aceitas apenas na fala ou escrita menos monitoradas, outras também na fala e escrita mais monitoradas. Os quadros que serão apresentados na sequência exemplificam as pessoas verbais utilizadas atualmente no PB e os padrões de conjugações mais comuns (tomando como exemplo um verbo regular no presente do indicativo) na língua mais monitorada e na língua menos monitorada²⁰.

2.1 PB mais monitorado

Vejamos a seguir o quadro referente à utilização mais monitorada do sistema verbal do PB, que exemplifica o uso das pessoas verbais tomando como exemplo um verbo regular de primeira conjugação (-AR) no tempo presente do modo indicativo.

Pessoa Verbal	Pronome Pessoal	Conjugação (presente do indicativo)
1 ^a pessoa, singular	Eu	Amo
2 ^a pessoa, singular	Tu	Amas
	Você	Ama
3 ^a pessoa, singular	Ele / Ela	Ama
1 ^a pessoa, plural	Nós	Amamos
2 ^a pessoa, plural	Vocês	Amam
3 ^a pessoa, plural	Eles / Elas	Amam

QUADRO 1.1: AS PESSOAS VERBAIS E A CONJUGAÇÃO NO PB MAIS MONITORADO

Como podemos observar no quadro acima, na escrita mais monitorada o PB possui um pronome sujeito para a primeira pessoa do singular e um para a primeira pessoa do plural; dois para a segunda pessoa do singular e mais um para a segunda pessoa do plural; por fim,

²⁰ Entende-se aqui como “língua mais monitorada” a chamada norma culta, ou seja, a utilização que é feita do PB pelas pessoas mais escolarizadas, especialmente na escrita formal, ou em situações de fala mais formais, quando há um cuidado maior com a correção gramatical conforme a gramática normativa tradicional. Por “língua menos monitorada” entende-se a utilização que é feita do PB pelos falantes nativos em situações de uso mais informais, como na fala cotidiana ou na escrita mais informal. Para saber mais sobre o assunto, ver Pabst (2012).

um para a terceira pessoa do singular e outro para a terceira pessoa do plural. Os verbos indicam em seus sufixos modo (nesse caso, indicativo), tempo (nesse caso, presente), número (singular ou plural) e pessoa (1ª, 2ª ou 3ª).

Temos, portanto, dois pronomes de segunda pessoa singular em PB, sendo o primeiro, *tu*, mais usado no sul e nordeste do país²¹, e o segundo, *você*, usado mais largamente em todo o território nacional. Embora ambos os pronomes se refiram a segunda pessoa do singular, eles possuem conjugações diferentes uma da outra na escrita mais monitorada (*você ama, tu amas*).

Já a conjugação verbal para a segunda pessoa do singular (*você ama*) é idêntica à conjugação verbal referente a terceira pessoa do singular (*ele ama*); da mesma forma, a conjugação verbal referente à segunda pessoa do plural (*vocês amam*) é idêntica à conjugação referente à terceira pessoa do plural (*eles amam*). Assim, é bom lembrar que, especialmente nesses casos, torna-se muito relevante expressar claramente o sujeito da oração para que não haja ambiguidades.

2.2 PB menos monitorado

A seguir, será apresentado um quadro referente à conjugação dos verbos em PB na variedade menos monitorada, tendo como exemplo o mesmo verbo regular de primeira conjugação (*amar*) no tempo presente do modo indicativo.

Pessoa Verbal	Pronome Pessoal	Conjugação (presente do indicativo)
1ª pessoa, singular	Eu	Amo
2ª pessoa, singular	Tu	Ama
	Você	Ama
3ª pessoa, singular	Ele / Ela	Ama
1ª pessoa, plural	A gente	Ama
	Nós	Amamos
2ª pessoa, plural	Vocês	Amam
3ª pessoa, plural	Eles / Elas	Amam

QUADRO 1.2: AS PESSOAS VERBAIS E A CONJUGAÇÃO NO PB MENOS MONITORADO

²¹ A esse respeito, Perini (2010, p. 121) afirma: “Na variedade do PB descrita nesse livro – a do Sudeste – não se usa o pronome *tu* e suas formas oblíquas *ti* e *-tigo*. Mas em grande parte do Brasil esse pronome é de uso corrente (Sul, partes do Nordeste).” O autor afirma, ainda, que as formas *te* e *ti* são usadas também no Sudeste por muitos falantes, mas como formas oblíquas (ou seja, como pronomes-objeto) do pronome *você*.

Assim, nesse segundo quadro, podemos observar que, para situações de fala e escrita menos monitorada, há muito mais opções de pronomes-sujeito e muito menos opções de conjugações para o verbo, mesmo que com diferentes pessoas verbais (como pudemos perceber ao comparar com a tabela anterior). Temos: um pronome de primeira pessoa do singular (*eu*) e dois que se referem à primeira pessoa do plural (*nós, a gente*); dois que se referem à segunda pessoa do singular (*tu, você*) e um que se refere à segunda pessoa do plural (*vocês*); por fim, um que se refere à terceira pessoa do singular (*ele / ela*) e outro que se refere à terceira pessoa do plural (*eles / elas*). Entretanto, como se observa na tabela, temos apenas quatro formas verbais para serem combinadas com todas essas pessoas, sendo a forma verbal utilizada para o pronome *a gente* (segunda pessoa) idêntica à forma verbal utilizada para os pronomes *tu, você* (segunda pessoa) e *ele/ela* (terceira pessoa). Portanto, a maior diferença desta em relação à tabela anterior, está na menor variedade de conjugações possíveis para um mesmo verbo. Dessa forma, torna-se ainda mais importante utilizar o sujeito expreso (seja expreso por pronome-sujeito ou por expressão nominal) para que não haja ambiguidade.

Assim, se considerarmos que, nessa tabela, em vez de sete formas para os pronomes-sujeito, temos oito (incluindo o pronome *a gente*), e em vez de cinco formas verbais (*amo, amas, ama, amamos, amam*), temos quatro (*amo, ama, amamos, amam*), , podemos concluir que é cada vez mais necessária a expressão clara do sujeito no PB para evitar ambiguidades.

2.3 Uso dos tempos e modos verbais

No quadro a seguir, adotamos um verbo apenas como exemplo, a saber, *estudar*, propositalmente regular e de primeira conjugação, já que nosso objetivo é apresentar como é feita, no dia-a-dia, a utilização dos tempos e modos verbais no PB. A tabela a seguir coloca lado a lado os tempos *presente, passado e futuro*, sendo no caso do passado considerados os aspectos *perfeito e imperfeito*. Para cada tempo e modo verbal, a tabela apresenta as formas *regular, composto com particípio e composto com gerúndio*. Nas páginas subsequentes, são apresentados ao leitor exemplos e situações de uso de cada forma.

QUADRO 2.1: MODO INDICATIVO

MODO INDICATIVO				
PRESENTE	PASSADO		FUTURO	FUTURO DO PRETÉRITO
Eu estudo.	Eu estudei.	Eu estudava.	Eu estudarei. / Eu vou estudar.	Eu <i>estudaria</i> .
Eu estou estudando.	Eu estive estudando.	Eu estava estudando.	Eu estarei estudando	Eu <i>estaria estudando</i> .
Eu tenho estudado muito ultimamente.	Eu já tinha estudado tudo quando ele chegou.		Eu terei estudado tudo até 2015.	Eu <i>teria estudado</i> .

QUADRO 2.2: MODO SUBJUNTIVO

MODO SUBJUNTIVO		
PRESENTE	PASSADO	FUTURO
Espero que você estude.	Se você estudasse, passaria de nível.	Quando você estudar, passará de nível.
Espero que você esteja estudando.	Se você estivesse estudando, estaria entendendo as aulas.	Quando você estiver estudando, fique calmo.
Espero que você tenha estudado.	Se você tivesse estudado, teria passado de nível.	Quando você já tiver estudado, me ligue.

TABELA 2.3: MODO IMPERATIVO²²

	SIMPLES	
	AFIRMATIVO	NEGATIVO
FORMAL	Estude! (você)	Não estude (você)!
INFORMAL	Estuda! (tu)	Não estudes! (tu)
	CONTÍNUO	
FORMAL	Fique estudando! (você)	Não fique estudando! (você)
INFORMAL	Fica estudando! (tu)	Não fiques estudando! (tu)

²² O modo imperativo só possui aspecto *regular* e *contínuo*, por isso este padrão diferente.

➤ **Exemplos e usos**

1. Modo Indicativo

1.1 Simples

1.1.1 Presente

Usa-se para falar de situações de rotina, de hábitos no presente.

1. Eu estudo português duas vezes por semana.
2. Ela faz musculação todos os dias.

Usa-se, também, para falar de verdades absolutas, como nos exemplos abaixo:

3. A água evapora a 100 graus.
4. A Terra gira em torno do Sol.
5. Chomsky é um linguista norte-americano.

1.1.2 Passado

Há dois tipos: passado *perfeito* e passado *imperfeito*.

1.1.2.1 Passado Perfeito

O passado perfeito é usado para falar de situações concluídas, acontecidas ou realizadas em determinado período de tempo no passado, bem definido e já encerrado.

6. Eu estudei português em 2013.
7. Ela fez musculação durante um ano.
8. Eu estive em Paris em 1995.

1.1.2.2 Passado Imperfeito

É usado para falar de algo que estava acontecendo no passado, em um tempo determinado. Usa-se especialmente nas seguintes situações:

a) Falar de rotinas, hábitos no passado:

9. Eu estudava português todos os dias, agora só estudo uma vez por semana.

10. Eu fazia musculação, mas parei.

b) Falar de uma ação que estava acontecendo simultaneamente à outra ação, também no passado:

11. Eu estudava inglês enquanto ela treinava para o concurso de dança.

12. Vocês comiam massa, enquanto Joana *comia* salada.

c) Contar histórias, narrar fatos no passado:

13. “Era uma vez uma linda menina que encantava todos os moços da cidade...”.

14. “Ela era uma senhora muito querida, fazia belas almofadas de tricô e crochê e nos dava de presente...”.

1.1.3 Futuro

É usado para falar de planos para o futuro, tanto para planos a longo prazo, quanto para planos para o dia seguinte, para a próxima hora, etc. Em relação à forma, há três possibilidades:

a) Uma composta pelo verbo auxiliar *ir* (conjugado como no presente do indicativo) + verbo principal no infinitivo:

15. Eu vou estudar português o ano todo.

16. Ela vai ir na festa amanhã de noite²³.

- b) Outra constituída apenas pelo verbo principal, conjugado de acordo com a forma do futuro simples:

17. Eu estudarei português o ano todo.

18. Eu farei musculação amanhã de manhã.

19. Ela irá na festa.

- A primeira é mais comum, especialmente na fala e em contextos menos monitorados, e a segunda é mais formal e mais restrita a contextos escritos e mais monitorados.

- c) É possível, também, conjugar o verbo *ir* no futuro simples do indicativo (*eu irei, você irá...*) e usar o verbo principal no infinitivo:

20. Eu irei estudar português o ano todo.

21. Eu irei fazer musculação amanhã de manhã.

22. Ela irá na festa²⁴.

1.1.4 Futuro do Pretérito

É usado para falar de algo que não é um fato, ou seja, que poderia ou deveria acontecer, dependendo de alguma condição, mas na realidade não acontece. O futuro do pretérito é

²³ Nos casos em que o verbo principal é também o verbo *ir*, é possível usar ambos, como vemos no exemplo, ou apenas o verbo que seria auxiliar, conjugado no presente do indicativo:

Ela vai na festa.

Nesse último caso, o verbo auxiliar torna-se principal e, mesmo sua forma estando no presente, entende-se que a ideia é futura através do contexto.

²⁴ Nesse caso, quando o verbo principal é também o verbo *ir*, não é possível utilizar ambos os verbos, já que o primeiro está conjugado no futuro do indicativo e já traz a ideia principal. Assim, não é possível uma frase como: “Ela *irá ir* na festa”. Nesses casos, o verbo que era auxiliar é usado isoladamente, tornando-se verbo principal: “Ela *irá* na festa”.

usado paralelamente com o passado do modo subjuntivo, como ficará claro nos exemplos que serão apresentados naquele modo.

1.2 Contínuo

1.2.1 Presente

É usado para falar de situações que acontecem no exato momento da fala, assim como para falar de situações de alguma forma temporárias, dando ideia de duração de tempo.

a) No exato momento da fala:

23. Eu estou estudando português nesse exato momento.

24. Eles estão escutando música e conversando na sala.

b) Situações temporárias:

25. Eu estou estudando português no Brasil esse ano.

26. João está estudando português três vezes por semana.

27. Ana e Carla estão fazendo musculação todos os dias.

1.2.2 Passado

É usado para falar de situações que estavam ocorrendo durante certo período de tempo no passado e de situações que estavam acontecendo num exato momento no passado.

a) Situações que estavam ocorrendo durante certo período de tempo no passado, que não foram interrompidas, tendo já terminado. Nesse caso, há a ideia de conclusão da ação, sendo possível, também, usar a forma *perfeita* do verbo:

28. Eu estava estudando português no Brasil em / durante o ano de 2012.

29. Eu estive estudando português no Brasil em / durante o ano de 2012.

30. Ele estava estudando inglês no Canadá entre 2000 e 2005.

31. Ele esteve estudando inglês no Canadá entre 2000 e 2005.

b) Situações que estavam acontecendo num exato momento no passado:

- Pode referir-se a situações que foram interrompidas por outras, também no passado (nesse caso, usa-se a forma *imperfeita* do verbo):

32. Eu estava estudando português na biblioteca quando você chegou.

33. Eles estavam estudando português na biblioteca ontem de tarde.

- Ou a situações que aconteciam simultaneamente a outras, também no passado (nesse caso, também se usa a forma *imperfeita* do verbo):

34. Eu estava estudando português na biblioteca enquanto você estava estudando matemática.

35. Eu estava fazendo musculação no ano passado; nesse ano estou fazendo aeróbica.

1.2.3 Futuro

Usado para falar de uma ação que estará acontecendo num exato momento no futuro.

36. Nesse período no ano que vem, já estarei estudando português.

37. Amanhã às 15h estarei fazendo meu exame médico.

38. A essa hora amanhã ela já estará viajando.

1.3 Ter + participípio

1.3.1 Presente

É usado para falar de situações que começam num passado recente e continuam no presente, acontecendo repetidas vezes.

39. Eu tenho estudado muito ultimamente.

40. Nós temos feito musculação todos os dias.

41. Os alunos têm ido àquele restaurante na hora do almoço.

1.3.2 Passado

Usado para falar de situações que aconteceram no passado, antes de outra ação, também no passado.

42. Eu já tinha estudado tudo quando ele chegou.

43. Nós já tínhamos feito musculação quando fui para a esteira.

44. A gente já tinha voltado do restaurante quando ele ligou.

1.3.3 Futuro

Usado para falar de situações que já terão terminado num momento específico do futuro, próximo ou distante.

45. Eu já terei estudado tudo quando ele chegar.

46. Eles já terão voltado do restaurante às 14h.

47. Maria já terá terminado o curso em 2015.

2. Modo Subjuntivo

O modo subjuntivo é usado para expressar desejos, emoções, possibilidades, planejamentos futuros, para fazer pedidos e dar ordens. Geralmente, é entendido como o modo da incerteza, já que muitos usos do subjuntivo são feitos referindo-se a ações incertas, possibilidades, probabilidades.

2.1 Simples

2.1.1 Presente

É usado principalmente para expressar dúvida, emoções, desejos, etc.:

- 48. Ela duvida que ele esteja em casa a essa hora.
- 49. Não é possível que ele consiga comer tudo isso!
- 50. Eu desejo que você seja aprovado.
- 51. Eu espero que vocês sejam muito felizes juntos.
- 52. É maravilhoso que seja assim.

Dependendo da situação discursiva, pode ser usado como uma ordem ou um pedido:

- 53. Eu espero que você estude.
- 54. Eu quero que você se responsabilize pelo cachorro.
- 55. O chefe quer que você faça o relatório hoje.

É usado, também, para expressar necessidades, possibilidades, opiniões sobre situações ainda não concretizadas (incertas, portanto), com construções como as exemplificadas no quadro abaixo:

É necessário que É preciso que É importante que É inevitável que É inaceitável que É impossível que É provável que	<u>seja</u> uma excelente ideia.
--	----------------------------------

QUADRO 3.1: CONSTRUÇÕES COM SUBJUNTIVO PRESENTE

Nesses casos, também é possível utilizar o verbo no infinitivo, retirando a partícula *que*, sem alteração de sentido:

É necessário É preciso É importante É inevitável É inaceitável É impossível É provável	<u>ser</u> uma excelente ideia.
--	---------------------------------

QUADRO 3.2: CONSTRUÇÕES COM INFINITIVO EM SUBSTITUIÇÃO AO SUBJUNTIVO PRESENTE

Em alguns outros casos, é possível utilizar o modo indicativo com expressões de incerteza, havendo uma alternância entre esse e o modo subjuntivo, como exemplificado abaixo²⁵:

56. A mulher suspeita que seu marido a traí constantemente.

57. A mulher suspeita que seu marido a traia constantemente.

58. As crianças acreditam que o Papai Noel existe.

59. As crianças acreditam que o Papai Noel exista.

²⁵ Conforme Perini (2010), segundo o qual também é possível fazer o mesmo com o verbo “achar”, quando este significa “pensar que”. Entretanto, só funciona no passado (PERINI, 2010, p. 199 – grifos meus):

“Você achou que eu estava / estivesse mentindo”.

Nesse caso, se o verbo está no presente, só é possível usar o modo indicativo (PERINI, 2010, p. 199 – grifos meus):

“Você acha que eu estou mentindo?”.

Há, entretanto, uma leve diferença de significado entre as frases acima. Nos primeiros exemplos de cada par, parece haver a noção de maior certeza por parte dos sujeitos de que o fato descrito seja verdade. Assim, no primeiro exemplo, para a mulher, seu marido realmente a trai e, para as crianças, o Papai Noel realmente existe. No segundo exemplo de cada par, há a expressão de uma dúvida, de modo que tanto a mulher (no primeiro par de frases), quanto as crianças (no segundo par de frases) não têm total certeza de suas crenças ou suspeitas.

2.1.2 Passado

É usado para falar de situações incertas, hipotéticas, para dar palpites, etc. Normalmente, usa-se o passado do subjuntivo junto com o *futuro do pretérito* (do modo indicativo), como já foi citado anteriormente. Nesses casos, o passado do subjuntivo expressa uma *condição* para que a ação descrita pelo *futuro do pretérito* se realize. Vejamos os exemplos:

60. Se você estudasse, *seria* aprovado.

61. Se você dormisse cedo, aposto que *acordaria* mais cedo.

62. Se eles estudassem Medicina, *seriam* bem-sucedidos.

→Nota: em alguns casos, usamos palavras que desencadeiam o subjuntivo, mas nem sempre ele é utilizado quando esses vocábulos aparecem. Um exemplo é o caso do uso do *se* com o verbo no presente do indicativo, expressando uma possibilidade, ou uma condição, no presente:

63. Se você tem dinheiro, você pode viajar agora.

64. Se você sabe resolver o problema, pode ajudar o colega.

65. Se eles conhecem o suspeito, podem identificá-lo para a polícia.

Entretanto, é preciso ter cuidado, pois algumas palavras desencadeiam necessariamente o uso do subjuntivo, não sendo aceitável usar o indicativo em seu lugar. Por exemplo, com o condicional *caso*:

66. *Caso* você tivesse dinheiro, poderia viajar agora.
68. *Caso* você tenha dinheiro, pode viajar agora.
69. **Caso* você tem dinheiro, pode / poderia viajar agora.

O passado do subjuntivo pode ser usado, também, para falar de ordens que já foram dadas ou pedidos que já foram feitos, mas que o interlocutor acredita que o falante ainda não os atendeu:

70. O chefe ordenou que você fizesse o relatório hoje. (mas eu acho que você ainda não fez)
71. Eu pedi que ela fizesse faxina hoje. (mas eu acho que ela ainda não fez)
72. Ela mandou que você se responsabilizasse pelo cachorro. (mas eu acho que você não tem se responsabilizado por ele)
73. Eu gostaria que você lavasse as janelas. (mas eu acho que você ainda não lavou)

Como foi citado anteriormente, algumas palavras desencadeiam o uso do passado do subjuntivo, quando também há uma ideia de incerteza, possibilidade, probabilidade, na ação ou evento descrito pelo verbo. Alguns exemplos, segundo Perini (2010), são:

74. *Antes que*: O cachorro morreu *antes que* o veterinário chegasse.
75. *Depois que*: Ele iria ligar *depois que* terminasse o trabalho.
76. *Para*: João comprou o ar-condicionado para que tivesse mais conforto.
77. *Sem que*: O ladrão roubou o dinheiro *sem que* ninguém visse.
78. *Até que*: Eles juraram ficar juntos *até que* a morte os separasse.

Nesses casos, também é possível substituir o subjuntivo pelo infinitivo, sem alteração de sentido:

79. *Antes que*: O cachorro morreu *antes do* veterinário chegar.
80. *Depois que*: Ele iria ligar *depois de* terminar o trabalho.
81. *Para*: João comprou o ar-condicionado para ter mais conforto.
82. *Sem que*: O ladrão roubou o dinheiro *sem* ninguém ver.
83. *Até que*: Eles juraram ficar juntos *até* a morte os separar.

2.1.3 Futuro

É usado para falar de uma possibilidade futura, que pode, em certos casos, envolver uma condição para se obter um resultado no futuro:

- 84. No momento em que você estudar para valer, passará de nível.
- 85. Se você estudar agora, vai ter um futuro melhor depois.
- 86. Se você acertar na loteria, ganhará muito dinheiro.

Ou, ainda, ser apenas uma possibilidade futura, uma previsão sobre o que provavelmente acontecerá num certo momento no futuro, ou sobre o que se pretende fazer num momento futuro:

- 87. Quando nós chegarmos lá, já será muito tarde.
- 88. Quando eu terminar o trabalho, ligarei para você.

→Observe que a conjugação verbal do futuro do subjuntivo (nos verbos regulares) é idêntica, na forma, ao infinitivo do verbo. Entretanto, a ideia que é expressa pelo verbo é diferente, pois nesse caso há um sentido de possibilidade futura. Se tomarmos como exemplo o verbo *fazer*, irregular, teremos as seguintes formas:

- 89. Quando você fizer a torta, não esqueça de colocar a geleia.
- 90. Se nós fizermos as tarefas logo, terminaremos mais cedo.

2.2 Contínuo

2.2.1 Presente

É usado para falar de um desejo, para dar um alerta, sobre algo que já deve ter começado e já deve estar acontecendo, repetidamente.

- 91. Espero que você esteja estudando desde a semana passada.
- 92. Espero que você esteja fazendo musculação três vezes por semana.

2.2.2 Passado

É usado para falar sobre uma situação hipotética, dar palpites, sendo a hipótese referente a uma situação que já deveria ter começado e que o deveria estar acontecendo no presente, repetidamente, mas não é caso.

Mais uma vez, o passado do subjuntivo expressa uma condição para que a ação descrita pelo *futuro do pretérito* pudesse estar acontecendo ou acontecer. É possível usar o passado do subjuntivo contínuo paralelamente ao futuro do pretérito contínuo, mas não é obrigatório. Vejamos os exemplos a seguir.

93. Se você estivesse estudando, *estaria entendendo* as aulas.

94. Se você estivesse estudando, *entenderia* as aulas.

95. Se você estivesse fazendo musculação, estaria mais forte.

Caso se use ambos na forma contínua, temos uma ideia de proporcionalidade mais clara (ao passo que you estivesse estudando, *estaria entendendo* as aulas).

2.2.3 Futuro

É usado para falar sobre o momento em que uma situação estiver acontecendo em um futuro determinado.

96. Quando você estiver estudando, fique calmo.

97. Quando você estiver fazendo musculação, se sentirá mais disposto.

2.3 Ter+ particípio

2.3.1 Presente

É usado para falar de um desejo ou emoção presente de que algo tenha acontecido num momento passado definido.

98. Espero que você tenha estudado antes da prova.

99. Espero que você tenha feito musculação ontem.

100. Agradeço que você tenha vindo.

101. Eu lamento que seu cachorro tenha morrido.

Em alguns casos, é possível substituir o subjuntivo presente composto (ter + particípio) pelo indicativo, sem alteração de sentido:

102. Eu lamento por seu cachorro ter morrido.

103. Obrigado por ter vindo.

2.3.2 Passado

É usado para falar da hipótese de uma situação ter acontecido no passado, caso outra ação também tivesse ocorrido, num passado anterior. Sabe-se que nenhuma das situações aconteceu. A ação expressa pelo passado do subjuntivo é uma condição para que a ação expressa pelo *futuro do pretérito* (com ter+ particípio, ou não) tivesse ocorrido.

104. Se você tivesse estudado, *teria passado* de nível.

105. Se você tivesse trabalhado quando era jovem, hoje *estaria aposentado*.

2.3.3 Futuro

É usado para falar de uma situação futura que poderá já ter acontecido, ou que realmente já terá acontecido, num momento específico no futuro.

106. Se você já tiver terminado o trabalho às 15h, me ligue.

107. Quando você tiver terminado de estudar, me ligue.

108. Quando você tiver terminado a escola, eu já terei terminado a faculdade.

3. Modo Imperativo

O modo imperativo expressa ordens, pedidos, conselhos, formais e informais. Quando usamos os verbos no imperativo afirmativo ou negativo conjugados conforme a pessoa verbal “tu”, estamos usando o chamado *imperativo informal*; já quando usamos os verbos no imperativo afirmativo ou negativo conjugados conforme a pessoa verbal “você”, estamos usando o chamado *imperativo formal*.

3.1 Imperativo informal

Embora a gramática tradicional determine a conjugação do verbo no imperativo informal negativo usando uma forma idêntica à do imperativo formal, acrescida de um –s final no verbo, na prática (especialmente na fala e em contextos menos monitorados), tanto no imperativo afirmativo, quanto no imperativo negativo, costuma-se usar a mesma forma verbal, aquela que é referente ao imperativo afirmativo. Essa forma é usada para dar ordens, conselhos ou fazer pedidos informalmente:

109. Fica aí!

110. Traz aquele livro para mim?

111. Me alcança aquela folha?

112. Não me conta o final do filme!

113. Come salada... Faz bem à saúde.

3.1.2 Imperativo Informal Contínuo

O imperativo informal contínuo é usado para dar uma ordem, um conselho ou fazer um pedido de *continuidade*:

114. Continua comendo feijão todos os dias!

115. Fica misturando a massa por 20 minutos.

116. Permanece seguindo as orientações do seu médico para ter mais qualidade de vida.

117. Continua trazendo biscoitos pra mim, tá?

3.2 Imperativo Formal

É a forma usada para dar ordens e fazer pedidos de maneira mais formal e/ou polida (educada). É a forma referente ao imperativo usado com o pronome *você*. Vejamos os exemplos a seguir:

118. Faça os exercícios de 1 a 10 do livro.

119. Pratique esportes três vezes por semana.

120. Vá ao médico regularmente.

3.2.2 Imperativo Formal Contínuo

O imperativo formal contínuo é usado para dar uma ordem, um conselho ou fazer um pedido de *continuidade*, de maneira polida:

121. Continue estudando cada vez mais.

122. Siga fazendo um bom trabalho para ter uma carreira de sucesso.

123. Continue servindo o café, por favor.

3.3 O imperativo plural

Como o leitor já deve ter percebido, no singular só damos ordens à segunda pessoa verbal. Isso faz com que usemos apenas os pronomes de segunda pessoa e as respectivas conjugações do verbo. Para o singular, portanto, temos a forma informal (usando o pronome *tu*), e a forma formal (usando o pronome *você*). Entretanto, já que em PB não se usa o plural de *tu* (a saber, *vós*, ainda usado em Portugal e outros países de língua portuguesa), para dar ordens, conselhos ou fazer pedidos a mais de uma pessoa, usamos a forma *vocês* e a respectiva flexão do verbo, que é usada em contextos formais e informais. Embora não seja tão comum, no plural é possível usar a primeira pessoa no modo imperativo, como veremos nos exemplos a seguir.

Afirmativo:

124. Façam os exercícios solicitados para a próxima aula, por favor.

125. Nunca aceitem doces de estranhos.

126. Fechem a porta!

Negativo:

- 127. Não abram os presentes antes da hora!
- 128. Nunca misturem mais de dois tipos de bebidas alcoólicas.
- 129. Por favor, não estraguem o telhado!

Afirmativo contínuo:

- 130. Fiquem fazendo o dever de casa até a hora da novela!
- 131. Continuem fazendo todas as tarefas.
- 132. Por favor, permaneçam lendo o regulamento.

Negativo contínuo:

- 133. Nunca cheguem entrando sem bater!
- 134. Nunca permaneçam conversando com alguém suspeito.
- 135. Não fiquem navegando nas redes sociais durante a aula, por favor.

2.4 Construções com o verbo *leve dar* + *uma Xada* (nominalização)

Alguns verbos, quando empregados em construções, perdem bastante do seu significado e passam a ser conhecidos como *verbos leves*. Um exemplo de verbo leve é o verbo *dar* em construções como a exemplificada a seguir, a qual será apresentada nesta seção:

135. Vou **dar** *uma saída* e já volto.

136. Pedro **deu** *uma provada* na comida.

Nesses casos, o verbo *dar* não veicula muito significado, estando a ideia principal concentrada nas expressões nominais *uma saída* e *uma provada na comida*. Entretanto, há alguns sentidos especiais que podem ser veiculados pelo conjunto dessas estruturas (*dar* + *uma* + nominalização), dependendo de cada caso. Vejamos a seguir alguns exemplos.

- a) Sentido de *rapidez*: nesses casos, a ação descrita pelo substantivo (derivado de um verbo) recebe a noção de rapidez, de modo que se entende que a ação é realizada rapidamente, como nos exemplos a seguir:

137. Vou *dar uma saída* e já volto. (eu não devo demorar)

138. Ela foi *dar uma corrida*. (ela foi correr, mas não por muito tempo)

- b) Sentido de *um pouco, mais ou menos, incompletude*: nesses casos, a ação descrita pelo substantivo em questão parece incompleta, ou seja, entende-se que essa ação não foi concluída. Muitas vezes, entende-se também como realizada *tão rapidamente* que não pôde ser feita de forma completa ou perfeita.

139. Ela deu uma varrida na casa. (ela varreu um pouco, mas não terminou completa ou perfeitamente de varrer a casa)

140. João deu uma emagrecida. (ele poderia emagrecer mais)

141. Pedro *deu uma temperada* na comida. (Pedro temperou um pouco a comida, mas poderia ter temperado mais)

Esses são exemplos, portanto, de uma construção que transmite uma ideia em relação à duração ou à completude da ação, que não pode ser veiculada pura e simplesmente pelo verbo. Assim, essas noções (de pouca duração e/ou de incompletude) não podem ser entendidas a partir de exemplos como os apresentados a seguir, em que há apenas verbos em sua forma mais simples:

142. Ela varreu a casa.

143. João emagreceu.

144. Pedro temperou a comida.

É a utilização da estrutura composta pelo verbo *dar*, mais o artigo *uma* e a nominalização *Xada* que cria o efeito de sentido descrito e permite as leituras apresentadas.

Outra característica dessa construção que deve ser destacada é a seguinte: já que as principais ideias veiculadas por ela são as de *rapidez* e *incompletude*, podemos dizer que essa construção só funciona com verbos que designam ações *durativas*, isto é, que podem acontecer *durante um período de tempo*. São exemplos de ações durativas: *varrer*, *emagrecer*, *temperar*, até mesmo *sair*. Dessa forma, as ações descritas pelas nominalizações *varrida*, *emagrecida*, *temperada*, *chegada*, *etc.*, também são durativas.

Assim, ainda que muito produtivas em PB, uma restrição à formação dessas construções é o caráter de instantaneidade de certas ações descritas por alguns verbos e por suas nominalizações, como *morrer* (**morrída*), *alcançar* (*alcançada*) e *perder* (*perdida*), por exemplo. Por isso, não são possíveis construções como as que seguem:

145. *João deu uma *morrída* ontem.

146. *Bolt deu uma *alcançada* na linha de chegada.

147. *O Brasil deu uma *perdida* na Copa do Mundo de 2014.

2.5 Uma nota sobre o uso do particípio

Alguns verbos possuem particípio irregular, de modo que há duas formas para o mesmo verbo, como em:

Pego / pegado

Impresso / imprimido

Preso / prendido

Solto / soltado

Normalmente, uma é identificada como “mais verbal” e outra como “mais adjetival”, já que se assemelha aos adjetivos. Dessa forma, embora seja possível dizer em PB falado (menos monitorado)

148. Maria tinha *pego* / *pegado* o livro na biblioteca;

149. Eles já tinham *impresso* / *imprimido* o material;

150. A polícia tinha *preso* / *prendido* o ladrão;

151. O juiz tinha *solto* / *soltado* o ladrão,

a forma mais adequada com tempos verbais compostos seria a segunda, como nos exemplos a seguir:

152. Maria tinha *pegado* o livro na biblioteca.

153. Eles já tinham *imprimido* o material.

154. A polícia tinha *prendido* o ladrão.

155. O juiz tinha *soltado* o ladrão.

Já na utilização adjetiva, com verbos de ligação, como *ser*, *estar*, *ficar*, *continuar*, etc., a forma mais adequada seria a primeira, como exemplificado a seguir:

156. O João foi *pego* dirigindo bêbado.

157. O material de aula é *impresso* pela escola.

158. O ladrão foi *preso* ontem.
 159. O suspeito foi *solto* por falta de provas.

Nesses casos, é estranha a utilização da forma mais verbal do particípio, de modo que seriam inadequadas ou incomuns frases como as seguintes:

160. O João foi *pegado* dirigindo bêbado.
 161. O material de aula é *imprimido* pela escola.
 162. O ladrão foi *prendido* ontem.
 163. O suspeito foi *soltado* por falta de provas.

2.6 O infinitivo em PB

O infinitivo é também chamado (assim como o particípio e o gerúndio) de *forma nominal do verbo*. Isso se deve ao fato de que o infinitivo também pode ter características semelhantes às do substantivo, como a possibilidade de ser núcleo de um SN, por exemplo²⁶:

164. Ler é muito importante.
 165. Nós adoramos escrever poemas.
 166. Não é bom ficar muitas horas sem comer.

Em português, a forma nominal chamada *infinitivo*, embora represente a “forma mais básica” do verbo, isto é, aquela que *normalmente* não possui marcas de modo, tempo, pessoa e número, pode possuir flexão de número em alguns casos, ou, ainda, pode ter a flexão desfavorecida em outros. Há muito poucas regras claras sobre o uso do infinitivo, mas há algumas tendências sobre a possibilidade de flexão que podem ser seguidas e serão apresentadas aqui. Vejamos os exemplos a seguir.

²⁶ Nesses casos, o infinitivo ocupa uma posição que seria normalmente ocupada pelo núcleo de um SN.

a) Quando há mais de um verbo, sendo um deles principal na frase e outro dependente do anterior, e o sujeito do verbo principal é *diferente* do sujeito do verbo dependente, sendo esse último *plural*, normalmente se flexiona o infinitivo:

167. Maria deu esse perfume para vocês **usarem**.

168. Maria deu esse perfume para eles **usarem**.

169. Maria deu esse perfume para **nós** **usarmos**.

170. Ele viu **as meninas** **saírem**.

171. O correto é os **mais velhos** **falarem** e os jovens **ouvirem**.

Entretanto, é possível, também, a forma não flexionada, ainda que menos comum:

172. Maria deu esse perfume para vocês **usar**.

173. Maria deu esse perfume para eles **usar**.

174. Maria deu esse perfume para **nós** **usar**.

175. Ele viu **as meninas** **sair**.

176. O correto é os **mais velhos** **falar** e **os jovens** **ouvir**.

b) Quando o sujeito do verbo principal e do verbo dependente é o mesmo, o infinitivo não flexiona:

177. Elas gostam de **fazer** ginástica.

178. **Nós** queremos **comer** chocolate.

179. **Eles** amam **sair**.

180. **Vocês** pararam de **fumar**.

c) Quando há uma locução verbal, ou seja, um conjunto composto por dois ou mais verbos, o auxiliar flexiona e, assim, não é comum que o verbo no infinitivo flexione, como vemos nos exemplos abaixo:

181. Vocês podem ir de carro até lá.

182. Nós devemos comer salada na janta.

Entretanto, especialmente quando o verbo auxiliar está longe do verbo no infinitivo, ou se essa sequência está interrompida por um advérbio, o verbo no infinitivo pode aparecer flexionado, ainda não seja o padrão mais natural:

183. Vocês lamentam **muito** estarem doentes.

184. Eles devem, sempre que estiverem de dieta, comerem salada na janta.

d) Normalmente, quando o verbo no infinitivo é complemento de um adjetivo, o verbo não flexiona:

185. Há coisas que são muito **difíceis de admitir**.

186. As mulheres são demoradas para **se arrumar**²⁷.

e) Quando o verbo no infinitivo é sujeito de uma frase, ele também não flexiona:

187. **Comer** salada faz bem à saúde.

188. **Ajudar** as pessoas me faz feliz.

²⁷Aqui, entretanto, parece haver a possibilidade do infinitivo flexionado, acreditamos que por causa da partícula *se* do verbo pronominal:

As mulheres são demoradas para **se arrumarem**.

2.7 Dicas de pronúncia

Neste tópico, serão apresentadas algumas dicas de pronúncia bastante pontuais a respeito dos verbos no PB.

a) O verbo *estar*

O verbo *estar* é muito usado como verbo de estado e também como auxiliar no PB. Em ambos os casos, há comumente algumas diferenças entre a escrita e a pronúncia desse verbo.

- A mais comum delas é o uso das partículas *tô, tá, tão, tamo(s)* no lugar das conjugações do verbo *estar* no presente do indicativo:

189. Marcos *tá* namorando.

190. Vocês não *tão* falando sério, né?

191. Eu *tô* almoçando agora.

192. Nós *tamo(s)* vendo um filme na TV.

- Também é muito comum a redução do verbo *estar* nos tempos do modo subjuntivo, utilizando formas como *teja, sejam, tivesse(m), etc.*, bem como no futuro do pretérito do indicativo (que acompanha o passado do subjuntivo), utilizando a forma *taria(m)*, como vemos nos exemplos abaixo:

193. Tomara que ela não *teja* doente.

194. Espero que vocês *sejam* felizes juntos.

195. Se vocês *tivessem* juntos, *tariam* felizes.

196. Se eu *tivesse* rica, ajudaria todos os meus amigos.

E assim por diante.

b) Não confundir!

b.1 Não confundir a pronúncia do futuro simples do indicativo (conjugação da segunda e terceira pessoa do plural) com a do passado perfeito do indicativo, nas mesmas pessoas do discurso:

197. Eles *comerão* chocolate amanhã.

198. Eles *comeram* chocolate ontem.

b.2 Não confundir a pronúncia do futuro simples do indicativo na segunda e terceira pessoa do singular com a pronúncia do pretérito mais que perfeito do indicativo (na sua forma mais tradicional):

199. João *comerá* o bolo no dia do aniversário.

200. João *comera* o bolo naquele dia, antes de todos.

b.3 Não confundir a pronúncia da segunda pessoa do singular do presente do indicativo com a primeira pessoa do singular do passado perfeito do indicativo:

201. Ele *escreve* livros todos os anos.

202. Eu *escrevi* um livro no ano passado.

Lição 3: uso e significado das preposições

As preposições em PB são usadas para ligar termos, expressões ou construções dentro de uma mesma oração, ou, até, para ligar uma oração à outra. Estabelecem relações entre os termos ligados a elas e, em alguns casos, podem indicar uma noção bastante clara de movimento, origem, destino, período, união, localização, etc. Em outros casos, parecem não ter uma noção tão clara de significado, servindo apenas para ligar termos. Ao primeiro tipo, damos o nome de *preposições lexicais*; ao segundo, damos o nome de *preposições funcionais*. As chamadas preposições lexicais normalmente introduzem adjuntos, ou seja, termos que não têm valor de complemento e que, semanticamente, possuem valor atributivo, como os adjetivos, ou valor adverbial, como os advérbios e locuções adverbiais²⁸. Já as preposições funcionais introduzem complementos, como os objetos do verbo, por exemplo.

3.1 Preposições Lexicais

Chamamos de preposições lexicais aquelas que já trazem, inerentemente, algum significado. São exemplos desse tipo preposições como: *de*²⁹, *para*, *em*, *com*, *entre*, etc. Veremos nesta seção algumas das principais preposições lexicais, seus significados e utilizações, de modo a entender melhor como elas funcionam em PB.

3.1.1 Preposição DE

A preposição lexical *de* indica origem, ponto de partida. Pode marcar um ponto no tempo ou no espaço:

1. De Porto Alegre até Jaguarão são 400km.
2. O ônibus vai de Pelotas a Rio Grande em 1h30min.
3. O curso vai de março a dezembro.

²⁸ Dizer que uma expressão tem valor *atributivo* significa dizer que ela *atribui* uma característica ou qualidade ao seu referente, como fazem os adjetivos e algumas expressões introduzidas por preposição, como veremos a seguir. Os advérbios ou expressões de valor *adverbial* trazem uma contribuição de sentido localizando seu referente no tempo ou no espaço, por exemplo.

²⁹ A preposição *de* é um bom exemplo de uma preposição que em alguns casos é lexical, e em outros é gramatical. Algumas preposições têm variação lexical e gramatical, como ficará claro para o leitor ao longo do capítulo.

4. Joana é de Belo Horizonte.
5. Ele mudou completamente de uma hora para outra.

3.1.2 Preposição A

Sabe-se que a preposição *a* é considerada uma preposição mais “tradicional”, por ter sido assim usada também no Latim. Por isso, é também a mais indicada ao uso para “boa correção gramatical” pela gramática tradicional, em detrimento de outras preposições que podem ser alternativas a ela em certos contextos (como *em* e *para*, que serão apresentadas a seguir). Em relação à semântica (ou seja, em relação ao *sentido*), pode indicar localização, destino, objetivo ou *beneficiário*³⁰, dando uma ideia (às vezes sutil) de movimento.

Localização (no tempo e no espaço):

6. O motoqueiro está à esquerda do carro preto.
7. O restaurante mais próximo fica a cem metros daqui.
8. Ao entardecer, eles chegaram.
9. A 20 de setembro de 1835, acontecia a Revolução Farroupilha.

Destino:³¹

10. Vou ao banheiro.
11. A mãe levou a menina ao médico.
12. Ele vai a São Paulo no fim de semana.

³⁰ O *beneficiário* é entendido como alguém que é beneficiado, ou até prejudicado, pela ação descrita pelo verbo.

³¹ Hoje em dia, os brasileiros costumam substituí-la pela preposição *em*, em alguns casos, e pela preposição *para* em outros. Essas preposições são mais comumente usadas pelos brasileiros, especialmente na fala e na escrita informal no Brasil:

Vou no banheiro.

A mãe levou a menina no médico.

Ele vai para São Paulo no fim de semana.

Dei o presente para Maria.

No caso de substituição da preposição *a*, parece haver uma pequena diferença de significado que determina a utilização de uma ou outra preposição em seu lugar, de acordo com o contexto. Essa diferença será explorada a seguir no corpo do texto.

Objetivo:

- 13. Ele viajou a trabalho.
- 14. O curso é destinado a jovens empreendedores.

Beneficiário:

- 15. Dei o presente à Maria.
- 16. Entregamos o prêmio ao ganhador.

3.1.3 Preposição EM

A preposição *em* é tradicionalmente utilizada para indicar localização, indicação de um ponto no tempo ou no espaço, sem trazer a ideia de movimento que pode ser veiculada pela preposição *a*. Entretanto, hoje em dia, ela é muito usada também para indicar destino, especialmente na fala e em textos informais. Vejamos a seguir alguns exemplos.

Localização (espacial e temporal):

- 17. Estamos na sala de aula.
- 18. Você vai viajar em fevereiro.
- 19. Engordei 10kg em três anos.

Destino:

- 20. A mãe levou a menina no médico.
- 21. Vou no banheiro.

Aqui cabe destacar que a substituição da preposição *a* pela preposição *em*, como vemos nesses exemplos, além de ser uma utilização muito comum em PB (e mais informal também), parece acontecer preferencialmente quando há a ideia de permanência por pouco tempo no destino mencionado. Entende-se, no primeiro exemplo, a situação de uma mãe que leva sua filha para se consultar com o médico (não permanecendo, portanto, muito tempo lá);

no segundo exemplo, entende-se uma situação em que o locutor vai usar o banheiro, no intervalo do trabalho, por exemplo, também não permanecendo por muito tempo lá. Dessa maneira, embora não incorreto ou agramatical, parecem estranhas as frases a seguir, se considerarmos os contextos descritos acima:

22. ? A mãe levou a menina para o médico.

23. ? Vou para o banheiro.

No caso de interpretarmos as frases acima em um novo contexto, a ideia vinculada no primeiro exemplo parece ser a de que a mãe vai levar a menina até o consultório e vai dá-la para o médico, o que seria muito estranho; no segundo, parece que o locutor que proferiu a frase iria permanecer um bom tempo no banheiro (por horas, por exemplo), o que também seria estranho. Como veremos adiante, a preposição *a*, quando indica destino, parece só ser substituída pela preposição *em* quando há a ideia de permanência por pouco tempo no destino mencionado, enquanto a preposição *para* faria o papel de indicar permanência por mais tempo no referido destino, como veremos a seguir. Assim, nos exemplos citados, parece haver preferência pela utilização da preposição *em* nos contextos de fala e informais, podendo-se utilizar, também, a preposição *a* em contextos de fala formal ou na escrita (também formal).

3.1.4 Preposição PARA

A preposição *para* indica destino, objetivo, ou *beneficiário*. Quando é usada para indicar destino, em oposição à preposição *em*, parece veicular uma ideia de permanência por mais tempo no destino citado, podendo ser essa uma indicação de permanência, às vezes, por tempo indeterminado. Vejamos os exemplos a seguir.

Destino:

24. Carlos e Maria foram para São Paulo definitivamente

25. O menino foi para o colégio interno.

26. O criminoso foi para a prisão.
 27. Carolina já foi para casa. (não volta mais hoje).³²

Entende-se, portanto, as frases acima inseridas nos seguintes contextos: no caso do primeiro exemplo, Carlos e Maria foram para São Paulo para morar lá (por exemplo, porque Carlos passou em um concurso público em SP); no segundo exemplo, entende-se que o menino teria sido colocado pelos pais no colégio interno, para estudar e morar lá; no terceiro exemplo, o criminoso teria sido condenado a uma pena de anos na prisão, e, no quarto e último exemplo, entende-se que Carolina já teria saído do trabalho e voltado para casa, retornando apenas no dia seguinte.

Para que essa indicação de permanência por mais tempo seja bem marcada nas frases acima, parece obrigatória a utilização da preposição *para* nos referidos exemplos e, de certa forma, inadequada a utilização da preposição *em*. A preposição *a* também não parece muito adequada, já que pode ser considerada “neutra” nesse aspecto. Dessa forma, parecem estranhas ao falante nativo as seguintes frases, considerando os contextos já explicitados:

28. ? Eles foram a / em São Paulo definitivamente.³³
 29. ? O menino foi ao / no colégio interno.

³² A utilização tanto de preposições, quanto de artigos (como se verá na lição seguinte), com a palavra casa parece ser bastante peculiar em português. Nesse caso, quando a palavra “casa” indica *a própria casa, lar*, parece haver duas possibilidades: a utilização da preposição *para* quando intencionamos dizer que não se voltará tão cedo, e da preposição *em* quando queremos dizer que se voltará logo:

Ela foi em casa e já volta.
 Ela não está, já foi para casa.

Entretanto, a utilização, nesse caso, da preposição *a* parece inadequada:

? Ela foi a casa.
 ? Ela foi a casa e já volta.

Já quando falamos da casa de outra pessoa, as três preposições parecem adequadas, sendo mais comum utilizar-se *para* quando se deseja indicar permanência por mais tempo, *em* quando se deseja indicar permanência por pouco tempo e *a* para indicar quaisquer um dos dois casos:

Ela foi para a casa da Maria.
 Ela foi na casa da Maria e já volta.
 Ela foi à casa da Maria. / Ela foi à casa da Maria e já volta.

³³ Na verdade, sempre que temos o verbo *ir* + nome de uma cidade, não se usa a preposição *em*.

30. ? O criminoso foi à / na prisão.

31. ? Ela já foi à / na casa.

Objetivo:

32. Ele viajou para trabalhar.

33. Ela faz doces para vender.

Beneficiário:

34. A avó preparou um lanche para seus netos.

35. Entregaram o prêmio para o ganhador.

3.1.5 COM

Dá a ideia de companhia, união, mesmo que, às vezes, de forma mais metafórica:

36. A moça saiu com o seu cachorro.

37. Com a chuva, ela não quis sair de casa.

38. A senhora ficou com pena do morador de rua.

39. Ela está braba comigo.³⁴

3.1.6 Preposição SEM

A preposição *sem* é usada para dar a ideia de ausência, separação:

40. O bife foi feito sem gordura.

41. O menino brinca com o cachorro sem medo.

42. Não é bom ficar mais de três horas sem comer.

³⁴ Os pronomes pessoais, quando estão junto da preposição *com*, se juntam a ela e formam:
 com + eu = comigo;
 com + tu = contigo;
 com + nós = conosco.

3.1.7 Preposição DESDE

A preposição *desde* é usada para indicar um ponto específico no tempo ou no espaço:

43. Pintaremos o apartamento desde a sala até os quartos.
44. Ele desenha bem desde criança.
45. O ônibus veio muito rápido desde Rio Grande.
46. Eu estudo inglês desde 1997.

3.1.8 Preposição POR

É usada para indicar período de tempo, duração:

47. Estudei português por um ano.
48. Comi demais por três anos e engordei 10kg.

Para indicar agentividade:

49. O gol foi feito por Neymar.
50. O chocolate produzido por eles é ótimo.

Para indicar causa:

51. O acidente aconteceu por negligência do motorista.
52. Julieta fez loucuras por amor.

3.1.9 Preposição DURANTE

Também indica período de tempo, duração:

53. Estudei português durante um ano.
54. Comi demais durante três anos e engordei 10kg.

3.1.10 Preposição ATÉ

Usa-se para indicar limite no tempo e no espaço:

- 55. Eles foram até a metade do caminho e pararam.
- 56. Até março eu termino o meu trabalho.
- 57. Aline não vai comer doces até o ano que vem.

3.1.11 Preposição SOBRE

É usada para indicar localização, equivalendo ao advérbio *em cima*:

- 58. O pote de mel está sobre a mesa da cozinha.
- 59. O cachorro está deitado sobre a pilha de roupas sujas.

Usa-se, também, para indicar assunto:

- 60. Os professores conversam sobre o desempenho dos seus alunos.
- 61. A reportagem fala sobre a legalização das drogas.

3.1.12 Preposição SOB

É usada para indicar localização, equivalendo ao advérbio *embaixo*:³⁵

- 62. O cachorro está sob a cama.
- 63. A pasta está sob a agenda.

³⁵ Essa utilização, entretanto, é pouco comum na fala e escrita informais no PB atual.

É bastante utilizada, especialmente em contextos formais, para expressar submissão a normas ou situações:

- 64. A empresa está sob nova direção.
- 65. Esta tarefa está sob sua responsabilidade.

3.2 Preposições Funcionais

As preposições funcionais são aquelas que não carregam nenhum significado inerente. São usadas meramente para estabelecer a ligação entre termos, construções ou orações. Dado o fato que apenas servem a uma função (a de ligar elementos), são chamadas de *preposições funcionais*. As preposições pertencentes a essa classe são apenas duas, a saber: *de*, *a*. Vejamos exemplos a seguir.

DE

- 66. Ele gosta de mamão.
- 67. Nós precisamos de vendedores qualificados.
- 68. Maria desistiu do curso de japonês.

A

- 69. Esse chocolate é igual ao outro.

Lição 4: Usos do artigo

Em PB, há dois tipos de artigos: o definido e o indefinido. Vejamos a seguir com mais detalhes os principais usos dos artigos em PB.

4.1 O artigo definido

De modo geral, em português, usamos o chamado artigo definido para expressar que conhecemos aquilo sobre o que estamos falando, ou seja, que a informação dada é conhecida pelos interlocutores (no caso de uma conversa), ou não só pelo autor, mas também pelo leitor, no caso de um texto, por exemplo. Pode-se usar, ainda, o artigo definido para introduzir um sintagma nominal (SN) novo no discurso, mas que é *ancorado semanticamente*³⁶ em outra informação já apresentada. Dessa forma, quando introduzimos um SN novo em um texto ou conversação, geralmente usamos o artigo indefinido; mas se falamos de algo que já foi citado em um texto ou que é conhecido pelas pessoas envolvidas na comunicação, ou, ainda, de algo que possui uma *âncora semântica* no discurso, usamos, portanto, o artigo definido, que pode ser entendido como um *marcador de informação conhecida*³⁷. Vejamos, a seguir, alguns usos do artigo definido.

a) Referente conhecido x desconhecido no discurso

- No texto e no discurso falado, o artigo definido é muito usado para indicar um referente conhecido, que já foi apresentado anteriormente de forma indefinida (por um SN iniciado por artigo indefinido, por exemplo) e é retomado utilizando um SN agora iniciado por artigo definido:

³⁶ Veremos a definição de ancoragem semântica na sequência.

³⁷ Definição de Castilho (2012).

1. Márcio está no hospital e tem uma doença ainda desconhecida. A doença, porém, não é infecciosa.
 2. Joana mora em uma cidade do interior. A cidade em que ela mora fica perto de São Paulo.
 3. Joana tem um irmão artista. O irmão dela é cantor.
- Em alguns casos, é possível introduzir um novo referente através de um SN iniciado por artigo definido, ainda que não seja exatamente conhecido pelos interlocutores. Nesses casos, o SN definido possui uma *ancoragem semântica*, ou seja, é compreendido como definido pelo contexto:
 4. João foi em uma festa com seus amigos, mas resolveu ir embora cedo, pois a música estava muito alta e incomodava seus ouvidos.
 5. Teresa se machucou bastante e foi para um hospital. O médico examinou a moça e constatou que não era nada grave.
 6. Ficamos em um hotel perto da praia, muito simples, mas muito limpo e organizado. Percebemos que a camareira era muito caprichosa.

Nesses exemplos, entende-se a referência definida através do contexto. No primeiro exemplo, temos o contexto de uma festa e, por isso, pode-se dizer “*a* música”; no segundo, temos o evento “machucar-se” e o contexto de um hospital, por isso, podemos dizer “*o* médico”. Por fim, no terceiro exemplo, temos o contexto de um hotel, o que permite usar o artigo definido em “*a* camareira”. Sempre que ocorrem essas situações, é possível introduzir um SN novo no discurso iniciado por artigo definido, já que o contexto pode *ancorar* essa referência.

b) Elipse de núcleo do SN

Usamos o artigo definido também para marcar um apagamento do núcleo do SN, que pode ser apagado, por exemplo, para evitar repetições de vocábulos. Dessa forma, usa-se apenas o artigo, excluindo o núcleo do sintagma nominal:

7. Há dois tipos de alunos: os (~~alunos~~) que não estudam e os (~~alunos~~) que estudam.
8. Gosto muito de cachorros. Dos (~~cachorros~~) mansos, claro.

c) Expressões bem definidas

- Usamos o artigo definido antes de expressões bem definidas, para particularizá-las em relação a uma ideia mais geral. São geralmente expressões nominais (sintagmas nominais, SNs) que são complementados por adjetivos e expressões adjetivas, adjetivos superlativos, orações adjetivas:

9. A economia do Brasil está em desenvolvimento. (não qualquer economia, mas a do Brasil)
10. Ela comeu o bolo inteiro! (não só um pedaço)
11. A dieta mais saudável é a mediterrânea. (não qualquer dieta, mas especialmente a mediterrânea)

- Expressões gerais, mas que correspondem a uma ideia de classe definida:

12. Vou no³⁸ banco e já volto. (em um estabelecimento da classe dos bancos)
13. Ela foi no supermercado comprar leite. (em um estabelecimento que pertence à classe dos supermercados)
14. Os professores pediram aumento de salário. (classe dos professores)
15. Os adolescentes geralmente incomodam os pais. (classe dos adolescentes)

³⁸ Neste exemplo, usamos a regência do verbo conforme acreditamos ser a forma mais usada no PB atual. Segundo a norma padrão, das gramáticas tradicionais, o mais correto seria “vou *ao* banco...”.

d) Nomes de lugares

- Usamos o artigo antes de nomes de países e continentes:

16. A Coreia do Sul fica na Ásia.

17. O Brasil é o maior país da América do Sul.

18. A França recebe turistas o ano inteiro.

19. Marcos quer conhecer a Europa, especialmente Paris, na França.

Entretanto, há algumas exceções. Os nomes dos seguintes países nunca levam artigo:

20. Portugal;

21. Moçambique;

22. Cuba;

23. Israel;

24. Angola.

- Usamos artigo antes dos nomes de algumas cidades:

Minha empresa tem escritório no Rio de Janeiro.

Temos uma filial também no Cairo.

- Usamos o artigo definido também antes de nomes de lugares conhecidos, instituições e organizações conhecidas; antes de datas comemorativas; antes de nomes de figuras da cultura popular, etc. Pode-se usá-lo, também, antes de nomes próprios:

25. Vamos nos encontrar no arco da Redenção.

26. A ONU apoia os países subdesenvolvidos.

27. A UFRGS é uma das maiores universidades do país.

28. O governo precisa resolver essa situação social.

29. A Renata trabalha com marketing.
 30. No Natal as crianças ganham muitos presentes.
 31. As crianças acreditam que o coelho da Páscoa faz ovos de chocolate.

e) Sempre usamos o artigo definido antes de superlativos:

32. A Renata é a minha melhor amiga.
 33. João é o mais alto entre seus amigos.
 34. Esses são os piores problemas.
 35. E esses os menos piores.

f) Usamos, também, antes do nome das estações do ano³⁹:

36. No inverno, as pessoas ficam mais elegantes.
 37. O verão é minha estação preferida.
 38. A primavera é muito ventosa no Rio Grande do Sul.
 39. O outono começou ontem.

g) Antes de quantificadores⁴⁰, quando têm função substantiva⁴¹ (como os numerais, por exemplo), também se usa artigo definido:

³⁹ O artigo não é obrigatório quando o substantivo que designa a estação do ano vem precedido de preposição:

Adoro roupas de (o) inverno!
 Hoje faz uma bela noite de (o) verão.

⁴⁰ À exceção do quantificador flutuante *todo(a)(s)*. Nesse caso, usamos o artigo após o quantificador, ou antes do núcleo do sintagma nominal (SN) que é seguido pela palavra *todo(a)(s)*, como vemos nos exemplos abaixo:

Todas as meninas são vaidosas.
As meninas todas são vaidosas.
 Ele me incomoda o tempo todo.
 Ele me incomoda todo o tempo.

Vale lembrar, também, que quando o quantificador está no singular e dá ideia de uma classe, o artigo não é usado:

Toda o menina é vaidosa.

⁴¹ Ou seja, como determinante de um SN sujeito. Não se usa o artigo definido quando o quantificador pertence a um SN complemento, como no exemplo abaixo:

Os bons professores são (o) poucos.

40. A primeira aula da turma é a Maria.
 41. Os dois cachorros brincam bastante juntos.
 42. Os poucos que me ajudam são aqueles dois.

h) Antes de possessivos, pode ser usado para indicar um objeto entre vários:

43. Este caderno é o meu. (este é o meu caderno, não o seu; o meu, entre vários cadernos que estão juntos)
 44. Esta caneta é a minha. Aquela é a tua.

i) Usamos o artigo, também, quando nominalizamos um adjetivo:

45. O bonito da vida é fazer o que se gosta de fazer.
 46. O belo, na arte, deve ser tão apreciado quanto o grotesco.
 47. O simples pode ser muito complicado.

j) Usamos, ainda, antes da palavra *casa*, quando essa significa casa de outra pessoa, que não a própria casa, ou, ainda em uma casa específica:

48. A Marina foi pra casa da Roberta.
 49. João está na casa de campo.
 50. Nós passamos as férias na casa da praia.

k) Depois da palavra *ambos*:

51. Ambos os irmãos são loiros.
 52. Ambas as partes envolvidas na negociação estão de acordo.

l) E antes de expressões de peso e medida, em substituição à preposição *por*:

53. Este tecido custa cem reais o metro.
 54. A aula custa cinquenta reais a hora.
 55. O camarão está quarenta reais o quilo.

4.2 O artigo indefinido

O artigo indefinido é, em oposição ao definido, um *marcador de informação desconhecida*. Normalmente, usamos o artigo indefinido quando introduzimos uma ideia nova, através de um novo SN, em um texto ou conversação, ou quando falamos de algo que não sabemos ou não queremos definir. Vejamos a seguir alguns usos do artigo indefinido.

4.2.1 Usos do artigo indefinido

- a) Como já foi dito anteriormente, usa-se o artigo indefinido principalmente quando se introduz uma ideia nova em um SN, em um texto ou na conversação:

56. Ontem fui em um restaurante muito legal. O restaurante se chama Patriota e serve pratos bem brasileiros.

57. Tenho um primo que mora em Canoas. O nome dele é Marcos.

58. Maria tem um cachorro e um gato. O cachorro se chama Pongo e o gato se chama Mingau.

- b) Usa-se também antes de um substantivo com ideia geral:

59. Vou fazer um bolo de chocolate. (qualquer)

60. Alice quer comer uma bala. (qualquer)

61. Quero comprar um vestido novo. (não sei qual, de que cor ou modelo)

- c) Usamos também para descrever, explicar uma ideia que já foi introduzida com um SN iniciado por artigo definido, por ser um item conhecido ou que está próximo dos interlocutores:

62. Adoro esse doce! Tem um gostinho de baunilha e canela...

63. O Patas Dadas é um projeto que cuida de animais carentes.

- d) Usa-se antes de numeral para dar ideia de proximidade numérica, nesse caso, sempre no plural:

64. Me dá uns duzentos gramas de presunto.

65. Me vê uns três pãezinhos.

66. Ainda tenho umas quatro ou cinco garrafas de refrigerante.

- e) Para indicar que um indivíduo pertence a uma “espécie”, “classe”, ou é símbolo desse grupo:

67. O cara é um bandido!

68. Maria é uma doceira de mão cheia!

69. Carlos é um excelente professor.

- f) Elipse de núcleo do SN

Usamos o artigo indefinido também para marcar um apagamento do núcleo do SN, que pode ser apagado, por exemplo, para evitar repetições de vocábulos. Dessa forma, usa-se apenas o artigo, excluindo o núcleo do sintagma nominal:

70. Comprei vários doces: uns (~~doces~~) de chocolate, uns (~~doces~~) de limão, uns (~~doces~~) de maçã e uns (~~doces~~) de creme.

71. Tenho muitas xícaras lá em casa. Umas (~~xícaras~~) brancas, umas (~~xícaras~~) amarelas, umas (~~xícaras~~) vermelhas e umas (~~xícaras~~) verdes.

4.3 O SN “nu”: quando não se usa nenhum artigo

- a) Quando se deseja dar uma ideia de acumulação (listagens, citações):

72. Comprei (o) maçã, banana, mamão, laranja, melancia.

73. Ele foi reprovado em (o) História, Geografia, Química e Física.

74. Os autores que mais gosto são (o) Machado, Quintana e Veríssimo.

b) Antes do nome dos meses:

75. Vou viajar em (o) janeiro.

76. (o) Em fevereiro tem carnaval.

77. (o) Maio é o mês do aniversário dele.

c) Antes de valores, porcentagens, etc:

78. Essa massa caseira custa (o) dois e cinquenta.

79. (o) Vinte por cento do lucro fica com você.

d) Antes da palavra *casa*, quando essa significa própria casa, lar:

80. Estou em (o) casa.

81. Vou pra (o) casa.

e) Quando indefinimos bastante um substantivo, usado geralmente no singular, representando um grupo, pode-se, também, omitir o artigo:

82. (o) Criança sempre faz manha.

83. (o) Mulher é muito consumista.

84. (o) Homem é muito preguiçoso.

85. Tenho (o) primos que moram em Brasília.

Lição 5: Concordância nominal

Nesta lição, serão apresentados alguns conceitos básicos para entendermos como funciona a concordância nominal em português brasileiro, assim como as principais regras de concordância.

5.1 A flexão nominal

O primeiro tópico que precisamos saber é que os substantivos, os qualificadores (adjetivos), os determinantes (artigos, pronomes demonstrativos e indefinidos), alguns quantificadores (como o pronome *todo* e os numerais *um* e *dois*) e alguns pronomes (possessivos, demonstrativos), ou seja, a classe dos elementos chamados **nominais**⁴², flexionam em português para expressar gênero e número.

Dizemos que o gênero *masculino* e o número *singular* em PB são não-marcados, o que significa dizer que uma palavra que flexiona em gênero e número tem sua forma mais básica quando empregada no *masculino* e no *singular*. Para procurarmos substantivos no dicionário, por exemplo, buscamos pelo vocábulo masculino e singular. Da mesma forma, quando um adjetivo concorda com um substantivo masculino e outro feminino, a concordância é feita no masculino, como podemos ver nos exemplos a seguir:

1. A mesa e o caderno são novos.
2. O João e a Maria são nossos alunos.

Normalmente, o número *plural* é expresso pela terminação *-s*; da mesma forma, para palavras que flexionam em gênero, o gênero *feminino* é geralmente expresso pela terminação *-a*. Assim, temos as seguintes formas para o adjetivo “bonito” em português, por exemplo:

⁴² Nesse caso, usamos a palavra “nominal” de forma muito simples e desvinculada de teoria gramatical, apenas opondo “nominais” a *verbos*.

	Singular	Plural
Masculino	Bonito	Bonitos
Feminino	Bonita	Bonitas

TABELA 1: FLEXÃO NOMINAL

5.2 Flexão nominal e concordância

Tendo em vista um SN formado por um núcleo substantivo e itens periféricos⁴³, como determinantes, quantificadores, qualificadores, diz-se que **esses itens concordam em gênero e número com o núcleo do SN**. Vejamos como funciona a concordância de gênero e número nos tópicos a seguir.

2.1 Flexão de gênero e concordância

Considerando a afirmação acima, podemos dizer que os substantivos núcleo do SN têm *gênero governante*, o que significa dizer que o seu gênero não é determinado pelos itens à sua volta. Já os itens periféricos possuem *gênero governado*, ou seja, de maneira geral, as palavras que se referem ao núcleo concordam com ele. Vejamos a seguir exemplos de funcionamento dos dois casos.

2.1.1 Núcleo do SN e gênero governante: dois aspectos

Quando afirmamos que os substantivos núcleo do SN têm *gênero governante* significa dizer que esses substantivos podem ter gênero fixo, tais como:

3. *A mesa* (nunca será masculino);
4. *O livro* (nunca será feminino);
5. *A questão* (nunca será masculino).

⁴³ Entende-se aqui “itens periféricos” como aquelas palavras que pertencem ao SN, mas que não fazem parte de seu núcleo, embora se refiram a ele e, portanto, concordem com ele.

Ou, ainda, que o gênero desses substantivos pode ser determinado pelo falante, não dependendo dos demais vocábulos à sua volta. É o caso dos seguintes exemplos:

6. O *candidato* à presidência (masculino, por decisão do falante);
7. Minha *amiga* (feminino, por decisão do falante).

No primeiro exemplo, o falante refere-se a um homem, por isso escolheu a utilização do substantivo de gênero masculino; no segundo, a referência é uma mulher, por isso a utilização do gênero feminino. Em ambos os casos, o gênero dos substantivos não depende das demais palavras a sua volta – pelo contrário, o substantivo núcleo é que *governa* o gênero dos itens periféricos relacionados a ele. Assim, as palavras que têm o substantivo núcleo do SN como referência concordam com ele, não precisando, necessariamente, estar dentro do mesmo SN, como veremos mais adiante.

2.1.2 Gênero gramatical e gênero biológico nos substantivos

Em relação ao significado, a marcação de gênero no substantivo, muitas vezes, pode ser bastante clara e parecer relacionada a gênero biológico (ou seja, ao *sexo*). Nos exemplos abaixo, temos o substantivo masculino *menino*, e a seguir o substantivo feminino *menina*, flexionado para marcar gênero feminino, expresso pela vogal –a no final da palavra:

8. O menino bonito;
9. A menina bonita.

Entretanto, gênero gramatical, na verdade, não tem relação com gênero biológico. Afinal, não são apenas as palavras reativas a seres vivos que possuem marcação de gênero, mas os nominais em geral. Vejamos os exemplos a seguir:

10. O livro (masculino);
11. A pipoca (feminino);
12. O café (masculino);
13. A ponte (feminino).

Essas palavras possuem gênero gramatical determinado, mas não têm gênero biológico. Diz-se que *livro, pipoca, café e ponte* têm *gênero inerente*. Assim, se outras palavras em seu entorno se referirem a elas, como artigos (*o livro, a pipoca, o café, a ponte*), adjetivos (*livro grosso, pipoca salgada, café amargo, ponte extensa*), etc., concordarão em gênero com elas (caso possuam flexão, como *o (a), grosso (a), salgado (a), amargo (a), extenso (a)*⁴⁴).

Por esse motivo, podemos nos referir a um homem, por exemplo, usando uma palavra feminina (como em “ele é a vítima”, já que a palavra “vítima” é sempre feminina), bem como nos referir a uma mulher usando uma palavra masculina (como em “Maria é seu cônjuge”, já que a palavra “cônjuge” é sempre masculina). Esses fatos comprovam, portanto, que **gênero, nas línguas de modo geral e também em português, claro, é uma classe gramatical – e não biológica.**

2.1.3 Regra geral e casos especiais

2.1.3.1 Substantivos

Podemos dizer que, em português, a grande maioria dos **substantivos terminados em –a são femininos**, e a grande maioria dos **substantivos terminados em –o são masculinos**⁴⁵. Quando há a escolha do falante pelo uso da flexão de gênero de um substantivo masculino para torná-lo feminino, geralmente se retira a vogal final –o e acrescenta-se a vogal final –a, como vimos nos exemplos da tabela 1. Se, entretanto, o substantivo termina pela consoante –r, o feminino se forma apenas acrescentando-se a vogal –a, como nos exemplos abaixo:

14. O professor;

15. A professora.

⁴⁴ Os determinantes sempre flexionam em gênero e número, mas os adjetivos terminados em –e, como *forte* e *doce*, por exemplo, não flexionam em gênero. Pode-se dizer *o café forte, a limonada forte; a pipoca doce, o pastel doce, a ponte grande, o muro grande*.

⁴⁵ Segundo Rocha Lima (1984, p. 67), “de modo geral, nomes terminados em *o* átono são masculinos; e femininos os que terminam em *a* átono”.

Há, ainda, um caso em que temos três formas para a expressão do gênero feminino, a saber, o caso dos substantivos terminados em *-ão*. Nesses casos, há três padrões em que uma palavra com essa terminação pode se encaixar. Vejamos os exemplos a seguir:

a) Quando a palavra masculina termina em *-ão* e o feminino é feito em *-oa*:

16. Leão – leoa;

17. Patrão – patroa.

b) Palavras terminadas em *-ão* com feminino realizado em *-ã*:

18. Irmão – irmã;

19. Anfitrião – anfitriã.

c) Por fim, há também palavras terminadas em *-ão* que têm a sua forma feminina terminada em *-ona*:

20. Solteirão – solteirona;

21. Resmungão – resmungona.

Além desses, como vimos, também há substantivos terminados em *-e* (e *é*), como *café* e *ponte*, que podem ser tanto sempre masculinos (o café), quanto sempre femininos (a ponte). Nesses casos, o falante precisa conhecer o gênero da palavra para utilizá-la adequadamente.

Alguns substantivos terminados em *-e*, entretanto, não tem gênero fixo. É o caso, também, de alguns substantivos terminados em *-a*, que podem ser tanto masculinos, quanto femininos. Nesses casos, o gênero é determinado pelo artigo que acompanha a palavra. Geralmente, esses vocábulos têm gênero variável por se referirem a seres com gênero biológico (como é o caso dos substantivos que denominam profissão, por exemplo):

22. A dentista, o dentista;

23. O estudante; a estudante.

Há outros, ainda, que terminam em *-a* e são sempre masculinos⁴⁶, ou terminam em *-o* e são sempre femininos, como *o problema* e *a moto*. Entretanto, **de modo geral, substantivos terminados em *-a* são femininos e substantivos terminados em *-o* são masculinos em português.**

2.1.3.2 Pronomes

Como vimos outra classe de palavras que pode ser núcleo de um SN é a classe dos pronomes. Nessa grande classe, incluem-se os pronomes pessoais, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e de tratamento. Alguns têm formas variadas para expressar o gênero, outros flexionam. De qualquer forma, essas palavras são também de *gênero governante*, ou seja, seu gênero não é determinado pelas palavras à sua volta. Vejamos a seguir cada caso.

1. Pronomes pessoais

Os pronomes pessoais geralmente não flexionam em gênero ou número, já que para cada pessoa do discurso temos um pronome diferente, como é o caso de *eu* (1ª pessoa do singular) e *nós* (1ª pessoa do plural). Entretanto, os pronomes de terceira pessoa flexionam tanto em número quanto em gênero, pois temos: *ele*, *ela*, *eles*, *elas*. O pronome *você* possui flexão, mas apenas de número, uma vez que há as formas *você* e *vocês*, mas não há formas específicas para os gêneros masculino ou feminino.

2. Pronomes demonstrativos

Os pronomes demonstrativos, que também podem ser núcleo do SN, flexionam tanto em número, como em gênero, como podemos ver a seguir:

⁴⁶ Segundo Rocha Lima (1984), os substantivos terminados em *-ema* ou *-oma* são de origem grega e sempre masculinos, como *o problema*, *o cinema* e *o aroma*, *o diploma*.

	Masculino	Feminino
Singular	Esse / Este / Aquele	Essa / Esta / Aquela
Plural	Esses / Estes / Aqueles	Essas / Estas / Aquelas

TABELA 2: FLEXÃO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS

A exceção a essa regra são os pronomes *isso*, *isto* e *aquilo*, que, assim como o pronome *você*, não possuem formas específicas para gênero (nem para número), pois não flexionam. Esses pronomes são usados tanto para referentes masculinos, quanto para referentes femininos.

3. Pronomes Indefinidos

De modo geral, os pronomes indefinidos não flexionam em gênero, como *ninguém*, *alguém*, *nada*, *tudo*. A exceção a essa regra são os pronomes *todo* e *nenhum*, que flexionam para marcar gênero masculino ou feminino:

24. [Todos] são legais.
25. [Todas] são bonitas.
26. [Nenhum] serve.
27. [Nenhuma] tem preço justo.

4. Pronomes interrogativos

Os pronomes interrogativos não flexionam em gênero.

5. Pronomes de tratamento

Os pronomes de tratamento, de modo geral, flexionam para expressar gênero, como os seguintes:

28. O senhor, a senhora;
29. Excelentíssimoo, excelentíssimaa.

A exceção a essa regra são os pronomes *dona* e *seu*, que têm sempre essa forma, sendo que o primeiro é feminino e o segundo é masculino.

30. *Dona* Maria;

31. *Seu* José.

2.1.2 Os itens periféricos e o gênero governado

Já os chamados itens periféricos (como determinantes, qualificadores, quantificadores, etc.) têm *gênero governado*. Nesses casos, os itens nominais que se referem ao substantivo núcleo concordam com ele, realizando a flexão e a chamada concordância nominal. Vejamos alguns exemplos, destacando especialmente a concordância de gênero:

32. [A minha **tia**] tem mais de cinquenta anos.

33. [Os **políticos** brasileiros honestos] são [poucos].

34. [Alguns **cães**] têm ciúme de seus donos.

No primeiro exemplo, o artigo (*a*, feminino) e o pronome possessivo (*minha*, feminino) concordam com o núcleo do sujeito (*tia*, feminino). O mesmo acontece no segundo exemplo, em que o artigo *os* e os adjetivos *brasileiros* e *honestos* concordam em gênero – e também em número, vale dizer – com o núcleo do SN, *políticos*, masculino. Observe que, neste exemplo, o adjetivo *poucos*, localizado após o verbo, também está no gênero masculino (e número plural). Nesse caso, mesmo que fora do SN sujeito, o adjetivo concorda com o núcleo daquele SN, já que se refere a “os políticos brasileiros honestos”, atribuindo a esse grupo uma característica (são *poucos*)⁴⁷. Por fim, o pronome indefinido (determinante) *alguns*, no último exemplo, está no gênero masculino porque concorda em gênero (e número, também) com o núcleo do SN, *cães* (singular *cão*), também masculino.

Via de regra, **os chamados itens periféricos, ou simplesmente nominais, concordam em gênero (e também em número, como veremos mais adiante) com o seu referente**, ou seja, concordam com o núcleo do SN de que fazem parte, ou com o núcleo do SN a que se referem.

⁴⁷ Esse caso será explicado em mais detalhes no final deste capítulo.

2.2 Flexão de número e concordância

2.2.1 Flexão de número

A flexão de número é um tópico bem mais simples do que a flexão de gênero. Em primeiro lugar, porque a ideia de número (singular / plural) tem muito mais relação de sentido com a realidade do que a ideia de gênero – já que costumamos usar o plural para especificar mais de um elemento e o singular para falar de um único elemento (enquanto o gênero envolve separar em classes de gênero gramatical também aquilo que não possui gênero biológico). Assim, não podemos dizer que um nominal é singular ou plural, já que o número dos substantivos (itens de gênero inerente) é determinado pelo falante e a imensa maioria tem os dois números. Assim, temos, por exemplo:

Singular	Plural
Menina	Meninas
Carro	Carros
Flor	Flores

TABELA 3: FLEXÃO DE NÚMERO

Como vimos, o número plural é expresso pela flexão dos nominais, acrescentando-se o –s final (ou variações) como marca de plural, em oposição ao singular, que é não-marcado. As variações do –s final indicativo de plural são:

Quando uma palavra termina em –l, o plural é feito em –is:

35. Laranjal – laranjais

36. Coronel – coronéis

Quando uma palavra termina em –r , -z, ou –s (quando a última sílaba da palavra é a mais forte) o plural é feito em –es:

37. Professor – professores

38. Rapaz – rapazes

39. Português – portugueses.

Quando uma palavra termina em *-ão*, há três padrões que podem ser seguidos, sendo que é preciso saber em qual desses grupos cada palavra se insere:

a) Terminadas em *-ão* e que formam plural em *-ãos*:

- 40. Mão – mãos;
- 41. Artesão – artesãos;
- 42. Cidadão – cidadãos.

b) Terminadas em *-ão* e que formam plural em *-ões*:

- 43. Limão – limões;
- 44. Diversão – diversões;
- 45. Camarão – camarões.

c) Terminadas em *-ão* e que formam plural em *-ães*:

- 46. Capitão – capitães;
- 47. Pão – pães;
- 48. Alemão – alemães.

Há, entretanto, exceções à regra geral, como os substantivos *costas*, *óculos* e *férias*, que, embora se refiram a um só item, não possuem forma singular, de modo que os exemplos a seguir não são possíveis:

- 49. *Estou com dor n[a *costa*].
- 50. *Maria usa *óculo*, pois tem dificuldade de enxergar de longe.
- 51. *Ela tirou *féria* em janeiro.

O correto, nesses casos, é sempre flexioná-los:

- 49b. Estou com dor *nas costas*.
- 50b. Maria usa *óculos*, pois tem dificuldade de enxergar de longe.
- 51b. Ela tirou *férias* em janeiro.

Por outro lado, há alguns substantivos em português que são *incontáveis* e que, por isso, não possuem forma plural – devem ser mantidos sempre no singular. São exemplos desses substantivos palavras como *ouro* e *dinheiro* por exemplo. Essas palavras não possuem forma plural, sendo impossíveis ocorrências como *ouros* e *dinheiros*. Assim, são exemplos de ocorrências possíveis:

52. Joana tem muito *ouro* guardado no cofre.

53. Os políticos normalmente têm muito *dinheiro*, porque roubam do povo.

Outros exemplos desses casos seriam as palavras *água*, *farinha*, *açúcar*, *fermento* e palavras afins, que normalmente utilizamos da seguinte forma:

54. Preciso de *duas xícaras de açúcar*;

55. Nessa receita, coloco *dois litros de água*.

No entanto, muitas vezes usamos essas palavras no plural, imaginando uma medida implícita (isto é, que pode ser subentendida) na frase, como nos exemplos:

56. Me dá duas (~~garrafas de~~) *águas* sem gás, por favor.

57. Quantas (~~quantos pacotes de~~) *farinhas* você quer que eu compre?

Poderíamos dizer que, normalmente, os pacotes de farinha têm 1kg cada, o que nos faz entender a expressão, *quantas farinhas* do exemplo 57 como *quantos pacotes ou quantos quilos de farinha* (você quer que eu compre). Da mesma forma, colocando o exemplo 56 em um contexto, provavelmente o interlocutor entenderia qual seria o tamanho das garrafas de água solicitadas. Por exemplo, se o locutor desse exemplo está comprando as garrafas de água em um restaurante, entende-se *duas águas* como *duas garrafas de 600ml de água* (provavelmente, nesse contexto, o locutor não se refere a duas garrafas de um ou dois litros de água).

Além dessa, há, ainda, a possibilidade de pluralização de palavras incontáveis quando se subentende que há vários tipos de um mesmo item. Por exemplo: se um pão integral foi

feito com vários tipos de farinha (de trigo, de milho, integral, 7 grãos...), seria possível dizer a seguinte frase:

58. Eu fiz esse pão com cinco *farinhas* diferentes.

Se estamos falando de tipos de farinhas integrais, por exemplo, poderíamos dizer a frase 59:

59. As *farinhas* integrais fazem bem à saúde.

E assim por diante.

2.3 Concordância de número

No *português brasileiro mais monitorado*, a concordância de número ocorre da mesma forma como a concordância de gênero, ou seja, de maneira geral, **os itens periféricos, como os qualificadores, determinantes e quantificadores, concordam com o núcleo do SN, acrescentando o final –s às palavras singulares:**

60. Os meus livros;

61. Todas as minhas cartas;

62. [As meninas inteligentes] são [estudiosas].

Alguns itens, mesmo no padrão escrito, não concordam com o núcleo do SN. Veremos esses casos no último item, em que serão apresentadas as exceções às regras de concordância de acordo com as classes dos itens periféricos do SN.

No *português brasileiro menos monitorado*, no entanto, a regra de concordância de número é um pouco diferente. Normalmente, marca-se o plural na flexão do primeiro item periférico do SN, e os demais são mantidos no singular (inclusive o núcleo). Assim, também são possíveis exemplos como:

63. Vou sair com *as guria*.

64. Comprei *uns livro* bem *interessante* na Feira do Livro.

65. *Os meus filho homem* são *trabalhador*.

66. *Essas coisa toda* são muito *complicada*.

É importante destacar que, nos casos em que se usa o possessivo, é possível, também, usar o determinante antes dele, como o artigo (Os meus filhos). Entretanto, quando se usa determinante + possessivo, não se pode flexionar apenas o determinante – nesse caso, *o determinante e o possessivo* devem ser flexionados para marcar plural, podendo, nos itens seguintes, suprimir-se o final –s, como no exemplo 67 a seguir:

67. Os meus filho são muito trabalhador.

Em alguns dialetos é possível, ainda, flexionar apenas o possessivo, de modo que a frase 68 a seguir também é possível na língua menos monitorada:

68. *O meus filho homem* são *trabalhador*.

No PB mais monitorado, quando o SN traz uma ideia genérica (casos em que, normalmente, não possui elementos pré-nucleares), também é possível expressar essa mesma ideia mantendo todos os itens no singular, como em:

69. Menina é muito estudiosa (isto é, as meninas, em geral, são muito estudiosas);

70. Mulher é muito complicada (ou seja, as mulheres em geral são complicadas).

Podemos, também, expressar esse mesmo caráter genérico do SN utilizando todos os itens no plural, sem elementos pré-nucleares (como o artigo, por exemplo):

71. Meninas são muito estudiosas (isto é, as meninas, em geral, são muito estudiosas);

72. Mulheres são muito complicadas (ou seja, as mulheres em geral são complicadas).

Já no português brasileiro falado ou informal, existe uma outra maneira de expressar essa mesma ideia, embora talvez não tão usada ou tão bem aceita. Pode-se, nesse registro⁴⁸, usar o quantificador *tudo* para expressar *totalidade*. Acrescenta-se *tudo* depois do núcleo do SN ou após o verbo, caso a expressão genérica seja o sujeito, ou depois do núcleo, quando o SN é objeto:

73. *As menina tudo* ficou gritando.

74. *As menina* ficou *tudo* gritando⁴⁹.

75. Com a promoção, levaram *os panetone tudo*.

2.4 Concordância Nominal: casos especiais

1. Determinantes: no PB mais monitorado, sempre concordam com o núcleo do SN (embora no PB menos monitorado, essa concordância possa não acontecer):

76. [As meninas] saíram.

77. [Os moradores do condomínio] marcaram uma reunião.

78. [Algumas pessoas] não utilizam a internet.

79. [Esse problema] é [muito sério].

2. Possessivos: salvo os casos citados acima em relação ao PB menos monitorado, no registro mais monitorado os possessivos sempre concordam com o núcleo do SN:

80. [Minha amiga] chegou.

81. [Sua filha] come bastante salada.

82. [Nosso texto] ficou muito bom.

3. Quantificadores: alguns concordam com o núcleo do SN, outros não.

⁴⁸ Nesse caso, a palavra *registro* significa contexto de uso da língua, nesse caso, mais informal.

⁴⁹ Os exemplos 73 e 74 são de Perini (2010).

Os numerais cardinais em geral não concordam com o núcleo do SN, à exceção de *um* e *dois*, que concordam em gênero:

83. Eu tenho [*uma* menina] e [*um* menino].

84. Maria tem [*duas* filhas] e [*dois* sobrinhos].

85. João tem [três primas] e [três primos].

Os numerais ordinais sempre concordam com o núcleo do SN, em gênero e número:

86. Ela é [a *terceira* melhor cozinheira de São Paulo].

87. Maria e Roberta ganharam [os *primeiros* prêmios].

Palavras como *vários*, *muitos*, *poucos*, *etc.*, sempre concordam em gênero com o núcleo do SN:

88. [*Vários* meninos] concordam com ela.

89. [*Muitas* pessoas] gostam de chocolate.

90. Temos [*poucas* mulheres na política].

O quantificador flutuante *todo* sempre concorda em gênero e número com o núcleo do SN:

91. [*Toda* menina] é vaidosa.

92. [*Todo* homem] gosta de um bom vinho.

93. Ela come salada [*todos* os dias].

A palavra *cada* não varia, portanto, não concorda com o núcleo do SN:

94. [Cada pessoa] sabe o que faz.

95. É bom prestar atenção em [cada detalhe].

4. Qualificadores: geralmente concordam em gênero e número com o núcleo do SN, como a grande maioria dos adjetivos:

96. Nada é tão bom como [uma casa *arrumada*].

97. [Cachorros *treinados*] ajudam pessoas com necessidades especiais.

98. O meu armário está [todo *desarrumado*]⁵⁰.

Entretanto, adjetivos terminados por *-e* não concordam em gênero com o núcleo do SN:

99. [A menina *inteligente*]

100. [O menino *inteligente*]

Já os adjetivos que possuem substantivos homônimos, como *laranja* (substantivo, a fruta) e *rosa* (substantivo, a flor) não concordam nem em gênero, nem em número, com o seu referente:

101. Eu tenho [duas blusas *laranja*].

102. A Maria tem [três sapatos *laranja* lindos]!

103. [Os meus vestidos *rosa*] estão na lavanderia.

104. [Todas as roupas *rosa*] são lavadas juntas.

⁵⁰ Nesse caso, o adjetivo *desarrumado* concorda com o núcleo do SN sujeito, *armário*, que é seu referente.

2.5 SN referente e concordância

Vimos que a concordância nominal não se estabelece somente entre os itens periféricos dentro de um SN, mas, também, em alguns casos, entre um adjetivo que se refere a um SN do qual não faz parte. Isso acontece quando temos um verbo de ligação e o adjetivo em questão é uma qualidade do SN sujeito, como nos exemplos a seguir:

105. [O hotel do João] fica [bem *próximo* ao meu].

106. [Maria e Luciana] estão [muito *felizes*].

Há, no entanto, um contexto em que essa concordância pode não ocorrer: aquele em que o SN tem um significado genérico, sem determinante. Nesses casos, o adjetivo pode ficar no masculino e singular:

107. [Água mineral] é [*bom* para a saúde].⁵¹

108. [Farelo de maracujá e castanha] é [*bom* pro colesterol].

⁵¹ Exemplo de Perini (2010).

Lição 6: Uso e colocação dos pronomes oblíquos

6.1 Os pronomes *retos* e os pronomes *oblíquos*

O português brasileiro possui pronomes pessoais de primeira, segunda e terceira pessoa para as posições de sujeito e complemento. Em alguns casos, o mesmo pronome é usado em ambas as posições; em outros, o pronome que ocupa a posição de complemento é diferente daquele que ocupa a posição de sujeito. Aos pronomes que são usados exclusivamente na posição de complemento damos o nome de *pronomes oblíquos* (ou também *pronomes-objeto*). Aqueles que podem ser usados em ambas as posições chamamos de *pronomes retos* ou *pronomes-sujeito* (ainda que alguns possam ser usados na posição de objeto também).

Uma observação muito importante a fazer é a de que o uso de alguns pronomes oblíquos, considerados mais formais ou tradicionais, está diminuindo, e a tendência é de que esses pronomes desapareçam, sendo substituídos por formas retas (pelos pronomes-sujeito). De fato, eles aparecem com mais frequência em textos escritos, mais monitorados⁵², ou em falas monitoradas. Por isso, vamos apresentar um quadro que possui as formas mais utilizadas no PB atual separadas por contexto: PB formal ou mais monitorado, em oposição a PB informal ou menos monitorado.

6.2 Pronomes pessoais no PB atual: formas e usos

Vejamos a seguir uma tabela que apresenta os pronomes retos (ou pronomes-sujeito) e os pronomes oblíquos (ou pronomes-objeto) do PB atual, separados, então, por contexto de uso. A seguir, o leitor encontrará exemplos que ilustram os seus usos.

⁵² Neste texto, entenderemos “língua mais monitorada” como aquela variedade mais formal do PB que é usada em textos escritos, em contextos relativamente formais, ou em contextos de fala bastante formais. São situações em que o falante tem um cuidado maior com o uso que faz da língua.

Pessoa	PB Formal ou Mais Monitorado		PB Informal ou Menos Monitorado	
	Pronome-sujeito	Pronome-complemento	Pronome-sujeito	Pronome-complemento
1ª pessoa do singular	Eu	Me, mim, comigo	Eu	Me, mim, comigo
2ª pessoa do singular	Tu, você	Te, ti, contigo, você	Tu, você	Te, ti, contigo, você
3ª pessoa do singular	Ele, Ela	O, a, lhe, se, si, consigo	Ele, Ela	Ele, Ela
1ª pessoa do plural	Nós	Nos, conosco	Nós, a gente	Nos, a gente
2ª pessoa do plural	Vocês	Vocês	Vocês	Vocês
3ª pessoa do plural	Eles, elas	Os, as, lhes, se, si, consigo	Eles, Elas	Eles, Elas

TABELA 1: PRONOMES NO PB

2.1 PB Formal ou Mais Monitorado

2.1.1 Pronome-sujeito

A classe dos pronomes-sujeito no PB formal (ou mais monitorado) é composta por cinco formas distintas (a saber, *eu*, *tu*, *você*, *ele* e *nós*), além de suas flexões (existente para os pronomes *você* e *ele*, a saber, *vocês*, *ela*, *elas*, *elas*). À exceção de *você/vocês* e *ele(s)/ela(s)* (quando precedidos de preposição), esses pronomes só aparecem na posição de sujeito:

1. Nós viajaremos semana que vem.
2. Você come⁵³ salada com frequência?
3. Eles me contaram um segredo.

⁵³ Há, também, a possibilidade de utilização da forma *tu*, pronome mais usado nas regiões sul e nordeste do país (cf. Azeredo, 2008). A frase em questão ficaria assim: “Tu comes salada com frequência?”.

Aqui, utilizamos a conjugação do verbo *comer* para a segunda pessoa do singular *tu* conforme a orientação da gramática tradicional, emprego que normalmente seria esperado em contextos formais. Diferentemente do que a gramática tradicional orienta, já que se sabe que, em boa parte dos lugares em que esse pronome é usado no Brasil, a conjugação verbal correspondente a ele inexistente na fala e em contextos informais (menos monitorados), sendo substituída pela mesma forma verbal usada com o pronome *você*. Segundo essa orientação, a forma mais utilizada seria: “tu come salada com frequência?”.

2.1.2 Pronomes-objeto

Para os pronomes citados no item anterior, o português brasileiro formal ou mais monitorado apresenta formas específicas quando usados na posição de objeto (com a exceção do pronome *você/vocês*, que permanece igual, conforme já foi mencionado, e os pronomes *ele(s)*, *ela(s)*, que também podem permanecer iguais quando usados após preposições).

Como podemos observar na tabela da página anterior, o pronome *eu* possui as formas *me*, *mim* e *comigo*; o pronome *nós* possui a forma *nos*, e os pronomes *você* e *tu* possuem as formas *te*, *ti*, *contigo* e *lhe*, sendo as três últimas restritas a certas regiões do país⁵⁴. O pronome *ele* (e suas flexões) possui as formas *o(s)*, *a(s)*, *lhe(s)*, *se* e *si* e *consigo* (*reflexivas*). Vejamos alguns exemplos a seguir, de acordo com suas utilizações.

2.1.2.1 Pronomes-objeto: objeto direto ou indireto

Os pronomes *me*, *nos*, *te*, *se* (e o pronome reto *você*) são usados tanto na posição de objeto direto (equivalendo a complemento sem preposição), quanto na posição de um objeto indireto (equivalendo a um complemento com preposição):

4. O professor se responsabilizou pelo dinheiro (= ele mesmo - reflexivo)
5. Ele se deu um presente hoje. (= para ele mesmo - reflexivo)
6. O João e a Maria me convidaram para⁵⁵ a festa de casamento. (= eu)
7. Eles já me contaram o segredo. (= para mim)
8. Nós⁵⁶ te amamos muito. (= tu / você)
9. O chefe te deu um bom aumento de salário. (= para ti / para você)
10. A Maria nos ama. (= nós)
11. Eles nos pediram sigilo. (= para nós)

⁵⁴ Segundo Perini (2010), os pronomes *tu* e suas formas oblíquas *ti* e *tigo* são usadas em várias regiões, como no Sul e em grande parte da região Nordeste (embora não seja usada na variedade do Sudeste). Afirma, também, que o pronome oblíquo *lhe* é utilizado apenas em algumas regiões, como equivalente de *te*.

⁵⁵ A preposição *para*, na fala, costuma ser contraída para a forma “*pra*”.

⁵⁶ O pronome pessoal *a gente* não é aceito por muitas gramáticas tradicionais como pertencente ao paradigma de pronomes do português. Entretanto, ele é muito utilizado atualmente em substituição a *nós*, especialmente na fala e em contextos menos monitorados.

Como já foi mencionado anteriormente, o pronome-sujeito *você/vocês* é o único que pode funcionar tanto como objeto indireto quanto como objeto direto no PB formal ou mais monitorado, como podemos ver nos exemplos abaixo:

12. João pediu ajuda para vocês.

13. Maria ama vocês.

2.1.2.2 Pronomes-objeto: objeto direto

No PB formal ou mais monitorado, os únicos pronomes que podem ocupar a posição de objeto direto são os pronomes *o(s)*, *a(s)* (além do pronome *você(s)*, como já mencionado):

14. João a ama de verdade. (=ela)

15. Maria o leu em apenas dois dias. (=ele)

16. Caio as colocou no lixo. (=elas)

17. Os alunos de português os entregaram ontem. (=eles)

Esses pronomes, quando são usados após verbos no infinitivo, terminados, portanto, pela letra *-r*, transformam-se em *-lo*, *-la*, *-los*, *-las* e vêm sempre depois do verbo, ligado a ele pelo travessão:

18. João quer amá-la de verdade. (= *amar ela*)

19. Maria gosta de comê-los com mel. (= *comer eles*)

20. Clarissa adora fazê-las com cuidado e paciência. (= *fazer elas*)

Quando usados após verbos terminados por sequências *nasais*, como *-am*, e *-em*, transformam-se em *-no*, *-na*, *-nos*, *-nas*:

21. Eles amam-na demais. (*amam ela*)

22. Espero que eles compreendam-no. (*compreendam ele*)

2.1.2.3 Pronomes-objeto: objeto indireto

Em PB, a posição de objeto indireto é a posição que oferece uma variedade maior de utilização dos pronomes, mesmo em contextos formais ou mais monitorados. Nesses casos, há a possibilidade de se usar alguns pronomes-sujeito com preposições, entre outras formas específicas dos pronomes-objeto. Vejamos os exemplos a seguir.

- Quando o pronome equivale a um complemento precedido de preposição, podemos usar a preposição + as formas *você(s)*, *ele(s)*, *ela(s)* e *nós*⁵⁷. Assim, são possíveis frases como as seguintes:

23. Quero fazer o trabalho de português com vocês.

24. Trouxemos essas flores para ela.

25. O documento é destinado a nós, professores de linguística.

- Para os pronomes *eu*, *tu* e *ele* (*reflexivo*) temos as formas *mim*, *ti* e *si*:

26. A encomenda chegou para mim. (= para eu)

27. A Maria gosta muito de ti. (= de tu)

28. Ele só pensa em si mesmo.(= em ele mesmo – reflexivo)

- Após a preposição *com*, os pronomes *mim*, *ti*, *si* e *nos* transformam-se em *comigo*, *contigo*, *consigo* e *conosco*:

29. Quero fazer o trabalho de português contigo.

30. Ele vai fazer o trabalho conosco.

31. Quer fazer o trabalho comigo?

32. Ele precisava de um momento consigo mesmo.

⁵⁷ Entretanto, o pronome *nós*, quando precedido pela preposição *com*, torna-se *conosco*, especialmente em contextos de uso mais monitorado.

- As formas compostas pela preposição *para* + *você*, *ele* ou *ela* podem ser substituídas pelo pronome-objeto *lhe*, e as formas compostas pela preposição *para* + *vocês*, *eles* ou *elas* podem ser substituídas por *lhes*. As formas *lhe* / *lhes* parecem ainda mais formais e polidas, sendo usadas também em substituição aos pronomes de tratamento *o senhor*, *a senhora*, *os senhores*, *as senhoras*⁵⁸:

33. Meninas, eu *lhes* disse que não era boa ideia! (= para vocês)

34. Eu não *lhe* falei que era verdade? (= para você)

35. O senhor sabe que eu *lhe* peço apenas o necessário. (= para o senhor)

Assim, pela observação do quadro dos pronomes e dos exemplos apresentados, o leitor certamente pôde perceber que no PB formal ou mais monitorado as formas específicas dos pronomes-objeto ainda são utilizadas, talvez precisamente para marcar certa formalidade ou monitoramento. Entretanto, como veremos a seguir na exposição das formas pronominais do PB informal ou menos monitorado, há a tendência de que essas formas chamadas oblíquas sejam progressivamente substituídas pelas formas retas, tanto em posição de objeto indireto, quanto em posição de objeto direto. Assim, as formas retas ou de pronome-sujeito são muito mais frequentes no PB atual menos monitorado.

2.2 PB Informal ou Menos Monitorado

2.2.1 Pronome-sujeito

Como podemos observar na tabela da página 2, a única diferença entre os pronomes-sujeito utilizados no PB mais monitorado em relação ao PB menos monitorado é a inclusão do pronome pessoal *a gente*, que semanticamente corresponde ao pronome *nós*, mas cuja concordância obedece à forma da terceira pessoa do singular, como se o verbo ligado a ele e

⁵⁸ Nesses casos, especialmente no PB falado, informal, ou em contextos menos monitorados, é possível utilizar as formas *lhe* / *lhes* também em posição de objeto direto, como mostram os exemplos a seguir:

O senhor sabe que eu *lhe* amo muito.

As senhoras sabem que nós *lhes* admiramos!

Os senhores devem exigir que os mais novos *lhes* respeitem!

os seus demais referentes concordassem com o pronome *ele*. Desse modo, utilizamos o pronome *a gente* como nos exemplos abaixo:

36. A gente vai sair hoje à noite. (= nós vamos sair hoje à noite)

37. A gente está sempre junto. (= nós estamos sempre juntos)

Esse pronome está progressivamente substituindo o pronome *nós*, especialmente em contextos informais e menos monitorados, nos quais se observa uma ocorrência bastante grande de *a gente*.

2.2.2 Pronome-objeto

No que diz respeito aos pronomes-objeto, a principal diferença entre o registro formal, mais monitorado, e o registro informal ou menos monitorado é a possibilidade de utilização de algumas formas de pronomes-sujeito na posição de objeto, inclusive como objeto direto, caso em que, no registro formal, os pronomes-sujeito não são utilizados. Vejamos a seguir os exemplos.

2.2.2.1 A gente como pronome-objeto

O pronome *a gente* também pode ser usado como pronome-objeto no PB menos monitorado. Ele serve de objeto direto e indireto, sendo que algumas preposições se juntam à vogal “a” de *a gente*, como podemos ver nos exemplos a seguir:

38. A professora ajuda a gente.

39. Será que ele gosta da gente? (de + a gente)

40. Você quer sair com a gente?⁵⁹

41. Ele faz esse serviço pra gente. (para + a gente)

42. A violência urbana dá muito medo na gente. (em + a gente)

⁵⁹ Em contextos bastante informais, observa-se também a contração de *com + a gente*, resultando na forma *c'agente*. Essa forma, no entanto, só aparece na fala informal ou menos monitorada e parece ser desprestigiada pela grande maioria dos falantes escolarizados do PB.

2.2.2.2. Os pronomes *ele*, *ela*, *eles*, *elas* como objetos diretos

Outra diferença marcante entre o PB formal e o PB informal ou menos monitorado é a possibilidade de utilização dos pronomes *ele(s)* e *ela(s)* na posição de objeto direto nessa variante. Assim, ao passo que os exemplos abaixo são menos prováveis em contextos formais ou mais monitorados e normalmente não admitidos pela gramática normativa tradicional, eles são bem-formados e aceitos no PB informal ou menos monitorado:

43. - Você tem visto a Maria?

- Eu vi ela no cinema ontem.

44. - Sabe quem ajudou a Luiza e o Guilherme com a organização da festa?

- A Paula ajudou eles.

45. A professora sempre ajuda a gente a tirar dúvidas.

6.3 Colocação pronominal: as diferenças

Nesta seção, veremos como funciona a colocação pronominal, especialmente dos pronomes-objeto, no PB, também contrastando os usos no PB Formal ou Mais Monitorado com os usos feitos no PB Informal ou Menos Monitorado. Veremos que as diferenças são bem significativas, a começar pela regra geral de colocação pronominal.

3.1 PB Formal ou Mais Monitorado

No PB formal, a regra geral de colocação pronominal é a “ênclise ao verbo principal”. Isso significa que, de maneira geral, quando há um monitoramento mais cuidadoso do uso da língua, especialmente em contextos formais, a tendência é que se coloque o pronome-objeto depois do verbo, ligado a ele pelo chamado hífen, como nos exemplos a seguir:

46. Maria ama-o como um filho.
47. A professora apresentou-as à turma.
48. Os políticos tratam-nas com pouca ou nenhuma importância.
49. Gostaria de informar-lhe que o senhor está demitido.
50. Dê-me um cigarro.

No PB mais monitorado ou formal, também é comum que se evite iniciar frases com os pronomes-objeto, colocando-os, assim, em posição enclítica, mesmo que o seu uso no início de frases já seja muito comum no PB informal há um bom tempo⁶⁰:

51. Diga-lhe o que houve.
52. Peço-te que me perdoe.
53. Coma-o devagar, para saborear essa maravilha de doce.

Por fim, há alguns casos em que essa regra geral não é aplicada: são aqueles em que há um “elemento atrativo”, que traria o pronome para a posição pré-verbal (proclítica). São exemplos desses casos as construções em que o sujeito do verbo é um pronome, ou quando há advérbios como *não*, *sempre*, *nunca*, *talvez*, etc., ou ainda palavras como *que* e *se*, as quais “atraem” o pronome. Vejamos os exemplos a seguir, que se aproximam muito mais do PB informal por apresentarem o uso da próclise:

54. Não me diga isso!
55. Eu te liguei ontem, mas você não me atendeu.
56. Quando lhe disseram isso?

⁶⁰ Como prova deste fato temos o poema “Pronominais”, de Oswald de Andrade, da década de 1920.

3.2 PB Informal ou Menos Monitorado

No PB informal ou menos monitorado, a regra geral de colocação pronominal se inverte: próclise ao verbo principal. Isso acontece, portanto, não só nos contextos em que há aqueles elementos que a gramática tradicional chama de “atrativos”, mas também sem a presença deles e até em início de frase. Essa regra é, sem dúvida, a mais utilizada no PB atual⁶¹. Vejamos os exemplos abaixo, que ilustram essa tendência discutida neste capítulo:

57. Te amo!

58. Eu me preocupo com os prazos de trabalho.

59. Ela se irrita muito fácil.

60. Me empresta esse livro!

61. Eu vou te devolver o livro amanhã.

⁶¹ Cf. Azeredo (2008), Castilho (2010) e Perini (2010).

Lição 7: O uso dos pronomes demonstrativos

7.1 Utilização *demonstrativa*

O português brasileiro possui quatro pronomes demonstrativos diferentes: **esse** (e as variações *essa, esses, essas, este, esta, estes, estas*), **isso** (e variação *isto*), **aquele** (e as variações *aqueles, aquela, aquelas*) e **aquilo**. Os pronomes *esse* e *isso* possuem as variações *este* e *isto*, que não possuem diferença de significado, sendo ambas utilizadas no PB, embora as formas *esse* e *isso* predominem sobre as outras, pois têm maior frequência de uso⁶². O pronome *esse* e suas variações, bem como o pronome *isso* e sua variação *isto*, correspondem à primeira ou segunda pessoa; já o pronome *aquele* e suas variações, bem como o pronome *aquilo*, correspondem à terceira pessoa⁶³. Dessa forma, os primeiros são empregados com os advérbios de lugar *aqui, cá* e *aí*, enquanto os demais são usados com os advérbios *ali* e *lá*⁶⁴.

Pessoa	Pronome	Advérbio
1ª ou 2ª pessoa	Esse (essa, esses, essas) Este (esta, estes, estas) Isso Isto	aqui, aí
3ª pessoa	Aquele (aquela, aqueles, aquelas) Aquilo	ali, lá

TABELA 1: PRONOMES DEMONSTRATIVOS E PESSOAS VERBAIS

As variações das formas *esse, este* e *aquele* se referem a variações de gênero e número. O pronome *esse* e sua variante *este*, bem como o pronome *aquele*, flexionam em gênero (masculino e feminino) e número (singular e plural): *esse* (s) (a/as), *este* (s) (a/as), *aquele* (s) (a/as). Os pronomes *isso* (incluindo sua variante *isto*) e *aquilo* não flexionam em

⁶² Cf. Bagno (2011).

⁶³ A gramática tradicional do português apresenta os pronomes demonstrativos em três tipos, de acordo com as pessoas verbais: *este* (a), *estes* (as) e *isto* para a primeira pessoa; *esse* (a), *esses* (as) e *isso* para a segunda pessoa e *aquele*(s), *aquela*(s), *aquilo* para a terceira pessoa. Essa divisão encontrava paralelo na divisão feita entre os advérbios *aqui / cá* (primeira pessoa), *aí* (segunda pessoa) e *ali / lá* (terceira pessoa). Hoje em dia, os brasileiros já não fazem distinção alguma entre esses pronomes, especialmente na variedade menos monitorada e na língua falada (cf. BAGNO, 2012). Quando utilizada, essa distinção parece ser restrita apenas a textos escritos ou falas mais monitoradas, como veremos especialmente no item 2.

⁶⁴ Isso não significa que os advérbios são obrigatórios, mas que são bastante usados para fazer uma diferenciação mais clara ou explícita do que está perto do falante em relação a o que o que está perto do ouvinte.

gênero e número, pois são sempre singulares e de gênero *neutro*, isto é, são usados para falar de seres inanimados (ou seja, sem vida)⁶⁵. Assim, em relação ao gênero e número, temos a seguinte organização:

	Singular	Plural
Masculino	Esse, este, aquele	Esses, Estes, aqueles
Feminino	Essa, esta, aquela	Essas, Estas, Aquelas
Neutro	Isso, isto	

TABELA 2: OS DEMONSTRATIVOS E FLEXÕES

Vejamos a seguir alguns exemplos de uso dos demonstrativos em PB:

1. - *Esse/ este* aqui é de quê? (o bolo está próximo do falante)
2. - *Esse / este* aí é o bolo de banana. (o bolo está próximo da pessoa com quem se fala)
3. - O que é *isso / isto* aí? É de comer? (o objeto está próximo da pessoa com quem se fala)
4. - Sim, *isso / isto* aqui é uma fruta bem diferente. (a fruta está próximo do falante)
5. - *Esse / este* aqui é o meu primo João. (João está próximo do falante)
6. - Muito prazer, João. Eu sou a Marina e *essa / esta* aqui é a minha filha Ana. (Ana está próxima de sua mãe)
7. - *Aquele* é o João? (João está longe do falante e do ouvinte)
8. - Sim. Ele pintou o cabelo, por isso está diferente.
9. - *Aquelas* são as minhas tortas preferidas. (as tortas estão longe do falante e do ouvinte)
10. - As minhas também. *Aquela* confeitaria é muito boa (a confeitaria está longe de ambos)
11. - Aquilo é um horror! (O assunto de que se fala está longe do falante e do ouvinte)
12. - É um absurdo!

⁶⁵ Este é o único caso em que o gênero neutro permanece no PB.

No PB atual, entre o pronome *esse* (e variações) e sua variante *este* (e suas variações), bem como entre o pronome *isso* e sua variante *isto*, observa-se uma preferência, especialmente na língua menos monitorada, pelos pronomes *esse* (e variações) e *isso*, como se pode ver na tabela abaixo⁶⁶:

Demonstrativo	Número	Porcentagem
Esse	137	18,8 %
Esses	31	4,2 %
Essa	168	23 %
Essas	54	7,4 %
Isso	285	39 %
SUBTOTAL	675	92,6 %
Este	16	2,2 %
Estes	5	0,7 %
Esta	20	2,7 %
Estas	3	0,4 %
Isto	10	1,4 %
SUBTOTAL	54	7,4 %
TOTAL	729	100%

TABELA 3: FREQUÊNCIA DE USO DOS DEMONSTRATIVOS

⁶⁶ Conforme dados do projeto NURC analisados por Bagno (2012). A respeito do projeto NURC, ver Pabst (2012).

7.2 Utilização anafórica e catafórica

Os pronomes demonstrativos, especialmente *esse*, *este*, mas incluindo também os pronomes *aquele*, *isso*, *isto* e *aquilo* (e suas variações, quando existem), também possuem uma utilização textual de retomadas (*anáfora*, *retomada anafórica*) ou introdução de um referente (*catáfora*, *introdução catafórica*). Vejamos a seguir como esse mecanismo funciona.

2.1 Para retomar itens que já foram citados

1.1.1 Com um único referente

Podemos usar os pronomes *esse* ou *isso* (e variações, quando existem)⁶⁷:

13. Nos debates políticos para eleições à presidência, os políticos só se atacam em vez de apresentarem as suas propostas. *Isso* é um absurdo.

14. João e Carlos são ótimos alunos. *Esses* meninos são muito inteligentes.

1.1.2 Com dois referentes

Usamos os pronomes *este* (e variações) e *aquele* (e variações), *isto* e *aquilo* para retomar referentes mais próximos ou mais distantes no discurso. *Este* e *isto* retomam o referente mais próximo, enquanto *aquele* e *aquilo* retomam o referente mais distante⁶⁸. Vejamos os exemplos:

15. Duas coisas que eu como todos os dias são: *balas* e *frutas*. *Estas* eu como porque são saudáveis e necessárias, *aquelas* eu como porque eu gosto mesmo... Pena que fazem mal à saúde⁶⁹.

⁶⁷ Em textos e fala menos monitorados, os pronomes *esse* e *este* (e suas variações), bem como os pronomes *isso* e *isto* também são intercambiáveis também nesse tipo de utilização.

⁶⁸ Em textos menos monitorados e na fala, os pronomes *esse* e *este* (e variações), bem como os pronomes *isso* e *isto* também são intercambiáveis também nesse tipo de utilização.

⁶⁹ Nesse exemplo, *estas* retoma *frutas* e *aquelas* retoma *balas*.

16. Os candidatos sempre repetem as mesmas propostas, mas nunca cumprem o que prometem quando eleitos. *Isto* é aceitável, já que certas necessidades permanecem, mas *aquilo* é um absurdo⁷⁰.

1.2 Para introduzir novos itens

Para introduzir um referente que ainda não foi mencionado, costuma-se usar os pronomes *este* (e variações), *isto* (e variações)⁷¹. Vejamos os exemplos a seguir.

17. Maria me disse *isto*: “eu vou casar amanhã!”.
18. A única coisa que temo é *isto*: a violência.
19. Quero *este*: o sapato azul.
20. *Esta* apresentação será ótima.
21. *Estes* novos drinks farão um sucesso na sua festa.

Usa-se, também, o pronome *este* (e variações) quando, na escrita, refere-se ao próprio texto⁷²:

22. Este texto argumentará sobre a diferença entre os conceitos *diet* e *light* na alimentação saudável.
23. Resolvi escrever esta carta para ti porque eu estava com saudades.

⁷⁰ Nesse exemplo, *isto* se refere ao fato de *repetir as mesmas propostas*, e *aquilo* se refere ao fato de *não cumprir o que é prometido*.

⁷¹ Na língua menos monitorada, costuma-se usar também os pronomes *esse*, *isso* também nesses casos.

⁷² Entretanto, em textos menos monitorados, costuma-se usar também o pronome *esse* e variações.

SEGUNDA PARTE – LIÇÕES DO PROFESSOR

Lição 1: A estrutura da frase em português brasileiro

1.1 O verbo como elemento central

A fim de apresentar para o aluno de PLA a estrutura da frase em PB, iniciamos o primeiro capítulo falando do verbo, para, a partir dele, chegarmos em seus complementos, falarmos de sujeito, ordenamento sintático e estrutura frasal. Decidimos partir do verbo por acreditar que é ele quem “organiza” a sentença do português, selecionando argumentos específicos, com propriedades sintáticas, semânticas e morfológicas compatíveis com sua estrutura. A partir de uma série de propriedades definidas pelo verbo é que vamos selecionar sujeito, complementos e demais elementos que constituirão a estrutura da sentença.

O verbo é responsável pelo processo de seleção categorial dos elementos que o acompanham, processo, esse, que chamaremos de *subcategorização verbal*. Para entendermos um pouco do que se trata, partamos de alguns exemplos. Vamos imaginar que pretendemos formar uma sentença usando o verbo *ser*. Esse verbo, então, provavelmente selecionará sintaticamente um SN (sintagma nominal) sujeito e um SAdj (sintagma adjetival) complemento, como em “*A Maria é bonita*”. Se o verbo estiver no plural, selecionará um SN sujeito plural, característica que será marcada na morfologia do SN sujeito (que será flexionado), e um SAdj também flexionado, que concordará com o sujeito plural, como em “*As meninas são bonitas*”. Se tivermos um verbo de ação, como *correr*, por exemplo, esse verbo selecionará um SN sujeito com papel semântico de agente, dadas suas características semânticas, formando uma frase como “*O João corre*”. Assim, podemos dizer que em PB o verbo determina uma série de propriedades dos elementos que o acompanham, o que faz dele um elemento de grande centralidade na estrutura frasal do PB.

O verbo, aliás, não é central apenas em língua portuguesa – ele é elemento importante e presente em todas as línguas naturais. O verbo, além de tudo, faz parte de um dos vários postulados conhecidos como *universais linguísticos*. Atualmente sabe-se que, embora superficialmente muito diferentes, as línguas naturais têm muitas características em comum. Essas características compartilhadas pelas línguas é que são chamadas de *universais linguísticos*.

De acordo com Eifring & Theil (2005), há três tipos de universais: os **absolutos**, os **estatísticos** e os **implicacionais**. Os universais absolutos são os que se referem a propriedades

compartilhadas por todas (ou quase todas) as línguas humanas, como a existência de vogais e consoantes, por exemplo. Os chamados universais estatísticos referem-se a fortes tendências na maioria das línguas, como a de o sujeito preceder o objeto, embora nem sempre essas tendências se confirmem. Por fim, os universais implicacionais são aqueles que descrevem a relação entre duas propriedades em comum em algumas línguas – há casos em que, quando uma língua tem uma propriedade X, normalmente tem também uma propriedade Y. Por exemplo, se uma língua tiver a ordem dominante SVO, provavelmente ela terá preposições; já se tiver a ordem dominante SOV, provavelmente ela terá posposições (cf. Greenberg, 1963).

Ainda conforme Eifring & Theil (2005), **é na primeira classe de universais que se enquadra a propriedade de distinção entre nome e verbo**. De acordo com os autores, em todas (ou em quase todas) as línguas humanas, há a classe de verbos e a de nomes, sendo que o verbo prototípico descreve um processo ou evento, enquanto o nome prototípico descreve uma entidade ou os participantes desse evento. De acordo com Eifring & Theil (2005, p.10):

A distinção entre substantivos e verbos acarreta tanto consequências sintáticas quanto morfológicas. Sintaticamente, um evento é expresso tipicamente por um verbo, enquanto os participantes do evento (bem como as funções sintáticas como sujeito e objeto) são expressos tipicamente por substantivos ou sintagmas nominais. Morfológicamente, substantivos e verbos são frequentemente flexionados em diferentes categorias. Em inglês, os substantivos flexionam em número, enquanto os verbos entram em um complexo sistema de flexões e de uso de formas auxiliares para expressar um conjunto de categorias como tempo, aspecto, modo, pessoa e número.⁷³

Em português, por exemplo, o verbo utiliza a flexão e as perífrases verbais (com verbos modais e auxiliares) como mecanismos para expressar esse conjunto de categorias. Enquanto o inglês utiliza essencialmente os auxiliares para expressar tempo, modo, aspecto, pessoa e número, o português expressa as mesmas categorias em um sistema de flexão verbal morfológicamente mais complexo, ao passo que os nomes flexionam apenas para expressar gênero e número.

Sintaticamente, **o verbo é responsável por selecionar os elementos que o acompanham, estruturando, assim, a sentença**. Como afirma Perini (2002, p. 468):

⁷³ Trecho original, em inglês: The distinction between nouns and verbs has both syntactic and morphological consequences. Syntactically, an event is typically expressed by a verb, while participants of the event (and syntactic functions like subject and object) are typically expressed by nouns (or noun phrases). Morphologically, nouns and verbs are often inflected for different categories. In English, nouns are inflected for number, while verbs enter into a complex system of inflections and the use of auxiliary forms to express a number of categories such as tense, aspect, mood, person and number.

Em português, como em inglês, o verbo funciona como uma espécie de eixo principal da sentença; para citar Allerton (1982), “Um aspecto dessa centralidade do verbo na sentença é que o tipo de verbo que é selecionado para uma sentença em particular determina a estrutura básica dessa sentença.”⁷⁴

Como atestam os autores, podemos dizer que o verbo é o elemento central ou estruturante da sentença em PB, já que é ele quem determina a sua estrutura básica através da seleção de argumentos (subcategorização verbal). Por essa razão, decidimos partir dele para apresentar a estrutura frasal do PB. Vejamos a seguir, com mais detalhes, de que forma o verbo estrutura a sentença.

1.2 Subcategorização Verbal

Em português, conhecer o verbo, isto é, saber identificá-lo, conhecer seu significado e, conseqüentemente, os tipos e quantidade de elementos que podem acompanhá-lo, é fundamental para que consigamos construir uma oração gramatical na língua, ou mesmo para compreender uma oração analisada. Conforme Perini (2010, p. 135), “se existe uma chave para a sintaxe do português, é o verbo”. Conhecendo o verbo, é possível determinar grande parte da estrutura das orações em que ele pode ocorrer, uma vez que ele é quem seleciona seus argumentos e determina as construções em que aparece. Tomemos como exemplo o verbo *almoçar*. Sabemos que este verbo pode ocorrer em pelo menos duas construções:

- a) uma intransitiva, isto é, construção em que o verbo seleciona apenas um argumento (o seu sujeito), como em *Hoje Guilherme não almoçou* (exemplo em que figuram dois adjuntos adverbiais – *hoje* e *não* –, o sujeito – *Guilherme* – e nenhum complemento);
- b) e uma transitiva direta, ou seja, construção em que o verbo seleciona dois argumentos, como em *Ontem eu almocei salada* (exemplo em que figuram um adjunto adverbial – *ontem* –, um sujeito – *eu* – e um complemento ao verbo – *salada*).

⁷⁴ Trecho original, em inglês: “In Portuguese, as in English, the verb functions as a sort of main axis of the sentence; to quote Allerton (1982), ‘One aspect of this centrality of the verb in the sentence is that the kind of verb that is selected for a particular sentence determines the basic structure of that sentence.’”

Diz-se, portanto, que o verbo *almoçar* possui duas **diáteses** principais, ou seja, duas possibilidades de *construções sintáticas* – uma intransitiva e outra transitiva direta. Ao conjunto de diáteses de um verbo, dá-se o nome de *valência* ou *subcategorização verbal*. Assim, podemos dizer que o verbo *almoçar* pode ser monovalente (selecionando como argumento apenas seu sujeito), ou bivalente (selecionando como argumentos seu sujeito e seu objeto direto).

Como vimos nos exemplos acima, na construção intransitiva ou monovalente, o verbo possui apenas um argumento (o sujeito, *Guilherme*), enquanto na construção transitiva direta ou bivalente, o verbo possui dois argumentos (o sujeito, *eu*, e o objeto direto, *salada*). Isso não significa, no entanto, que o verbo não pode vir acompanhado de outros elementos independentes. As palavras *hoje* e *não*, no primeiro exemplo, e *ontem*, no segundo, são *adjuntos adverbiais*. Os adjuntos não fazem parte da diátese do verbo, uma vez que podem ocorrer livremente com qualquer verbo, não sendo restritos a um ou outro tipo específico de construção sintática. Ainda conforme Perini (2010, p. 136),

[...] nem tudo na oração depende do verbo. Há elementos de introdução sintaticamente livre, que podem ocorrer com a mesma forma e o mesmo significado, seja qual for o verbo. [...] Esses elementos são denominados **adjuntos** – em contraste com os **complementos**, cuja forma sintática e papel temático dependem do verbo de alguma maneira. [grifos do autor]

Assim, uma mesma diátese pode funcionar para determinados verbos, mas não para outros. A diátese <SN, SN>⁷⁵ funciona para o verbo *comer*, mas não para o verbo *precisar*, como vemos nos exemplos abaixo:

1. Gabriel come chocolate.
2. *Gabriel precisa chocolate.

Já os adjuntos que acompanham o verbo independem da sua diátese, podendo figurar com qualquer verbo, desde que sejam adequados ao seu sentido, formando uma frase semântica e pragmaticamente bem formada na língua. Assim, tanto com o verbo *almoçar*, quanto com os verbos *comer* ou *precisar*, podemos utilizar um mesmo adjunto adverbial, como vemos nos exemplos abaixo:

⁷⁵ O elemento sublinhado em uma diátese verbal corresponde sempre ao sujeito, enquanto os demais elementos correspondem aos objetos do verbo.

3. Eu almoço salada *todos os dias*.
4. Gabriel come chocolate *todos os dias*.
5. Gabriel precisa de chocolate *todos os dias*.

Assim, enquanto cada verbo possui a sua valência e deve seguir seu padrão de subcategorização para estruturar orações gramaticais na língua, outros elementos acessórios, como os adjuntos adverbiais, podem figurar com qualquer verbo, não fazendo parte de diáteses específicas. Portanto, apenas o sujeito e os complementos de um verbo são considerados seus argumentos. Por essa razão, também, é que não entramos no âmbito dos adjuntos quando falamos da estrutura da frase em PB no capítulo do aluno. Interessava-nos, de início, apresentar apenas a estrutura básica da sentença, ou seja, os elementos essenciais à formação de uma sentença gramatical em PB.⁷⁶

Assim, tendo conhecimento do funcionamento desses sistemas e das características de cada verbo, os falantes de português já podem estruturar sentenças gramaticais na língua. A partir das informações das diáteses de um verbo, ou seja, conhecendo sua valência, podemos formar todas as construções possíveis com esse verbo. Essas informações, porém, não são decoradas ou aprendidas formalmente – o falante as armazena junto ao verbo no léxico internalizado. O falante que conhece um verbo conhece também seu significado e os tipos de construções em que pode ocorrer. Conforme Othero (2014, p. 198),

É no léxico que estão armazenadas as palavras da língua juntamente com informações gramaticais relevantes de cada item lexical. Por exemplo, um verbo pode apresentar certo número de informações **morfossintáticas** relativas à sua complementação e à sua classe gramatical. Assim, um verbo como *gostar* tem uma determinada **estrutura argumental**, e sua entrada no léxico de nossa língua pode ser caracterizada como (70) a seguir: (70) **gostar**, v, <SN, SP>. [grifos do autor]

Nessa caracterização, observamos que o verbo apresenta dois argumentos, sendo eles um sintagma nominal e um sintagma preposicional (ou seja, um SN encabeçado por uma preposição), sendo o primeiro com função de sujeito e o segundo com função de objeto indireto. Observemos, agora, o exemplo abaixo:

⁷⁶ Deixamos como sugestão para trabalhos futuros a abordagem dos adjuntos na organização da estrutura frasal no PB, tema que pode ser bastante interessante, também, para o conhecimento de alunos estrangeiros, mas que, devido a limitações de escopo, não foi abordado neste trabalho.

6. Pedro quebrou o vaso.

Da mesma forma que reconhecemos o exemplo 6 como uma frase gramatical em português brasileiro em consequência de nela identificarmos o padrão esperado de subcategorização ou valência verbal para o verbo quebrar (a saber, um SN sujeito e um SN complemento), estranhamos os exemplos 7 a 10 pelo mesmo motivo, já que **o padrão de subcategorização é violado e este verbo possui apenas uma diátese, a transitiva direta, bivalente:**

- 7. ? Quebrou.
- 8. ? Quebrou o vaso.
- 9. *Pedro quebrou de vaso.
- 10. *Pedro quebrou o vaso à Maria.

Portanto, conhecemos intuitivamente os verbos que se encaixam em uma determinada diátese, assim como as diátesses possíveis para cada verbo. São informações básicas necessárias à boa formação de uma sentença na língua materna e informações, portanto, que devem ser aos poucos memorizadas pelos aprendizes de uma língua estrangeira.

Entretanto, o fenômeno da subcategorização verbal é mais complexo do que parece. Ao tomarmos um verbo como *chutar*, que aparentemente possui uma diátese apenas, aquela mais comum, a saber: **chutar, V, <SN, SN>**, como em 11 a seguir,

11. Neymar chutou a bola,

e tentarmos formar outras construções possíveis, aparecem as seguintes:

- 12. Neymar chuta bem.
- 13. Neymar chutou a gol.
- 14. Neymar chutou a bola para Oscar.
- 15. Neymar chutou a bola no Oscar.

Normalmente, a Gramática Normativa Tradicional (GNT) classifica o verbo *chutar* apenas como transitivo direto (isto é, aquele que exige um objeto direto, ou seja, um complemento que não é regido por preposição). Entendendo essa classificação como a “correta” e a única existente, a sentença 12 seria considerada agramatical, ou, para essa tradição, essa sentença “não existe”. No entanto, todo falante nativo do português brasileiro ouve, utiliza e entende uma sentença como essa.

As expressões acima *a gol* (em 13), *para Oscar* (em 14) e *no Oscar* (em 15), normalmente são classificadas pela GNT como adjuntos adverbiais, que supostamente exprimem apenas circunstâncias como objetivo, lugar, etc., e que não fazem parte do que aqui chamamos de diátese do verbo. Para não contradizer suas teorizações, esses compêndios normalmente não consideram a possibilidade de entender, se for o caso, tais expressões como complementos do verbo, por exemplo.

Segundo Rocha Lima (1984, p. 228), o adjunto adverbial “é o termo que modifica o verbo, exprimindo as particularidades que cercam ou precisam o fato indicado”. Ainda segundo o autor, o adjunto adverbial normalmente é constituído por uma preposição + um substantivo, sendo aquela quem determina as relações, “muita vez sutis” (p. 227), estabelecidas entre o verbo e o seu adjunto. Conforme o autor, entre as “circunstâncias adverbiais” possíveis de serem determinadas pelas preposições, está a de objetivo e a de lugar, exemplificadas por ele da seguinte forma (ROCHA LIMA, 1984, p. 228 – 229):

fim: Pararam todos à *escuta*. O sino tocava à *missa*.
lugar onde: Sempre trabalhou *em São Paulo*. *Onde* estás morando?
lugar aonde: Escolha a cidade *a que* deseja ir. *Aonde* vais, com tanta pressa?
lugar por onde: Esta é a selva *através da qual* alcançaremos o rio.
lugar para onde: Mudar-nos-emos *para Brasília*.
lugar donde: Partimos *de Lisboa* num sábado, à noite.

Segundo essa classificação, se voltarmos aos exemplos 13 a 15, a expressão *a gol* (em 13) deveria ser entendida como *adjunto adverbial de fim*; a expressão *para Oscar* (em 14) deveria ser classificada como *adjunto adverbial de lugar (lugar para onde)* e a expressão *no Oscar* (em 15) deveria ser interpretada como *adjunto adverbial de lugar (lugar onde)*.

No entanto, sabemos que o valor semântico do verbo *chutar* não é o mesmo em todos os exemplos acima e que algumas das expressões classificadas como *adjuntos adverbiais* por gramáticos tradicionais como Rocha Lima, nesse caso, poderiam ser entendidas como complementos do verbo. Se observarmos os exemplos 14 e 15, percebemos que a ação de

chutar tem seu sentido modificado com a inclusão das expressões *para o Oscar* e *no Oscar*, respectivamente. Resta saber se quem introduz esse novo sentido é o próprio verbo, que seleciona um argumento encabeçado por preposição, ou se é a preposição de um adjunto que traz um novo sentido para o verbo, o qual seria simplesmente “acrescido de circunstâncias” pelo adjunto.

Se olharmos ainda com mais detalhes para essas construções, identificamos na preposição *em*, do exemplo 15, o sentido muito claro de *lugar*, mas não identificamos tão claramente na preposição *para*, do exemplo 14, o sentido de *beneficiário*. Sendo assim, poderíamos entender a preposição *em* como o elemento que determina o sentido locativo e toda a estrutura encabeçada por ela como responsável pelo sentido que transmite. Assim, se esse “sentido” da expressão *em Oscar* (a que a teoria linguística chama *papel semântico / temático*⁷⁷) é atribuído pela preposição, dizemos que essa é uma preposição *lexical* (portadora de sentido), que introduz um *adjunto*. Já se o sentido da expressão não parece ser determinado pela preposição, mas pelo verbo, como é o caso do exemplo 14, podemos dizer que a preposição *para* é *funcional* e introduz um *argumento*⁷⁸. Assim, o que gramáticos tradicionais como Rocha Lima classificam como adjunto, muitas vezes pode ser entendido, como nesse caso do exemplo 14, como complemento do verbo. Deixamos a cargo do leitor a análise da expressão *a gol* no exemplo 13.

O Dicionário de Usos do Português do Brasil, de Francisco da Silva Borba *et al*, inclui algumas construções além daquelas definidas pela GNT. Dentre as construções exemplificadas na obra, há duas semelhantes aos exemplos 13 e 14, respectivamente, conforme podemos ver na citação abaixo (BORBA *et al*, 2002, p. 326):

chutar V [Ação] 1. arremessar a bola: *o ataque cruzando e chutando a gol*.
[±*Compl: nome concreto*] 5. arremessar com os pés: *Camilo chutou o urubu para fora*.

Entretanto, embora o autor apresente um exemplo contendo a construção *chutar a gol*, não há nenhuma indicação de que função sintática a expressão *a gol* exerce na frase. Como não se vê indicação de que seja complemento (em oposição ao exemplo 5, em que há essa indicação para o nome concreto que se segue ao verbo), supõe-se que, ou o autor entende a

⁷⁷ Neste trabalho, a noção de papel semântico / temático será tratada simplesmente como sinônimo de “função semântica” e não será aprofundada aqui, visto que não consideramos central para nossos objetivos tal discussão teórica.

⁷⁸ Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, ver a lição 3 da parte do professor.

expressão *a gol* como adjunto adverbial, ou concebe toda a construção (*chutar a gol*) como uma expressão idiomática. Em momento algum, porém, há um posicionamento claro em relação a essa questão. No exemplo 5, correspondente ao exemplo 14 aqui apresentado, há uma indicação de que o nome concreto que acompanha o verbo (nesse caso, *o urubu*) seria seu complemento, mas nenhum posicionamento em relação à expressão preposicionada que o segue (*para fora*). Pode-se subentender que, para Borba, essa seria um adjunto adverbial, mas, mais uma vez, o autor não esclarece esse ponto.

Se considerarmos possível a acepção do verbo *chutar* como monovalente (cf. exemplo 12), e a expressão preposicionada que o segue no exemplo 14 como complemento, conforme discutimos acima, podemos estabelecer para o verbo *chutar* pelo menos três diáteses, que corresponderiam a três construções diferentes, como exemplificado abaixo:

Chutar: V, <SN>, como em (12) Neymar chuta bem;

Chutar: V, <SN, SN>, como em (11) Neymar chutou a bola;

Chutar: V, <SN, SN, SP>, como em (14) Neymar chutou a bola para Oscar.

Como esse, existem diversos exemplos de verbos que são entendidos pela GNT como unicamente monovalentes e também são usados em construções bivalentes (como *chover* em *está chovendo granizo*), por exemplo, ou ainda verbos ditos bivalentes que são usados muito comumente também como trivalentes (como *colocar* em *coloquei o lápis no estojo*) e assim por diante. Sem dúvida, esse é um problema ainda não resolvido na literatura, mas de ampla discussão, que deixa lacunas para trabalhos futuros.

1.3 Ordenamento sintático e função semântica no PB

O ordenamento sintático mais comum de uma língua determina sua tipologia. Podemos dizer que o português brasileiro, tipologicamente, é uma língua SVC: sujeito, verbo, complemento (ou SVO – *sujeito, verbo, objeto*). Segundo Dryer (2013, cap. 81), o padrão mais comum é SOV, com 565 línguas catalogadas. Há seis padrões diferentes entre as línguas naturais, organizadas na seguinte ordem de ocorrência, da mais comum para a menos comum:

PADRÃO	NÚMERO DE LÍNGUAS NATURAIS CATALOGADAS
SOB	565
SVO	488
VSO	95
VOS	25
OVS	11
OSV	4

TABELA 1: ORDENAMENTO SINTÁTICO

O ordenamento sintático entre o verbo e seus argumentos é um dos fatores que determina o sentido da frase em muitas línguas naturais, como no português e no inglês, por exemplo. Quando analisamos as seguintes frases, percebemos que elas descrevem situações diferentes no mundo:

16. O Lauro beijou a Maria.

17. A Maria beijou o Lauro.

No exemplo 16, o sujeito é [o Lauro] e este é o *agente* da ação de beijar, ou seja, foi ele quem realizou a ação de beijar a Maria; [a Maria] é o complemento do verbo e o *paciente*⁷⁹ da mesma ação, ou seja, foi ela quem sofreu a ação, quem “recebeu” o beijo. Já no exemplo 17, a situação se inverte: agora [a Maria] é sujeito e *agente*, enquanto [o Lauro] é complemento do verbo e *paciente*⁸⁰ da ação – ele é quem foi beijado. Essa interpretação de quem é o agente e quem é o paciente da ação nos exemplos 16 e 17 decorre do ordenamento sintático dos constituintes (ordem canônica – SVO), além da determinação, pelo verbo, dessas funções semânticas para cada função sintática (ou seja, sujeito = agente; objeto = paciente).

Normalmente, cada verbo exige um sujeito e pode exigir um ou mais complementos com funções semânticas pré-determinadas. Nesse caso, o sujeito, SN anterior ao verbo, é agente, e o complemento, SN posterior ao verbo, é paciente da ação descrita por ele. Sabendo

⁷⁹ Consideramos aqui, o elemento que não é *agente* como sendo *paciente*; entretanto, nesse caso, poderíamos dizer que o objeto do verbo *beijar* é *beneficiário* da ação, já que “recebe, ganha” um beijo da Maria.

⁸⁰ *Agente* e *paciente* seriam exemplos de papéis temáticos / semânticos, ou seja, *funções semânticas*.

da ordem canônica e das funções semânticas de cada argumento, interpretamos as frases 16 e 17 como descritas acima.

Da mesma forma, se escolhermos um verbo como “correr”, por exemplo, sabemos que este deve ter, pelo menos, um SN sujeito (“Ricardo”, no exemplo a seguir):

18. Ricardo corre.

Sabemos, também, que “Ricardo” é o elemento que pratica a ação de correr. Assim, podemos chamar esse SN de *agente* – essa é a sua função semântica. Da mesma forma, sabemos que uma frase como 19 é agramatical, pelo menos em textos não-literários:

19. *A geladeira corre.

Sua agramaticalidade decorre do fato de que o verbo seleciona um sujeito com função semântica de agente e nenhum complemento. Assim, “a geladeira” só pode ser sujeito; porém, como se sabe, “a geladeira” não pode ser agente de uma ação, já que é um ser inanimado (ou seja, sem vida). Assim, essa frase é agramatical em português.

Entretanto, se trocarmos o verbo, podemos ter a seguinte frase, na qual “a geladeira” será igualmente sujeito, porém não será agente, e sim paciente da ação descrita pelo verbo – configurando, dessa forma, uma frase perfeitamente gramatical na língua⁸¹:

20. A geladeira estragou.

Como podemos ver, o verbo, portanto, também determina a função semântica que os seus argumentos devem exercer. Para muitos verbos de ação, o sujeito pode ser definido como aquele que pratica a ação descrita pelo verbo. Entretanto, nem sempre essa definição se aplica, uma vez que temos verbos como “estragar”, exemplificado acima, em que o sujeito sofre a ação descrita pelo verbo.

Em outros contextos, ainda, o sujeito pode ser, por exemplo, um *experenciador* de um estado, como na frase abaixo:

⁸¹ Veremos estruturas como essa no item a seguir.

21. Marcos está triste.

Nesse caso, Marcos é *experienciador* de um estado de espírito, de um sentimento. Sabemos que “Marcos” é o sujeito do verbo, pois, nesse caso, o verbo “estar” seleciona um sujeito com função semântica de *experienciador* e um complemento nominal ou adjetival, com função qualificativa, por exemplo, como é o caso da palavra “triste”.

Da mesma forma, em uma frase passiva, como no exemplo 22 a seguir, temos um sujeito com função semântica de *resultativo* (é resultado da ação do verbo), sendo que o agente da ação é, na verdade, um elemento chamado pela gramática tradicional de agente da passiva, o qual se encontra no final da frase:

22. O quadro foi pintado por Priscila.

Nesse exemplo, o sujeito (o quadro) é resultado da ação de pintar, enquanto a expressão preposicionada que se segue ao verbo é o agente daquela ação, (o chamado pela GNT *agente da passiva*). Identificamos o sujeito como aquele elemento que possui a função semântica de “resultado da ação”, como definido pelo verbo e, também, sintaticamente, como o elemento que normalmente antecede o verbo.

No entanto, essas funções devem ser definidas em conjunto – o ordenamento, as funções sintáticas e semânticas são dependentes umas das outras. Assim, mesmo se tivermos uma frase como 23,

23. A Priscila, o Mário beijou,

entendemos que o sujeito é “o Mário”, já que “o Mário” é a expressão que, nesse caso, possui a função semântica de agente, e a expressão *a Priscila* está deslocada de sua posição canônica, o que é marcado na escrita pelo uso da vírgula (na fala, teríamos uma entonação diferente para essa expressão). Além disso, a ordem OSV também pode ser encontrada em português (como veremos a seguir, quando trataremos da noção de *tópico*), mas a ordem SOV não é compatível com os padrões de gramaticalidade da língua. Identificamos, portanto, o SN *a Priscila* como objeto do verbo e *experienciador* da ação também pela posição sintática que

ocupa na frase. Assim, ordenamento sintático e função semântica são propriedades que se relacionam e que se complementam na formação do sentido da frase em português.

Conhecendo, portanto, a tipologia do português brasileiro, é possível interpretar coerentemente as orações da língua, conforme a organização sintática de seus constituintes, considerando, também, a valência do verbo e as funções semânticas por ele determinadas para seus argumentos.

1.4 Casos em que a ordem é desrespeitada

Como foi apresentado na lição do aluno, o PB também possui a possibilidade de organização frasal com base na estrutura *tópico-comentário*. Essa estrutura é bastante usada atualmente no PB falado menos monitorado⁸². De acordo com Cunha (2010, p. 53),

[...] a estrutura *tópico-comentário* é uma construção com diversas facetas, mas cuja característica principal é a de ser uma construção marcada, em que se coloca em evidência um elemento, chamado de *tópico*, e faz-se sobre esse *tópico* um *comentário*.

O *tópico*, portanto, pode ser entendido como **o elemento que é colocado em evidência em uma conversação**, por ser o assunto principal da interlocução, sobre o qual se desenvolverá a conversa. Também dizemos que o *tópico* constitui a informação que já é conhecida pelos interlocutores, chamada de *informação velha*, como podemos ver a seguir:

- Você viu a Maria hoje?

24. **A Maria**, ela estava na biblioteca agora de manhã.

Nesse exemplo, o sintagma nominal (SN) destacado (A Maria) constitui o *tópico* da sentença, já que é o elemento que representa a informação compartilhada pelos interlocutores (Informação velha) e sobre o qual será feito um *comentário*. O *comentário*, portanto, pode ser entendido como **a observação que se faz a respeito do tópico**, constituindo, assim, a *informação nova* que é dada pelo locutor ao seu interlocutor.

⁸² Conforme Cunha (2010), essa estrutura aparece com muita frequência na oralidade informal. Eunice Pontes (1987), entretanto, considera o uso dessas estruturas muito comum também na língua escrita.

Como foi explicado ao aluno, o tópico pode corresponder ao sujeito, ao complemento do verbo (seja direto ou indireto), ou, ainda, a um adjunto. Em todos os casos, o elemento topicalizado é o primeiro elemento da sentença e a ele é dado o maior relevo. Em alguns casos, o tópico pode ser um elemento deslocado de sua posição inicial e nela pode aparecer um pronome, a que chamaremos *pronome-cópia* (cf. Cunha 2010). Vejamos alguns exemplos que atestam essas propriedades, nos quais a estrutura **em negrito** é o tópico e a *estrutura em itálico* é o comentário:

25. Você tem visto o João?

O João, *eu encontrei ontem.*

26. A Suzana gosta de Matemática?

De Matemática, *ela não gosta muito.*

27. Sabe se a Fernanda saiu?

A Fernanda, *ela saiu de carro faz pouco.*

28. Você viu a Maria na sala?

Na sala, *eu não vi a Maria. Eu vi ela na cozinha.*

Ao passo que as gramáticas tradicionais não costumam abordar essa construção, visto que no PB mais monitorado ela não seria esperada, Pontes (1987) afirma que seu uso pode ser bastante comum também na língua escrita. Segundo ela, o PB não seria uma língua exclusivamente de estrutura sujeito – predicado, como sustentado pelos gramáticos tradicionais, mas uma língua que permite ambas as construções, com diferenças entre elas. Para defender essa ideia, Pontes (1987) faz uma relação de características que definem as línguas do tipo tópico-comentário, mostrando que o português brasileiro não se distancia tanto delas quanto se poderia esperar, mas que, pelo contrário, possui características bastante semelhantes às apontadas pela autora para línguas desse tipo, como o chinês, por exemplo. Vejamos algumas delas:

- Segundo a linguista, nas línguas de tópico, a voz passiva é pouco utilizada, assim como provavelmente acontece no PB falado⁸³;
- Nessas línguas, predominam construções de duplo sujeito, como a frase do nosso exemplo 27. No PB, essa seria a construção de tópico mais comum;
- Tais línguas também não possuem sujeito expletivo (sujeito vazio, como *it* do inglês), assim como o PB;
- Em línguas em que essa estrutura predomina, qualquer elemento da frase pode ser tópico (sujeito, complemento, adjuntos, etc.), assim como acontece no PB.

Como podemos ver nessa menção a algumas das características que Pontes (1987) aponta, o PB, na realidade, se assemelha bastante às línguas que têm a estrutura tópico-comentário. Como se sabe, essa não é a única estrutura possível, mas constitui, junto com a formação *sujeito-predicado*, uma das estruturas presentes na organização frasal do PB.

1.4.1 As estruturas tópico-comentário no PB: uma breve discussão

Nas gramáticas tradicionais, não se costuma encontrar muitas referências a essas estruturas (nem mesmo àquelas apresentadas na lição do aluno, as quais seriam de uso mais corrente). Dessa forma, embora muito utilizadas pelos brasileiros, acabamos não abordando tal estrutura em aula, o que cria uma lacuna no aprendizado, especialmente se considerarmos que essas estruturas são encontradas, inclusive, em contextos formais. Segundo Cunha (2010), a estrutura tópico-comentário é muito comum na língua escrita literária. Segundo o autor (p. 60),

A principal razão para que ela apareça com tanta frequência do texto literário está no fato de que a estrutura tópico-comentário é uma construção marcada, que carrega, portanto, a subjetividade do falante, o qual pretende chamar a atenção do seu interlocutor para um determinado elemento do discurso. [...] Nada mais natural do que as sentenças com tópico e comentário aparecerem com alta frequência em textos literários, notadamente a poesia.

⁸³ Pontes (1987) afirma que não possui estatísticas sobre o assunto, mas que *suspeita* que a construção passiva seja pouco usada no PB falado.

Pontes (1987) traz vários exemplos de construções de tópico na língua escrita, alguns provenientes de textos literários, outros de textos jornalísticos, outros, ainda, exemplos de fala em contextos formais, como podemos ver a seguir (p. 53 - 58):

29. *A podenga negra, essa corria pelo aposento.* (Herculano)
30. *O milagre viam-no nos olhos do cego.* (Vieira)
31. *A função que ela exerce, raríssimas mulheres conseguem chegar até lá.*
(Estado de Minas, 2º caderno, p. 3, 13/05/1981)
32. *Os extratos da seiva do aloé-vera, Cleópatra já os utilizava para manter a vitalidade cutânea.* (Desfile, p. 58, set/1980)
33. *Eu acho que esses dois casos de Português, eles revelam...* (intervenção no V Encontro de Linguística da PUC-RJ, 1980)

Embora presentes, portanto, em muitos contextos de uso da língua, as gramáticas tradicionais (muito usadas como referência pelos professores), pouco ou nada falam das construções de tópico. Segundo Cunha (2010), as construções de duplo-sujeito (que serão abordadas a seguir) são incluídas nos capítulos de Estilística, como a figura de linguagem denominada “anacoluto”. Normalmente, os gramáticos tradicionais abordam o assunto através de poucos exemplos, retirados de textos literários antigos, e os tratam como exceções, restritas à literatura (por exemplo, Bechara, 1999). Cunha e Cintra (2007) parecem ser os únicos que reconhecem a frequência dessa estrutura na fala, embora não especifiquem os contextos de uso.

As construções de tópico em que o objeto direto é deslocado para o início da frase e repetido em sua posição sintática canônica pelo pronome-cópia é mais comum nas gramáticas, chamadas então de construções de “objeto direto pleonástico”. Já as construções de tópico em que o elemento deslocado é o objeto indireto são ignoradas pelas gramáticas de forma geral, à exceção de Cunha e Cintra (2007), que apresentam essa construção, mas apenas com o deslocamento da preposição junto do objeto. As demais construções de tópico não são geralmente abordadas pelos gramáticos tradicionais.

O que os gramáticos não abordam, mesmo nos casos que apresentam em seus compêndios, é a função discursiva dessas estruturas e a diferença existente entre as construções de sujeito-predicado e tópico-comentário. Segundo Cunha (2010, p. 58),

[...] a intenção comunicativa do falante não é a mesma quando ele usa sentenças na ordem direta, que soam mais neutras, e quando ele as usa na ordem não direta (tópico-comentário), em que há uma intenção comunicativa do falante em dar ênfase, em chamar atenção para um elemento da frase.

Assim, podemos dizer que as estruturas tópico-comentário são usadas para objetivos específicos, diferenciando-se da estrutura sujeito-predicado, e junto dela constituindo as organizações frasais possíveis do PB, sendo ambas legítimas e de uso frequente no português do Brasil. Vejamos na seção seguinte algumas estruturas tão legítimas quanto as já apresentadas, mas mais complexas e restritas a determinados contextos (por isso não apresentadas diretamente na lição do aluno).

1.4.2 Outras estruturas de tópico e comentário

Além daquelas apresentadas na lição do aluno (a saber, quando o tópico é correspondente ao objeto direto, indireto⁸⁴, a um adjunto ou ao sujeito), há, ainda, outras duas construções desse tipo ainda mais complexas, as quais serão abordadas nesta seção, por se considerar importante que o professor as conheça e decida se é o caso, ou não, de apresentá-las em aula para seus alunos.

1.4.2.1 Construções de duplo-sujeito

Veremos, neste item, uma construção muito curiosa, em que o tópico não corresponde a nenhum outro elemento da frase. Segundo Cunha (2010, p. 55), o nome “sentenças de duplo sujeito”

[...] rotula um tipo de sentença em que a relação entre tópico e comentário não pode ser estabelecida no nível sintático e sim no semântico-discursivo. Sentenças de duplo sujeito não podem ser explicadas como derivações de sentenças sujeito-predicado pelo deslocamento para a esquerda de um elemento da estrutura frasal, deixando em seu lugar um pronome cópia.

⁸⁴ Cabe informar ao professor que, na lição do aluno, consideramos também as construções de deslocamento à esquerda do objeto indireto, junto da preposição, como construção de tópico-comentário, para fins de praticidade e didática. Entretanto, para Pontes (1987), o objeto indireto só é tópico (e não um mero objeto deslocado) quando deslocado sem a preposição e há, em seu lugar, a preposição + um pronome-cópia.

Portanto, o tópico corresponderia a um elemento que é definido pelo contexto, conhecido pelos interlocutores envolvidos na conversação. Cunha (2010) traz um exemplo de Pontes (1987) para explicar essa construção (CUNHA, 2010, p. 56):

34. *As cadeiras optativas, cê precisa ter um conhecimento bom primeiro.*

Como explica o autor e como podemos inferir imaginando o contexto, o exemplo 34 não é derivado de *Cê precisa ter um conhecimento bom das cadeiras optativas primeiro*, pois o locutor quis dizer que para fazer um cadeira optativa, seria necessário ter um conhecimento bom *de outras cadeiras*, ou seja, uma base. Dessa forma, *as cadeiras optativas* constitui apenas o tópico da frase – não pode ser entendido como um elemento deslocado, mas deve ser identificado como um elemento independente dos demais e com função sintática própria. O tópico, nesse caso, é dependente do discurso, ou seja, do contexto. Segundo Cunha (2010, p. 56),

Assim, para que o interlocutor atribua à sentença em questão o mesmo significado que o enunciador quis lhe dar, é necessário que ambos estejam compartilhando de um mesmo contexto situacional. Do contrário, a sentença poderia ser entendida de forma indevida.

A relação, portanto, entre tópico e comentário nesse caso “está no nível semântico-discursivo e não sintático” (CUNHA, 2010, p. 56). Confirmamos essas teorizações observando mais exemplos, como os apresentados a seguir:

35. O concurso público, você precisa estudar muito, talvez até fazer cursinho.

36. Aquela vaga de emprego, só se for amigo do diretor.

37. As minhas contas, só ganhando na loteria mesmo.

Como podemos perceber, o contexto, nesses casos, é de extrema relevância, pois ele é quem (re)constrói o sentido que o locutor pretendia comunicar. Se fôssemos reorganizar as frases 35 a 37, poderíamos reescrevê-las do seguinte modo (lembrando que apenas realocar seus constituintes não se mostra suficiente):

35b. Para passar no concurso público, você precisa estudar muito, talvez até fazer cursinho.

36b. Para conseguir aquela vaga de emprego, você precisa ser amigo do diretor. Do contrário, isso é impossível.

37b. Eu só poderia pagar as minhas contas se eu ganhasse na loteria.

Intuitivamente, poderíamos dizer que, nesses casos, o tópico das sentenças funciona como uma expressão de finalidade (correspondendo, de certa forma, a o que a gramática tradicional chamaria de “oração subordinada adverbial final”). Entretanto, pode haver outros exemplos que não nos ocorreram, em que o tópico corresponda a outro tipo de construção sintática⁸⁵. O que podemos concluir com certeza é que, nesses casos, o nível do discurso sobressai diante do nível sintático.

1.4.2.2 Construções de falso SVO

Outra construção de tópico-comentário muito interessante é a chamada “construção de falso SVO”. Essas construções, segundo Cunha (2010), são estruturalmente muito semelhantes às construções sujeito-verbo-objeto (direto), já que existe um SN inicial, um verbo e, a seguir, outro SN. Entretanto, o SN inicial não é o sujeito – esse SN corresponde, na verdade, ao tópico da sentença, e o último SN é que corresponde, de fato, ao sujeito da oração. Um fato notável que Cunha (2010, p. 57) destaca é que

[...] frequentemente o falante faz a concordância do verbo com o primeiro SN, que não é o sujeito, e não, com o segundo, o verdadeiro sujeito, pois toma o primeiro SN, que antecede o verbo como o sujeito da oração. [sic]

Ao que parece, os falantes do PB reconhecem, sintaticamente, o SN inicial de uma sentença como o sujeito do verbo, mesmo que, nesses casos, esse SN seja apenas o tópico. Exemplos dessa construção seriam⁸⁶:

⁸⁵ Deixamos essa lacuna para aqueles que queiram se debruçar na pesquisa do assunto em trabalhos futuros.

⁸⁶ Exemplos de Cunha (2010), Pontes (1987) e exemplos próprios.

38. Essa casa bate muito sol.
 39. Esse carro cabe 60 litros de gasolina.
 40. Aquela cidade faz muito frio.
 41. Essa agenda falta folhas.

Nesses exemplos, o SN tópico é tomado, sintaticamente, como sujeito da oração pelos falantes, razão pela qual o verbo concorda com ele. Embora essas frases possam ser consideradas como derivadas dos exemplos a seguir,

- 38b. Bate muito sol nessa casa.
 39b. Cabem 60 litros de gasolina nesse carro.
 40b. Faz muito frio naquela cidade.
 41b. Faltam folhas nessa agenda.

elas não possuem o mesmo significado. Nas primeiras, há a intenção de destacar um dos elementos da sentença (que não é o sujeito), o que leva o falante a optar, propositadamente, pela construção de tópico-comentário. Segundo Cunha (2010, p. 58),

Em *Essa janela não venta muito* [por exemplo], o falante quer dar ênfase ao tamanho da janela, que, por ser pequena, não propicia muita ventilação. Em *A ponte Rio-Niterói chove muito*, o falante quis dar ênfase a uma característica da ponte Rio-Niterói, que, por estar localizada sobre o mar, é mais atingida por fortes chuvas.

É fato que a razão de uso da estrutura em questão no primeiro exemplo desse trecho (*Essa janela não venta muito*⁸⁷) pode ser outra: por exemplo, o fato de a janela estar localizada em um ponto da casa onde não há vento. De qualquer forma, o falante tinha a intenção de atentar para alguma característica da janela que causa a falta de vento. Da mesma forma, no segundo exemplo, o falante quis chamar a atenção para a localização da ponte, que propicia uma grande frequência de chuvas no local. Da mesma forma, a utilização da estrutura tópico-comentário nas frases 38 a 41 também acarreta interpretações com nuances

⁸⁷ O autor destaca que, nesses casos, o verbo está precedido por um SN que, de qualquer forma, não poderia ser sujeito, uma vez que são orações com verbos impessoais. A ordem direta dessas frases seria: *Não venta muito nessa janela e Chove muito na ponte Rio-Niterói*. Ainda assim, é possível construirmos frases de estrutura tópico-comentário como essas em PB.

de significados diferentes, o que nos leva a afirmar que as estruturas sujeito-predicado e tópico-comentário coexistem no PB, mas com sentidos e utilizações diferentes.

PARA SABER MAIS:

1. BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
2. BORBA, Francisco da Silva, *et al.* *Dicionário de usos do português do Brasil*. Ed. Ática, 2002.
3. CANÇADO, M. 2013. *Revisitando a noção de Papéis Temáticos de Cançado (2005)*. Manuscrito. UFMG.
4. CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. Estrutura tópico-comentário, a tradição gramatical e o ensino de redação. In: SOLETRAS, Ano X, N.º 20, jul./dez. 2010. São Gonçalo: UERJ, 2010.
5. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. 4ª edição.
6. DRYER, Matthew S. Order of Subject, Object and Verb. 2013. In: Dryer, Matthew S. & Haspelmath, Martin (eds.) *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. (Available online at <http://wals.info/chapter/81>, Accessed on 2014-05-16.)
7. EIFRING, Halvor & THEIL, Rolf. *Linguistics for Students of Asian and African Languages. Chapter 3: Language Universals. Disponível em: <http://www.uio.no/studier/emner/hf/ikos/EXFAC03-AAS/h05/larestoff/linguistics/>. Acessado em 23 de abril de 2014.*
8. GREENBERG, Joseph H. *Universals of Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1963.

9. OTHERO, Gabriel de Ávila. *A gramática da frase em português – algumas reflexões para a formalização da estrutura frasal em português*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
10. OTHERO, Gabriel de Ávila. Sintaxe. In: *Manual de Linguística*. SCHWINDT, Luiz Carlos (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
11. PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa – metodologia e funções*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
12. PERINI, Mário A. *Modern Portuguese Grammar*. Yale Language Series, 2002.
13. PERINI, Mário A. *Princípios de Linguística Descritiva – introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
14. PERINI, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.
15. PEZATTI, Erotilde Goreti. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
16. PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Editora Pontes, 1987.
17. PRIM, Cristina de Souza. A sintaxe de adjetivos nas posições pré- e pós- nominal. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFCS). Florianópolis, 2010.
18. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

Lição 2: As formas verbais

Começamos dizendo ao leitor que não estranhe o título desta lição, que difere um pouco do título utilizado na lição do aluno, embora esta se proponha correspondente àquela. A pequena alteração de título se deve ao fato de que, na lição do aluno, focou-se mais no *emprego* dos tempos e dos modos verbais, enquanto na lição do professor nos focaremos mais na morfologia verbal, uma vez que o uso dos tempos e modos verbais de forma adequada se mostra uma dificuldade frequente entre os aprendizes de português, e um assunto sobre o qual se encontra pouca bibliografia de consulta direta destinada ao aluno de PLA, razão pela qual propusemos o material já apresentado. Esperamos que as dúvidas a respeito do *emprego* dos modos e tempos verbais possam ser solucionadas com as explicações e exemplificações feitas no capítulo destinado ao público estudante, considerando que essas parecem bastar por si mesmas, não necessitando tanto de fundamentação teórica para o professor.

Esta lição será focada na morfologia verbal e, conseqüentemente, nas *conjugações*, assunto bastante apresentado em livros didáticos e gramáticas, mas cujo tratamento didático sempre nos traz (pelo menos algumas) dificuldades.

Assim, objetivamos aqui dar uma orientação mais precisa ao professor, para maior aprofundamento sobre as formas verbais (e, conseqüentemente, para auxiliar no seu ensino), através da sistematização de alguns conhecimentos que são essenciais para o estudo e, especialmente, para o ensino deste assunto. Portanto, a seguir, apresentamos algumas considerações teóricas que nos trazem luz ao entendimento da morfologia verbal do português brasileiro.

2.1 A morfologia verbal do PB: algumas considerações

Como sabemos, o que caracteriza os verbos em português como pertencentes a uma determinada conjugação é a sua terminação no infinitivo, que pode ser de três formas: *-ar*, *-er*, *-ir*. Essas formas são, na verdade, compostas por uma **vogal temática** (a saber, *-a*, *-e*, *-i*) e o **morfema marcador de infinitivo** *-r*. A vogal temática é o elemento que determina a distribuição dos verbos em suas classes: aqueles terminados pela vogal temática *-a* são os verbos de primeira conjugação; os de vogal temática *-e* são os de segunda conjugação; e os de vogal temática *-i* os de terceira conjugação.

Todo o verbo possui um **radical** e uma vogal temática (embora essa nem sempre expresse foneticamente), sendo aquele definido como “a parte invariável que lhes dá a base comum de significação” (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 402). Ao conjunto do radical + vogal temática se dá o nome de **tema**. Além desses, ainda, o verbo pode possuir outros elementos em sua composição: são os chamados **sufixos modo-temporal** e **número-pessoal**. Como podemos deduzir pelos nomes, o primeiro indica o tempo e o modo do verbo, enquanto o segundo indica a pessoa e o número. Ainda segundo Cunha & Cintra (2007, p. 402), “Todo o mecanismo da formação dos tempos simples repousa na combinação harmônica desses três elementos flexivos com um determinado radical verbal”. Há casos, no entanto, em que essa combinatória exclui um ou mais desses elementos, às vezes, até, igualando duas pessoas de um só tempo e “perturbando a clareza” (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 403). Vejamos, a seguir, uma tabela que apresenta a conjugação de três verbos regulares, um de cada classe (1ª, 2ª e 3ª conjugações), com suas desinências especificadas.

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
PRESENTE DO INDICATIVO	Eu	Am	Ø	Ø	o	Vend	Ø	Ø	O	Part	Ø	Ø	o
	Tu/Você/ Ele (a)/A gente	Am	a	Ø	Ø	Vend	e	Ø		Part	e	Ø	Ø
	Nós	Am	a	Ø	mos	Vend	e	Ø	mos	Part	i	Ø	mos
	Vocês/Eles/ Elas	Am	a	Ø	m	Vend	e	Ø	m	Part	e	Ø	m

TABELA 1A: PRESENTE DO INDICATIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
PRETÉRITO PERFEITO DO IND.	Eu	Am	e	Ø	i	Vend	Ø	Ø	i	Part	i	Ø	i
	Tu/Você/ Ele (a)/A gente	Am	o	Ø	u	Vend	e	Ø	u	Part	i	Ø	u
	Nós	Am	a	Ø	mos	Vend	e	Ø	Mos	Part	i	Ø	mos
	Vocês/Eles/ Elas	Am	a	Ø	ram	Vend	e	Ø	Ram	Part	i	Ø	ram

TABELA 1B: PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
PRETÉRITO IMPERFEIT O DO IND.	Eu	Am	A	va	Ø	Vend	i	a	Ø	Part	i	a	Ø
	Tu/Você/ Ele (a)/A gente	Am	A	va	Ø	Vend	i	a	Ø	Part	i	a	Ø
	Nós	Am	Á	va	mos	Vend	i	a	Mos	Part	í	a	mos
	Vocês/Eles/ Elas	Am	A	va	m	Vend	i	a	M	Part	i	a	m

TABELA 1C: PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
PRETÉRITO MAIS QUE P. DO IND	Eu	Am	a	ra	Ø	Vend	e	ra	Ø	Part	i	a	Ø
	Tu / Você / Ele (a) / A gente	Am	a	ra	Ø	Vend	e	ra	Ø	Part	i	a	Ø
	Nós	Am	a	ra	mos	Vend	e	ra	Mos	Part	í	a	mos
	Vocês / Eles / Elas	Am	a	ra	m	Vend	e	Ra	M	Part	i	a	m

TABELA 1D: PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
FUTURO DO PRESENTE DO IND.	Eu	Am	a	re	i	Vend	e	re	i	Part	i	re	i
	Tu / Você / Ele (a) / A gente	Am	a	rá	Ø	Vend	de	rá	Ø	Part	i	rá	Ø
	Nós	Am	a	re	mos	Vend	e	re	mos	Part	í	re	mos
	Vocês / Eles / Elas	Am	a	rã	o	Vend	i	rã	O	Part	i	rã	o

TABELA 1E: FUTURO DO PRESENTE (FUTURO SIMPLES) DO INDICATIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
FUTURO DO PRETÉRITO DO IND.	Eu	Am	a	ria	Ø	Vend	e	ria	Ø	Part	i	ria	Ø
	Tu / Você / Ele (a) / A gente	Am	a	ria	Ø	Vend	de	ria	Ø	Part	i	ria	Ø
	Nós	Am	a	ría	mos	Vend	e	ría	mos	Part	í	ria	mos
	Vocês / Eles / Elas	Am	a	ria	m	Vend	i	ria	m	Part	i	ria	m

TABELA 1F: FUTURO DO PRETÉRITO DO INDICATIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
PRESENTE DO SUBJUNTIVO	Eu	Am	Ø	e	Ø	Vend	Ø	a	Ø	Part	Ø	a	Ø
	Tu / Você / Ele (a) / A gente	Am	Ø	e	Ø	Vend	Ø	a	Ø	Part	Ø	a	Ø
	Nós	Am	Ø	e	mos	Vend	Ø	a	mos	Part	Ø	a	mos
	Vocês / Eles / Elas	Am	Ø	e	m	Vend	Ø	a	m	Part	Ø	a	m

TABELA 2A: PRESENTE DO SUBJUNTIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
PRETÉRITO IMPERF. DO SUBJUNTIVO	Eu	Am	A	sse	Ø	Vend	e	sse	Ø	Part	i	sse	Ø
	Tu / Você / Ele (a) / A gente	Am	A	sse	Ø	Vend	e	sse	Ø	Part	i	sse	Ø
	Nós	Am	A	sse	mos	Vend	e	sse	mos	Part	i	sse	mos
	Vocês / Eles / Elas	Am	A	sse	m	Vend	e	sse	m	Part	i	sse	m

TABELA 2B: PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
FUTURO DO SUBJUNTIVO	Eu	Am	a	r	Ø	Vend	e	r	Ø	Part	i	r	Ø
	Tu / Você / Ele (a) / A gente	Am	a	r	Ø	Vend	e	r	Ø	Part	i	r	Ø
	Nós	Am	a	r	mos	Vend	e	r	mos	Part	i	r	mos
	Vocês / Eles / Elas	Am	a	re	m	Vend	e	r	Em	Part	i	r	em

TABELA 2C: FUTURO DO SUBJUNTIVO

		AMAR				VENDER				PARTIR			
	Pessoa	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP	Radical	VT	MT	NP
IMPERATIVO AFIRMATIVO	Tu	Am	A	Ø	Ø	Vend	e	Ø	Ø	Part	e	Ø	Ø
	Você / Ele (a) / A gente	Am	Ø	e	Ø	Vend	Ø	a	Ø	Part	Ø	a	Ø
	Nós	Am	Ø	e	mos	Vend	Ø	a	mos	Part	Ø	a	mos
	Vocês / Eles / Elas	Am	Ø	e	m	Vend	Ø	a	m	Part	Ø	a	m

TABELA 3: IMPERATIVO

Legenda:

VT – vogal temática

MT – sufixo modo-temporal

NP – sufixo número-pessoal

Ø – Morfema zero

Nas tabelas apresentadas nas páginas anteriores, portanto, podemos ver mais sistemática e claramente a organização dos elementos flexivos dos verbos regulares, que se dispõem na seguinte ordem: radical, vogal temática, sufixo modo temporal e sufixo número pessoal. O radical, como já foi dito, é a base mais lexical do verbo, que carrega a parte de maior significação dessa palavra. A vogal temática seleciona a conjugação a que cada verbo pertence, enquanto os sufixos modo temporal e número pessoal indicam modo/tempo e número/pessoa, respectivamente. Embora nem sempre todos esses elementos estejam presentes, podemos identificar cada forma verbal utilizando, também, o contraste daquelas em que algum elemento se ausenta, em relação àquelas em que todos os elementos estão presentes, fazendo, desse modo, a ausência também significativa.

Ainda que, observando as tabelas, possa parecer que existam mais irregularidades do que regularidades no conjunto das formas verbais, há alguns padrões que são seguidos e podem nos ajudar a perceber certa regularidade em meio à suposta desordem. Como apresentam alguns gramáticos, como Cunha e Cintra (2007), três de um total de catorze tempos verbais (aí incluídas as formas de infinitivo, gerúndio e particípio) são mais básicos (ou *primitivos*) e que desses três tempos derivam todos os outros. Os três tempos considerados primitivos são o *presente do indicativo*, o *pretérito perfeito do indicativo* e o *infinitivo impessoal*. Desses derivam outros onze, que são formados ou a partir do radical ou do tema (radical + vogal temática) de algum deles. Vejamos tabela a seguir, que apresenta os tempos chamados *primitivos* e aqueles que são desses *derivados*:

Tempos <i>Primitivos</i>	Tempos <i>Derivados</i>
Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo; Presente do subjuntivo; Imperativo (afirmativo).
Pretérito perfeito do indicativo	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo; Pretérito imperfeito do subjuntivo; Futuro do subjuntivo.
Infinitivo impessoal	Futuro do presente (futuro simples) do indicativo; Futuro do pretérito do indicativo; Infinitivo pessoal; Gerúndio; Particípio.

TABELA 4: TEMPOS PRIMITIVOS E DERIVADOS

Conforme observamos na tabela acima, cada tempo primitivo forma pelo menos três tempos derivados. Vejamos na seção a seguir como acontece essa formação, também sistematizada em tabelas.

2.2 A formação dos tempos derivados

2.2.1 Formação do pretérito imperfeito do indicativo

Na tabela a seguir, veremos a formação do pretérito imperfeito do indicativo a partir do presente do mesmo modo, de maneira a sistematizar alguns conhecimentos, identificando um padrão que pode ser generalizado para os demais verbos:

Presente do indicativo	Pretérito imperfeito do indicativo
Amar: radical → AM	-AVA ⁸⁸ , -ÁVAMOS, -AVAM
Vender: tema → VENDI ⁸⁹	-A, -AMOS, -AM
Partir: tema → PARTI	-A, -AMOS, -AM

TABELA 5: FORMAÇÃO DO PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO

Aplicando o mesmo esquema que apresentamos exemplificado com três verbos regulares, podemos, também, chegar à formação do pretérito imperfeito do indicativo com verbos irregulares. Assim, podemos ter, por exemplo, a formação de um verbo irregular como *trazer*, entre muitos outros:

1. Trazer → TRAZE → TRAZI → TRAZIA, TRAZÍAMOS, TRAZIAM;

Em casos como esse, o processo de derivação que leva à forma irregular pode apresentar algumas formas que não se atualizam na língua, existindo apenas como forma teórica, como é o caso da forma “trazi” apresentada acima. O que acontece nesse processo é a queda do morfema de infinitivo (-r) e o alçamento da vogal temática do verbo *trazer*, que passa de /e/ para /i/, chegando à forma teórica “trazi”, à qual são incorporados os sufixos modo-temporais. Vale lembrar, também, alguns verbos que fogem a essa regra e são conjugados de forma um pouco diferente, irregular. Alguns exemplos são: *ser*, *ter*, *vir* e *por*, que se conjugam como *era*, *tinha*, *vinha* e *punha*.

2.2.2 Formação do presente do subjuntivo

Na tabela número seis a seguir, podemos ver a formação do presente do subjuntivo também a partir do presente do indicativo. Como veremos, todas as conjugações do presente do subjuntivo serão formadas a partir do *radical da primeira pessoa do singular do presente*

⁸⁸ Assumimos, aqui, a forma *cantava* como referente à primeira, segunda e terceira pessoas do singular (incluindo tu *cantava*), bem como referente à primeira pessoa do plural *a gente*, como em *a gente cantava*. O leitor pode identificar essa posição observando as tabelas das páginas 150 a 154.

⁸⁹ O tema é formado pelo radical (vend-) e pela vogal temática, que, nesse caso, passa de e para i.

do *indicativo*, de modo que os verbos que não possuem essa conjugação⁹⁰ não terão presente do subjuntivo. Vejamos a tabela a seguir, que pode ser generalizada para os demais verbos:

Presente do indicativo	Presente do subjuntivo
Amar: radical → AM	-E, -EMOS, -EM
Vender: radical → VEND	-A, -AMOS, -AM
Partir: radical → PART	-A, -AMOS, -AM

TABELA 6: FORMAÇÃO DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO

Da mesma forma, essas regras podem ser generalizadas para verbos irregulares, como o verbo *trazer*, por exemplo, que possui *radical irregular* na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, formando seu presente do subjuntivo da seguinte maneira:

TRAZER → TRAGO → TRAG → TRAGA

Cabe lembrar algumas exceções a essa regra, como os verbos *haver*, *ser*, *estar*, *querer* e *saber*, que se conjugam *haja*, *traga*, *diga*, *seja*, *esteja*, *tenha*, *venha*, *ponha*, *vá*, *queira*, e *saiba*.

2.2.3 Formação do modo Imperativo

No imperativo, as conjugações dos verbos para a segunda pessoa do singular *você* e para a (também) segunda pessoa do singular *tu* diferem, sendo normalmente o primeiro empregado em situações de uso mais monitorado da língua e o segundo em situações de uso menos monitorado, como foi apresentado na lição do aluno. A segunda pessoa do singular *tu* do imperativo informal deriva do presente do indicativo *formal* – não apresentado aqui, mas cuja única diferença daquele que foi efetivamente apresentado ao aluno é a presença do –s final, que é suprimido para a formação do imperativo informal:

⁹⁰ Ou seja, os verbos chamados *defectivos* não têm presente do subjuntivo (segundo CUNHA & CINTRA, 2007, p. 405).

Presente do indicativo (tu)	Imperativo informal
Amar: AMAS → -S →	AMA
Vender: VENDES → -S →	VENDE
Partir: PARTES → -S →	PARTE

TABELA 7A: FORMAÇÃO DO MODO IMPERATIVO COM TU

No caso da segunda pessoa *você*, a partir da qual se forma o imperativo *formal*, a sua conjugação é a mesma do presente do subjuntivo, de modo que, no imperativo formal, temos as seguintes formas:

Presente do Subjuntivo (você)	Imperativo formal
Amar: AME	AME
Vender: VENDA	VENDA
Partir: PARTA	PARTA

TABELA 8: FORMAÇÃO DO MODO IMPERATIVO COM VOCÊ

Para a segunda pessoa do plural, à qual também se aplicam os imperativos, a forma é a mesma para o imperativo formal ou informal, derivada também do presente do subjuntivo, como podemos ver na tabela a seguir:

Presente do subjuntivo (vocês)	Imperativo
Amar: AMEM	AMEM
Vender: VENDAM	VENDAM
Partir: PARTAM	PARTAM

TABELA 9: FORMAÇÃO DO MODO IMPERATIVO

Há, entretanto, algumas exceções a serem destacadas: os verbos *dizer*, *trazer* e *fazer* conjugam-se como *diz*, *faz* e *traz* no imperativo informal e *diga*, *traga* e *faça* no imperativo formal; verbos terminados em *-uzir*, como *traduzir* e *conduzir*, por exemplo, conjugam-se

como *traduz* e *conduz* no imperativo informal e *traduza* e *conduza* no imperativo formal. Os verbos *ser* e *ter* conjugam-se como *seja* e *tenha*, tanto no imperativo informal quanto formal. Os verbos *vir* e *pôr* conjugam-se como *vê* e *põe* no imperativo informal e *venha* e *ponha* no imperativo formal.

2.2.4 Formação do pretérito mais-que-perfeito do indicativo

O pretérito mais-que-perfeito do indicativo, hoje restrito a contextos mais monitorados do PB, é formado a partir do pretérito perfeito do indicativo, como podemos observar na tabela abaixo. Como veremos, todas as conjugações do pretérito mais-que-perfeito do indicativo serão formadas a partir do *tema da primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo*. Vejamos a tabela a seguir, que pode ser generalizada para os demais verbos:

Pretérito perfeito do indicativo	Pretérito mais-que-perfeito do indicativo
Amar → tema: AMA	-RA, -RAMOS, -RAM
Vender → tema: VENDE	-RA, -RAMOS, -RAM
Partir → tema: PARTI	-RA, -RAMOS, -RAM

TABELA 10: FORMAÇÃO DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO DO INDICATIVO

Da mesma forma, podemos formar o pretérito mais-que-perfeito do indicativo dos verbos irregulares a partir dessa regra. Vejamos um exemplo a seguir:

TRAZER → tema: TROUXE → -RA, -RAMOS, -RAM.

A respeito da substituição do tempo simples pelo pretérito-mais-que-perfeito composto no PB, Perini (2010) afirma que a modalidade composta é formada pelo verbo *ter* no presente do indicativo, seguido do particípio passado, para exprimir “diversos matizes aspectuais” (p. 231). Podemos dizer que essa combinação de presente e passado na forma verbal torna mais explícita a ideia indicada pelo verbo, que segundo o autor, é a de “um evento que começou no passado e continua sem interrupção até o presente” (PERINI, 2010, p. 231). A forma composta do pretérito mais-que-perfeito do indicativo, formada pela perífrase verbal do verbo *ter* no pretérito imperfeito + particípio passado, é a forma mais usada desse

tempo verbal no PB atual, razão pela qual a apresentamos como única forma do pretérito mais-que-perfeito, naquela lição chamado simplesmente de tempo *passado* pertencente à forma *ter + participio*.

2.2.5 Formação do pretérito imperfeito do subjuntivo

O pretérito imperfeito do subjuntivo, assim como o mais-que-perfeito do indicativo, é formado a partir do *tema da primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo*. Assim, podemos nos guiar pelo seguinte esquema:

Pretérito perfeito do indicativo	Pretérito imperfeito do subjuntivo
Amar → tema: AMA	-SSE, -SSEMOS, -SSEM
Vender → tema: VENDE	-SSE, -SSEMOS, -SSEM
Partir → tema: PARTI	-SSE, -SSEMOS, -SSEM

TABELA 9: FORMAÇÃO DO PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO

Para verbos irregulares, podemos, também, seguir o mesmo esquema, conforme exemplificado com o verbo *trazer* abaixo:

TRAZER → tema: TROUXE → -SSE, -SSEMOS, -SSEM.

2.2.6 Formação do futuro do subjuntivo

O futuro do subjuntivo é o terceiro e último tempo verbal derivado do pretérito perfeito do indicativo. Assim como os demais, forma-se a partir do *tema da primeira pessoa do plural*, como podemos ver na tabela abaixo:

Pretérito perfeito do indicativo	Futuro do subjuntivo
Amar: tema → AMA	-R, -RMOS, -REM
Vender: tema → VENDE	-R, -RMOS, -REM
Partir: tema → PARTI	-R, -RMOS, -REM

TABELA 10: FORMAÇÃO DO FUTURO DO SUBJUNTIVO

Da mesma maneira, podemos formar o futuro do subjuntivo de verbos irregulares, atentando, aqui, para o fato de que, embora em casos regulares como os da tabela acima o futuro do subjuntivo possua forma igual à do infinitivo, eles não possuem a mesma função e não são usados nos mesmos contextos. Vejamos a seguir um exemplo de formação do futuro do subjuntivo de um verbo irregular, a partir do pretérito perfeito do indicativo:

TRAZER → tema: TROUXE → -R, -RMOS, -REM.

2.2.7 Formação do futuro do presente do indicativo ou futuro simples

O *futuro simples* é o primeiro dos tempos derivados do infinitivo impessoal⁹¹ a ser apresentado aqui. Para formá-lo, partimos da forma básica do infinitivo, acrescentando a ele os sufixos modo temporais e/ou número pessoais do futuro simples. Assim, temos a seguinte formação:

Infinitivo impessoal	Futuro do presente do indicativo (futuro simples)
AMAR	-EI, -Á, -EMOS, -ÃO
VENDER	-EI, -Á, -EMOS, -ÃO
PARTIR	-EI, -Á, -EMOS, -ÃO

TABELA 11: FORMAÇÃO DO FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO (FUTURO SIMPLES)

Algumas exceções a essa regra de formação são os verbos *dizer*, *fazer*, *trazer*, que se conjugam *direi*, *farei*, *trarei*, seguindo, portanto, esse “padrão irregular”.

2.2.8 Formação do futuro do pretérito do indicativo

Também formado a partir do infinitivo impessoal, sendo a ele acrescentados os sufixos correspondentes, como podemos observar na tabela abaixo:

⁹¹ O infinitivo em PB pode ser pessoal ou impessoal, característica bastante peculiar do PB. Ver seção 6 do capítulo 2 do aluno.

Infinitivo impessoal	Futuro do presente do indicativo (futuro simples)
AMAR	-IA, -ÍAMOS, -IAM
VENDER	-IA, -ÍAMOS, -IAM
PARTIR	-IA, -ÍAMOS, -IAM

TABELA 12: FORMAÇÃO DO FUTURO DO PRETÉRITO DO INDICATIVO

2.2.9 Formação do infinitivo pessoal, do gerúndio e do particípio

O infinitivo pessoal⁹² é formado, também, a partir do infinitivo impessoal, acrescentando-se a as desinências correspondentes:

Infinitivo impessoal	Futuro do presente do indicativo (futuro simples)
AMAR	-MOS, -EM
VENDER	-MOS, -EM
PARTIR	-MOS, -EM

TABELA 13: FORMAÇÃO DO FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO

Já o gerúndio é formado a partir do tema do verbo, ao qual se acrescenta o sufixo – NDO:

Infinitivo impessoal	Futuro do presente do indicativo (futuro simples)
AMAR → - R →	-NDO
VENDER → - R →	-NDO
PARTIR → - R →	-NDO

TABELA 14: FORMAÇÃO DO GERÚNDIO

⁹² A respeito do infinitivo pessoal do PB, ver a seção 6 do capítulo 2 do aluno e seção 2.5 ao final deste capítulo.

E, por fim, o particípio é formado também a partir do tema do verbo, ao qual se acrescenta o sufixo –DO. No caso dos verbos de segunda conjugação, a vogal temática /e/ sofre alçamento e passa a /i/ antes da junção com o sufixo de particípio, como podemos ver na tabela abaixo:

Infinitivo impessoal	Futuro do presente do indicativo (futuro simples)
AMAR → - R → AMA	-DO
VENDER → - R → VENDE → VENDI	-DO
PARTIR → - R → PARTI	-DO

TABELA 15: FORMAÇÃO DO PARTICÍPIO

Algumas exceções a essa regra são os verbos *dizer, escrever, fazer, ver, pôr, abrir, cobrir, e vir*, que têm os seguintes particípios: *dito, escrito, visto, posto, aberto, coberto e vindo*.

2.3 Algumas considerações sobre o particípio

Como foi apresentado na lição do aluno, o particípio é uma forma nominal do verbo que, em alguns casos, se assemelha a um adjetivo e, em outros, é mais parecida com um verbo propriamente dito. Além disso, alguns verbos possuem mais de um particípio, ou seja, duas formas para, supostamente, a mesma função. Temos, por exemplo, para os verbos *imprimir, prender, soltar, pegar*, duas formas possíveis de particípio, como já foi exemplificado para o aluno: *imprimido / impresso; prendido / preso; soltado / solto; pegado / pego*. Normalmente, usamos as primeiras com locuções verbais compostas por um verbo auxiliar + particípio, enquanto as outras com verbos de ligação, como *ser, estar, ficar*, etc. Embora não tenhamos entrado neste detalhe na lição do aluno, há uma explicação para este fato.

Para o aluno foi apresentado também o conceito de sintagma nominal (SN), que se mostrou útil às nossas explanações em determinados momentos. Entretanto, não apenas *nomes* podem ser núcleos de *sintagmas*, mas também *verbos, adjetivos e preposições*. Esses núcleos são fundamentais para a constituição de um sintagma, visto que exercem um papel central e influenciam os elementos à sua volta. Conforme apresentado em Miotto et. al. (2007),

há quatro núcleos lexicais principais que podem ser definidos de acordo com dois traços fundamentais: $[\pm N]$ e $[\pm V]$. Já falamos sobre o papel central do verbo nas sentenças e também já demos um certo destaque aos nomes, opondo-os aos verbos. Assim, consonante às ideias da teoria gerativa, acreditamos que essas categorias são definidoras de características fundamentais das classes dos adjetivos e das preposições e constituem dois grandes grupos opostos (e complementares) na gramática, isto é, o grupo dos *nomes* e o grupo dos *verbos*. Assim, Miotto et. al. (2007, p. 53) apresenta a caracterização dos quatro núcleos lexicais principais a partir dos traços mencionados, conforme a teoria gerativa, na tabela reproduzida abaixo:

	$[+N]$	$[-N]$
$[-V]$	Nome	Preposição
$[+V]$	Adjetivo	Advérbio

TABELA 16: OS NÚCLEOS LEXICAIS

Observemos os traços definidores do adjetivo. O adjetivo é o único núcleo lexical que possui os traços $[+N]$ e $[+V]$ simultaneamente, o que, a princípio, não faria muito sentido. Entretanto, tomemos como exemplo os participípios do verbo *imprimir* e os seguintes exemplos:

1. João tinha imprimido o material no trabalho.
2. *João tinha impresso o material no trabalho.
3. O material de aula foi impresso pela professora.
4. *O material de aula foi imprimido pela professora.

O segundo exemplo de cada par, como marcam os asteriscos, são agramaticais em PB. Observando os verbos que acompanham os participípios, percebemos que o primeiro par possui um verbo auxiliar, e o segundo um verbo de ligação. Poderíamos dizer que, no primeiro par, a frase gramatical corresponde àquela em que o participípio se assemelha mais a um verbo, enquanto no segundo par a frase gramatical corresponde àquela em que o participípio se

assemelha mais a um adjetivo. Como exemplificado nas palavras de Mioto et. al. (2007, p. 53),

Tomemos um radical como /am-/ do qual podemos derivar um nome *amor*, um adjetivo *amado* e um verbo *amar*. O radical em si se presta a estabelecer o sentido lexical de cada palavra (a famosa relação de amor) e em princípio não é associado a ele nem o traço [\pm V], nem [\pm N]. A palavra *amar* pode ser definida pelos traços [-N, +V] e identificada como um verbo: não tem traços nominais como gênero e número e tem traços [+V] que podem ser reconhecidos como morfemas verbais. A palavra *amor* pode ser definida pelos traços [+N], [-V] e identificada como um nome: tem traços nominais de gênero e número e não tem traços verbais. E a palavra *amado*? Sem dúvida pode ter traços nominais de gênero e número quando é combinada com o verbo *ser* (A Maria *foi amada*), mas não porta tais traços quando combinada com o verbo *ter* (A Maria *tinha amado*). Por isso, a palavra *amado* é definida pelos traços [+N, +V].

Portanto, podemos dizer que o particípio tem um caráter híbrido, assemelhando-se ora ao adjetivo, ora ao verbo, salvo nos casos em que possui as duas formas, sendo uma restrita à utilização mais verbal e a outra à utilização mais nominal. Cabe, assim, identificar o caráter [+N] ou [+V] quando o particípio tem mais de uma forma para empregá-los adequadamente a cada contexto.

2.4 Uma nota sobre as construções com o verbo leve (CVL) *dar* e as nominalizações em *-ada*

Em primeiro lugar, devemos dizer que esse tópico foi acrescentado à lição do aluno por se considerar que essa é uma *construção* muito produtiva em PB e, portanto, bastante relevante para o aluno em questão. Assim, resolvemos apresentá-la, fazendo-o de forma bastante direta. Foi apresentada, portanto, através de exemplos de uso, para que o estudante se familiarizasse com a referida construção.

As construções, de modo geral, denotam conjuntos de elementos que, combinados com formas e de formas específicas, adquirem um caráter especial. As de verbo leve, normalmente, são aquelas em que o verbo tem seu sentido esvaziado, mesmo que não completamente, e outro elemento passa a ter maior destaque.

Outro ponto que as define é que construções como essas podem ser entendidas como particularizadas, e não como meros conjuntos de palavras, já que têm propriedades aspectuais, de subcategorização e temáticas próprias. Por outro lado, também não podem ser entendidas

como expressões idiomáticas, já que não possuem um sentido único e fixo, dado metaforicamente, mas um sentido mais literal que é construído na composição (ou seja, palavra por palavra).

Em relação ao seu significado, portanto, as construções com verbo leve *dar + uma Xada* têm como característica principal denotar uma ação que não durou muito tempo (é rápida) e / ou que não foi realizada completamente, ou seja, não chegou ao fim. Tomemos como exemplo a seguinte frase:

5. Maria deu uma varrida na sala,

Nesse caso, entende-se que tal construção foi usada para dizer que Maria varreu a sala rapidamente e talvez até não tenha feito o serviço muito bem, ou não o tenha terminado. Usa-se, também, de forma levemente diferente, com exemplos como o seguinte:

6. João deu uma emagrecida.

Nesse caso, o único sentido denotado parece o de “João emagreceu *um pouco*”, não completando o processo de emagrecimento. Segundo Scher (2004, p. 100), podemos dizer que “a CVL gera, assim, a interpretação de que a sentença expressa um pouco ou parte da eventualidade por ela denotada”. É uma construção, portanto, que denota rapidez, incompletude.

Em relação à sua estrutura, como podemos observar, são todas construções que seguem o padrão “V Xada (SP)”, onde V = verbo, X = nominalização através do particípio terminado em *-ada* e SP = sintagma preposicional (não obrigatório). Como se observa, é uma construção produtiva, tendo como restrição (aparentemente) apenas uma característica do verbo, a saber, o fato de que deve denotar uma ação durativa.

2.5 Uma nota sobre o infinitivo flexionado e não-flexionado em PB

Como foi descrito e pode-se observar na lição do aluno, de fato, não há regras claras sobre a utilização do infinitivo flexionado e não-flexionado em PB, já que ambos são possíveis e, segundo Silva & Menuzzi (2011, p.1),

percebe-se que não há um consenso quanto a qual deve ser a forma mais adequada a cada caso. [...] Entre os gramáticos, há observações quanto ao uso do infinitivo como se fosse uma escolha dos falantes, evidenciando que o usuário de língua materna tem a liberdade de escolha por uma forma ou outra (flexionado ou não flexionado).

Assim, segundo Silva & Menuzzi (2011, p. 5), autores como Cunha e Cintra (2001), Bechara (2003), Rocha Lima (2005) e Almeida (1999), entre outros, “parecem acreditar que o uso do infinitivo é seletivo, pertencente mais ao campo da estilística do que da gramática”. Entretanto, há contextos em que essa escolha não é possível e que uma das formas é obrigatória, como no caso de um verbo finito que é seguido imediatamente por uma oração objetiva direta reduzida de infinitivo, sem sujeito próprio, como no exemplo:

7. Gabriel e Ana gostam de comer chocolate.

Já quando o sujeito não é o mesmo da oração principal, mas vem logo depois dela, antecedendo o infinitivo, aí, sim, ambas as formas são possíveis, embora pareça haver uma preferência pela segunda:

8. Eles proibiram as meninas de fumar.

9. Eles proibiram as meninas de fumarem.

Como foi definido na lição do aluno, os casos em que há obrigatoriedade de uso de uma forma ou outra são bem claros, havendo, para os demais uma certa liberdade de escolha. Desse modo, para tentar verificar qual é a escolha mais recorrente entre os falantes nativos do português brasileiro, Silva e Menuzzi (2011) procederam à aplicação de um teste, que trouxe os seguintes resultados: em pares como 10 e 11 a seguir, a escolha foi predominante pela segunda opção:

10. Eles lamentaram muito estar desempregados.

11. Eles lamentaram muito estarem desempregados.

Contrariando uma suposta tendência registrada pelas gramáticas tradicionais de se usar infinitivo não-flexionado em locuções verbais, 80% dos informantes da amostragem do

trabalho de Silva & Menuzzi (2011) preferiram a frase número onze, em que temos dois verbos formando uma locução, ambos flexionados – o da oração principal é um verbo finito, e o da subordinada está no infinitivo flexionado. Esse padrão, segundo os autores, não seria esperado.

Ainda segundo Silva e Menuzzi (2011), uma possível explicação seria a presença do advérbio *muito* entre os dois verbos, separando, de certa forma, os verbos que compõem a locução verbal (ou seja, interrompendo o fluxo ou a ligação direta entre eles). Essa poderia ser considerada como uma motivação para a aceitação daquele exemplo, já que quando a locução não é interrompida por advérbios ou outros elementos, os informantes reconheceram como mais natural não flexionar o infinitivo, como no exemplo 12 abaixo:

12. Eles desejavam encontrar um emprego melhor.

Essa escolha se deve ao fato de que, segundo os autores (2011, p. 7),

[...] quando há a presença clara da locução verbal – sem a ocorrência de advérbio entre o auxiliar e o infinitivo – o falante reconhece mais natural não flexionar o infinitivo, demonstrando assim o reconhecimento da unidade semântica entre estes verbos.

Em pares como os que seguem, observou-se também uma preferência pelo infinitivo flexionado, desta vez como orientam as gramáticas tradicionais. Nesses casos, segundo os autores, parece conveniente flexionar o infinitivo como uma maneira de evidenciar o agente da ação verbal:

13. Vi os meninos pularem o muro.

14. Vi os meninos pular o muro.

Por fim, um último e interessante resultado apresentado foi que, entre os exemplos abaixo, os informantes mostraram preferência pelo primeiro, sendo que o esperado era que preferissem o segundo, já que nesse exemplo a flexão é feita no verbo finito, não necessitando flexionar o verbo infinito, conforme afirmam as gramáticas tradicionais, especialmente considerando que não há advérbios entre os verbos que compõem a locução verbal. Os autores questionam se há algum fator semântico envolvido nessa escolha, mas não aprofundam essa

discussão. Para o verbo *desejar* do exemplo 12, a escolha foi pelo infinitivo não flexionado, enquanto que para o verbo *lamentar* foi pelo infinitivo flexionado:

15. Eles lamentam estarem desempregados.

16. Eles lamentam estar desempregados.

Como pudemos ver nas análises feitas por Silva & Menuzzi (2011), de fato não há muitos padrões que podem ser seguidos na sistematização dos usos dos infinitivos (flexionado e não flexionado) no PB. O que podemos dizer a esse respeito é que há algumas *tendências* de uso, dependendo de cada caso em que o infinitivo é empregado no PB. Intentamos apresentar os principais casos na lição do aluno, de maneira sistemática o suficiente para que eles tenham alguma orientação de uso dessa forma. Esperamos, aqui, ter discutido a questão de forma suficientemente satisfatória para dar ao professor uma visão mais ampla sobre o assunto, com base nos autores supracitados.

PARA SABER MAIS:

1. BASSANI, Indaiá de Santana; LUNGUINHO, Marcus Vinicius. Revisitando a flexão verbal do português à luz da Morfologia Distribuída: um estudo do presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. *ReVEL*, edição especial n. 5, 2011.
2. CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984 [1970].
3. CARDOSO, Daniela. A expressão do modo imperativo no dialeto gaúcho: uma regra variável. *ReVEL*. Vol. 5, n. 9, 2007.
4. CUNHA, Celso & CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. 4ª edição.

5. LISBOA de LIZ, Lucilene. Uma análise aspectual da construção “dar uma X- (a)da”. *ReVEL*. V. 5, n. 8, 2007.
6. MIOTO, Carlos; Silva, Maria Cristina Figueiredo; Lopes, Ruth Elizabeth Vasconcellos. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2007. 3ª edição.
7. PERINI, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
8. PONTES, Eunice. *Estrutura do Verbo no Português Coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.
9. SAMPAIO, Dilcéia Almeida. Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
10. SCHER, Ana Paula. “Verbos Leves no Português do Brasil: o caso de DAR e as categorias aspectuais” In: Anais do II Congresso Nacional da Abralín, Florianópolis, 2000.
11. SCHER, Ana Paula. As Construções com Verbo Leve dar e Nominalizações em -ada no Português do Brasil. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
12. SCHERRE, M. Marta P. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
13. SILVA, Vivian da & Menuzzi, Sergio. O Infinitivo Flexionado: uma questão gramatical ou de estilo? Monografia de especialização. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

14. SOUZA, Paulo Chagas. Particípios atemáticos no PB: um processo paradigmático. ReVEL, edição especial n. 5, 2011.

Lição 3: As preposições no português brasileiro

Neste capítulo, serão apresentados alguns esclarecimentos ao professor que justificam nossas escolhas sobre a organização da lição sobre preposições destinada ao aluno. Em primeiro lugar, vamos apresentar quais palavras consideramos, de fato, preposições, e por que deixamos certos itens lexicais de fora da lição do aluno. A seguir, justificaremos a organização do capítulo em *preposições lexicais* e *preposições funcionais*, além de problematizarmos algumas nuances em relação a esse tema que foram deixadas de lado, também por questões didáticas, no capítulo do aluno.

3.1 O que são preposições?

Embora aparentemente seja uma noção bastante clara, há muitos problemas na definição desta classe de palavras e na escolha de inclusão ou exclusão de certos itens lexicais na classe das preposições. Segundo Rocha Lima (1984, p. 157), “Preposições são palavras que subordinam um termo da frase a outro – o que vale dizer que tornam o segundo dependente do primeiro”. Como veremos, um conceito como esse se mostra pouco eficiente, uma vez que é muito amplo e deixa margem para que seja incluída uma série de outras palavras na mesma classe.

Para Rocha Lima (1984) e para alguns outros gramáticos – como Luft (2002) e Cunha e Cintra (2007) – as preposições se dividem em *essenciais* e *acidentais*. As primeiras seriam palavras que, estruturalmente, são preposições e só funcionam nessa classe; as últimas seriam palavras de outras classes que funcionariam, eventualmente, como preposições, a exemplo de *exceto*, *durante*, *consoante*, *mediante*, *fora*, *segundo*, etc. Entretanto, optamos aqui por uma classificação mais estrutural, que, a nosso ver, além de ser mais coerente (diferenciando *forma* de *função*), se mostrou mais didática, uma vez que nos permitiu considerar como *preposições* apenas aquelas chamadas por tais autores de *essenciais*.

Não incluímos, também, as chamadas locuções prepositivas, por questões didáticas. Essas construções são muito polêmicas quanto à sua definição e classificação na teoria linguística. Segundo Lemle (1984), muitas locuções prepositivas que são incluídas nas nossas gramáticas são, na verdade, agrupamentos de palavras que *contêm* preposições, mas que, muitas vezes, não correspondem a preposições propriamente ditas. Esses agrupamentos têm

outras palavras como elementos principais ou regentes, especialmente advérbios. Por exemplo, no trabalho de Sica (2012), a autora argumenta que as locuções que se iniciam por preposições são chamadas de locuções prepositivas (como *ao redor de*, *ao lado de*, *em frente a*), uma vez que essas têm uma preposição dominando todo o agrupamento de palavras; já as locuções que se iniciam por advérbios são, na verdade, locuções adverbiais (como *dentro de*, *abaixo de*, *depois de*), ainda que possuam preposições em sua estrutura e sejam classificadas por alguns gramáticos como locuções prepositivas.

Segundo Perini (2010), as locuções que têm valor adjetivo ou adverbial são consideradas adjuntos desses tipos (locuções adjetivas ou adverbiais, portanto). Para Perini (2010), expressões como *com pressa* são locuções adverbiais pelo fato de equivalerem a advérbios, como *apressadamente*; e locuções como *de chocolate* são locuções adjetivas por terem valor atributivo, como de um adjetivo. Entretanto, numa classificação estrutural, embora tais locuções tenham *função adverbial* e *adjetiva*, respectivamente, são, na verdade, *sintagmas preposicionais (SPs)*, por terem como elemento dominante uma preposição. Assim, segundo Sica (2012, p. 20), por exemplo,

[...] *de dentro de* e *por detrás de* serão classificados como sintagmas preposicionais, já que a projeção parte de um SP; *dentro de*, como locução adverbial, pelo fato de ser projetado a partir de um SAdv. [*grifos da autora*]

Por sintagma, podemos entender um agrupamento de palavras regido por um item lexical nuclear⁹³. Dada essa classificação estrutural, portanto, ainda que sequências de palavras como *de chocolate* tenham função adjetiva e *com pressa* tenham função adverbial, ambas são consideradas sintagmas preposicionais, por terem como elemento dominante a preposição. Já expressões como *dentro de*, embora também estabeleçam ligações entre os itens que as precedem e aqueles que as seguem (encaixando-se, portanto, na definição de *preposição* de Rocha Lima (1984) e de tantos outros gramáticos), serão por nós consideradas locuções adverbiais (conforme Sica, 2012), por terem como elemento dominante um advérbio. Da mesma forma, embora as chamadas *preposições acidentais* encaixem-se no conceito de Rocha Lima, também não são, estruturalmente, preposições. Como podemos perceber, a definição dada por alguns gramáticos é tão ampla que incluiria todos os nexos na mesma classe. Assim, consideramos preposições e locuções prepositivas apenas aquelas que,

⁹³ Para o leitor que desejar saber mais sobre o conceito de sintagma, ver Raposo (1992) e Miotto et. al. (2007), por exemplo.

estruturalmente, se encaixam nessa classe – ou seja, as que são, de fato, preposições, ou são sequências encabeçadas por elas.

Essa confusão entre preposições e advérbios é muito comum, pois há, segundo Sica (2012, p. 19),

[...] várias contradições na classificação das preposições e das locuções prepositivas nas gramáticas e nos estudos gramaticais disponíveis sobre o português. Grande parte da discrepância reside na dificuldade de tratar a classe dos advérbios, transitando pela linha tênue que separa tal classe da classe das preposições e das locuções prepositivas.

A discussão feita por Sica (2012) corresponde à apresentada por Castilho (2012), quando o autor discorre sobre as locuções prepositivas, denominadas por ele *preposições complexas*. Segundo o autor, o que temos, na verdade, são *sintagmas adverbiais* ou *preposicionais*, sendo os primeiros estruturados por *advérbio + sintagma preposicional* (como em [*perto d[a casa]*]) e os últimos por *preposição + sintagma nominal/sintagma adverbial* (como em [*a[o redor]*] e [*por [baixo]*], respectivamente). Ainda segundo o autor (CASTILHO, 2012, p. 589),

Note-se que em alguns casos uma preposição prefixou-se ao advérbio, regramaticalizando-se. Assim, em *dentro*, *depois*, *através* e *además* perdeu-se no português contemporâneo a percepção de que as preposições *de* e *a* tinham-se fixado aos advérbios *intro* > *entro*, donde *de* + *intro* = *dentro*; *post* > *pois*, donde *de* + *pois* = *depois*; *través*, donde *a* + *través* = *através*; *magis* > *mais*, donde *a* + *de* + *mais* = *además*.

Como podemos perceber, advérbios e preposições têm uma relação íntima que já pode ser percebida, inclusive, em uma perspectiva histórica (diacrônica). A linha que os separa, de fato, é muito tênue, causando problemas classificatórios e de definição. Assumimos, aqui, uma postura estrutural e sincrônica em relação à definição desses itens e de locuções por eles formadas, de modo a separar as noções de *forma* e *função* e tentar “clarear” um pouco essas questões.

Assim, embora aqui tenha sido definido para o professor um estatuto teórico das ditas preposições essenciais e acidentais, bem como das locuções prepositivas, considerando o caráter polêmico e complexo da delimitação dessas questões, as locuções prepositivas e as preposições chamadas “acidentais” por alguns gramáticos não foram incluídas na lição do aluno.

3.2 Preposições Lexicais e Funcionais

Embora no capítulo do aluno não sejam problematizadas algumas questões que serão abordadas aqui, essa decisão foi tomada, também, por questões didáticas. Em primeiro lugar, podemos dizer que se escolheu dividir o capítulo das preposições em *lexicais* e *funcionais* (incluindo a maior parte delas na designação *lexical*) para enfatizar o caráter semântico das preposições: aquelas que têm algum traço de significado lexical, e aquelas em que não se identifica sentido algum. Sabe-se, entretanto, que, tradicionalmente, preposições *lexicais* introduzem *apenas adjuntos*, enquanto preposições *funcionais* introduzem *apenas complementos*, como afirma Miotto et. al. (2007, p. 97):

Se um constituinte tem a forma de PP e a função de argumento, a preposição que o encabeça vai ser do tipo funcional: ela não contribui para fixar o papel semântico do seu complemento. Se, por outro lado, o constituinte tem a forma de PP e função de adjunto, a preposição que o encabeça vai ser do tipo lexical: o papel semântico do seu complemento é fixado por ela.

(Entende-se aqui PP como sintagma preposicional ou agrupamento de palavras encabeçado por preposição, e *argumento* como complemento). Em outras palavras, quando a preposição é funcional introduz um complemento e não contribui para definir o papel semântico (ou *função semântica*) do seu complemento. Esse tipo de preposição, além disso, não teria traços de sentido definidos. Já a preposição lexical introduz tradicionalmente adjuntos e define a função semântica do elemento que a segue.

Entretanto, para o aluno, foram apresentadas como lexicais todas aquelas preposições em que é possível identificar *algum traço de sentido*, mesmo que introduzam complementos. Por isso, nas preposições funcionais do capítulo apresentado ao aluno, temos tão poucos itens, nos quais não se pode identificar nenhum traço semântico. A existência de preposições ditas *semanticamente* lexicais introduzindo complementos é explicada pelo chamado *processo de gramaticalização*. Esse processo diz respeito a uma alteração semântica que ocorre nas preposições, podendo levar uma preposição inicialmente lexical (ou seja, *menos gramaticalizada*, com bastante conteúdo semântico e introdutora de adjuntos) a se tornar funcional, adquirindo o caráter de preposição *mais gramaticalizada* (com pouco ou nenhum conteúdo semântico e introdutora de complementos). Esse processo, porém, acontece num

continuum, de modo que temos dois polos de uma escala e vários níveis entre eles. Assim, segundo Kleppa (2008),

Podemos entender, através da noção de gramaticalização, que as preposições da língua portuguesa apresentam comportamentos semântico, morfológico e sintático variados, conforme o **grau de gramaticalização** de cada uma. Acreditamos que o estabelecimento do grau de gramaticalização das preposições da língua portuguesa seja uma questão de gradiência, não de categoria.

Dessa forma, entendemos que poderíamos classificar, de modo mais coerente, as preposições no PB de acordo com o grau de gramaticalização, sendo as chamadas preposições mais gramaticalizadas *normalmente* introdutoras de argumentos e as menos gramaticalizadas *geralmente* introdutoras de adjuntos. Na nossa classificação feita para o aluno, podemos dizer que as preposições lexicais, assim como afirmam alguns autores (como CASTILHO, 2012, por exemplo), podem introduzir tanto complementos quanto adjuntos. Quando introduzem complementos, são mais gramaticalizadas, possuindo menos conteúdo semântico (embora seja possível identificar algum) e não atribuindo função semântica (nesses casos, geralmente, a função semântica do complemento é definida pelo verbo). Como um exemplo desse caso, poderíamos citar a preposição *com* no exemplo “Maria concorda com João”, em que *com* introduz um complemento e traz uma ideia de *companhia*, mas não possui tanto valor semântico quanto quando, a mesma preposição, menos gramaticalizada, introduz o adjunto em “João foi ao cinema com Maria”, em que está claro que João foi ao cinema *acompanhado de* Maria. No primeiro caso, a função semântica do complemento é definida pelo verbo, enquanto no segundo a função semântica do adjunto é definida pela preposição. Entretanto, para o aluno, classificamos como lexicais ambos os casos da preposição *com* – introduzindo complementos ou adjuntos.

Kleppa (2008) considera as preposições mais gramaticalizadas tanto como introdutoras de complementos quanto como introdutoras de adjuntos. A diferença é que, no segundo caso, o que resta de seu conteúdo semântico fica mais claro. A autora defende ainda que as preposições mais gramaticalizadas são mais comuns, por serem introdutoras de ambas as funções sintáticas, enquanto as preposições menos gramaticalizadas introduziriam apenas complementos, sendo, assim, menos comuns. Como exemplos de preposições mais gramaticalizadas e, portanto, muito frequentes em PB, Kleppa (2008, p. 112) aponta seis itens lexicais: **a**, **com**, **de**, **em**, **para** e **por**. Castilho (2012) parece ser o único gramático que

também faz essa classificação de acordo com os graus de gramaticalização das preposições, trazendo em seu capítulo a respeito do sintagma preposicional uma linha onde localiza as preposições gradualmente, da menos gramaticalizada até a mais gramaticalizada, na seguinte ordem (CASTILHO, 2012, p. 588): **contra; sem; até; entre; sobre; sob; por; com; a; em; de; para**. Deixamos a critério do leitor avaliar esse ordenamento das gradações, acrescentando apenas que há uma linha divisória na tabela apresentada pelo autor, através da qual Castilho divide a classe das preposições menos gramaticalizadas da classe das mais gramaticalizadas, situando na primeira classe o grupo que vai da preposição *contra* até a preposição *sob* e na segunda classe o grupo que vai da preposição *por* à preposição *para*.

Teoricamente, se houvesse uma preposição considerada “a preposição mais gramaticalizada do PB”, essa não teria sentido algum, enquanto aquela que seria “a menos gramaticalizada” teria um sentido completamente lexical. Como sabemos, isso não acontece, visto que, via de regra, todas as preposições funcionam, de alguma maneira, como palavras gramaticais. Cançado (2009), entretanto, traz uma outra classificação que parece interessante: a autora separa as preposições em *predicadoras* (ou lexicais), *funcionais* e *inerentes*. As preposições chamadas por Cançado de *predicadoras* seriam as preposições lexicais introdutoras de adjuntos; as *funcionais* seriam aquelas que introduzem três tipos diferentes de argumentos (que não serão detalhados aqui, por não serem relevantes para essa discussão) e, por fim, as *inerentes* seriam justamente aquelas preposições a que chamamos funcionais e que introduzem argumentos, mas sem contribuir com conteúdo semântico algum para definir a função semântica do argumento (aquelas que, para o aluno, chamamos enfim de funcionais). Para a autora, as primeiras determinam a função semântica do adjunto; as segundas não determinam a função semântica, mas contribuem para *especificá-la*; e as últimas não trazem nenhuma contribuição de sentido, sendo inerentes ao verbo e a sua estrutura argumental. É, com certeza, uma classificação interessante, embora com alguns detalhes discutíveis, que não serão abordados aqui.

PARA SABER MAIS:

1. CANÇADO, Márcia. Argumentos: complementos e adjuntos. In: Revista Alfa, São Paulo, 53 (1): 35-59, 2009.

2. CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012. 1ª edição, 2ª reimpressão.
3. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. 4ª edição.
4. KLEPPA, Lou-Ann. Preposições mais gramaticalizadas nos dicionários escolares. IN: Veredas, Revista de Estudos Linguísticos. 1/2008, p. 112 – 128.
5. LEMLE, Miriam. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português*. São Paulo: Ática, 1984.
6. KLEPPA, Lou-Ann. Preposições mais gramaticalizadas nos dicionários escolares. IN: Veredas, Revista de Estudos Linguísticos. 1/2008, p. 112 – 128.
7. LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2002. 2ª edição.
8. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2007. 3ª edição.
9. PERINI, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.
10. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984 [1970]
11. SICA, Marianne Borges. A descrição do sintagma preposicional em português. Trabalho de conclusão de curso. Letras, UFRGS, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70661/000877108.pdf?sequence=1>. Último acesso em 26/11/2014.

Lição 4: Usos dos artigos no português brasileiro

4.1 A natureza dos artigos no PB

Segundo Negri (1988), a classe dos artigos é um grupo de palavras composto por poucos itens (como se sabe, *o, a, os, as, um, uma, uns, umas*), subdivididos “conforme o critério de maior ou menor ‘definição’” (p. 17). Assim, ainda segundo a autora, como são muito poucos elementos lexicais que compõem essa classe, os gramáticos tradicionais costumam, de modo geral, apenas listá-los e dividi-los conforme o critério exposto, sem maiores reflexões. Entretanto, há uma diferença de funções entre os artigos definidos e indefinidos. Segundo Negri (1988, p. 17 - 18),

(...) o artigo indefinido das línguas naturais efetua uma operação de *extração*, i.e., a de extrair um elemento discreto qualquer de um conjunto dado, enquanto que o definido, os demonstrativos e os possessivos executam a operação de *flechagem* (indicação), i.e., a de distinguir um indivíduo já isolado de sua classe, ou seja, particularizar um elemento já previamente extraído.

Embora Negri (1988) inclua também os demonstrativos e possessivos (ambos determinantes) em suas delimitações, nos interessa aqui olhar com mais cuidado os artigos, tópico deste capítulo e do capítulo 3 do aluno. O artigo indefinido seleciona um elemento qualquer a partir de um grupo, enquanto o definido aponta para um elemento em particular, conforme podemos atestar através dos exemplos abaixo:

1. Hoje apareceu [*um* gato preto] na minha rua.
2. Cuidado com [*o* cachorro].
3. [*O* gato preto que apareceu na minha rua] era da vizinha.

No primeiro exemplo, temos um gato qualquer que seria, segundo Negri (1988), “extraído” do grupo dos gatos pretos. Já nos exemplos 2 e 3 temos animais que são, por algum motivo, particularizados – são, também nas palavras da autora, “flechados”, ou seja, apontados diretamente, especificados. No exemplo 2, teríamos um caso de “flechagem situacional”, “(...) em que o locutor designa um elemento presente para os dois interlocutores

na situação não expressa linguisticamente” (NEGRI, 1988, p. 18). Já no exemplo 3, teríamos um caso de “flechagem contextual”, “(...) em que o locutor designa um elemento já presente no discurso, seja já mencionado na cadeia anterior, (...) seja mencionado na sequência do discurso” (NEGRI, 1988, p. 18).

O que Negri (1988) aponta a partir desses autores são, na verdade, casos de indefinição (como no exemplo 1, em que se introduz um elemento não específico e novo no discurso), dêixis (como no exemplo 2, em que o artigo definido aponta para um elemento conhecido pelos interlocutores por estar presente no contexto) e anáfora ou catáfora (como no exemplo 3, em que temos uma anáfora, se o entendermos como subsequente do exemplo 1, ou uma catáfora, se o considerarmos isoladamente, caso em que o artigo definido aponta para um referente que será especificado na descrição que o segue).

Olhando sob a perspectiva do referente do SN, que pode ser conhecido (ou não) pelos falantes, podemos entender, como diz Castilho (2012), o artigo definido como um “marcador de informação conhecida”, enquanto o artigo indefinido marcaria uma informação nova ou *desconhecida*, que passará a ser conhecida (e, portanto, específica) pelos falantes na sequência, razão pela qual já na segunda menção a um mesmo referente se usaria o artigo definido. A esse respeito, Negri (1988) afirma que há uma regra em português a qual dita essa “organização” linguística. Para explicá-la, dispõe do seguinte exemplo⁹⁴ (p. 22):

4. Um menino esteve aqui ontem. Um menino trouxe os livros que você pediu.

Segundo a autora, o SN *um menino* que inicia a segunda sentença deste exemplo só pode ser entendido como outro referente, diferente daquele SN da primeira frase. Caso quiséssemos nos referir ao mesmo menino, deveríamos retomá-lo através do artigo definido ou de outro anafórico, como um pronome demonstrativo:

5. Um menino esteve aqui ontem. *O* menino trouxe os livros que você pediu.
6. Um menino esteve aqui ontem. *Esse* menino trouxe os livros que você pediu.

Nas palavras da autora (NEGRI, 1988, p.23),

⁹⁴ Os exemplos de outros autores apresentados aqui foram renumerados por questões de melhor organização textual.

Existe, no caso de enunciados do tipo (4), uma regra de dependência, em português, quanto ao uso de determinantes na segunda ocorrência do SN. O artigo definido (ou outro anafórico) é obrigatório em casos como (5), que apresentam correferencialidade e menção prévia do nome sobre o qual já operou o indefinido. A gramática tradicional, quando do tratamento dos artigos, não prevê essa relação necessária.

Assim, nesses casos, há uma regra que provém de uma relação explícita que vai de indefinição para definição do referente na passagem do artigo indefinido para o definido, ou na explicitação do definido através do indefinido que o segue, contribuindo, inclusive, para a progressão textual. Entretanto, como sabemos, nem sempre temos um referente que é apresentado e, a seguir, retomado; ou, ainda que exista essa sequência, nem sempre o referente é exatamente o mesmo, para que se possa estabelecer tão claramente essa relação.

Othero & Haag (2003) nos trazem uma luz para essa discussão. Afora casos idiossincráticos já apresentados isoladamente na lição do aluno (isto é, exceções e regras puramente normativas gramaticais), há contextos bastante sistemáticos em que usamos o artigo definido sem um antecedente (ou seja, introduzindo referentes, *aparentemente*, novos no discurso). Entretanto, os autores nos mostram que, na verdade, não há uma ancoragem propriamente correferencial, mas há uma *anáfora referencial, associativa*, também chamada de *ancoragem semântica*. Tomemos como exemplo o enunciado a seguir, apresentado pelos autores no texto supracitado (p. 2):

7. Nós visitamos *um museu* fantástico. **As esculturas** eram belíssimas, e **os quadros** eram todos de pintores renomados. [*grifos dos autores*]

Nesse exemplo, temos um termo introduzido por artigo indefinido, *um museu*, e a seguir outros dois, *esculturas* e *quadros*, introduzidos por artigos definidos. Nesse caso, percebe-se que os três itens possuem referentes diferentes, mas, ainda assim, os dois últimos apresentam-se iniciados por artigos definidos. Se o leitor prestar atenção, perceberá que há uma relação semântica entre eles. Nas palavras de Haag & Othero (2003, p. 2),

(...) o termo *um museu* designa uma entidade diferente das descrições definidas que vêm logo em seguida, *as esculturas* e *os quadros*. Porém, essas duas descrições mencionadas apresentam uma relação semântica com sua *âncora textual*, a expressão *um museu*, de forma que as expressões referenciais definidas *as esculturas* e *os quadros* ativam novos referentes, reativando, ao mesmo tempo, um referente já

introduzido no texto, *um museu*. Por isso, chamaremos essa relação de referência (e não de correferência) de *anáfora associativa*. Ou seja, **as descrições definidas não são exatamente novas no discurso nem retomam um termo anterior**. Elas estão ancoradas na existência de uma expressão já mencionada no texto. **[grifos dos autores]**

Assim, percebemos que, quando o contexto linguístico apresentado nos permite introduzir um referente novo através de um artigo definido, esse referente tem uma relação semântica com outros termos do texto (suas *âncoras*), estando, portanto, ancorado no contexto semântico. Considerando essas ideias, parece-nos agora mais claro como é possível identificar os casos em que se usam os artigos definidos (e não os indefinidos, como seria de praxe) para introduzir novos referentes no discurso.

Dessa forma, excetuando casos idiossincráticos, poderíamos entender o artigo definido como um introdutor de referentes conhecidos ou ancorados no discurso (através das *anáforas associativas*), e o artigo indefinido como um introdutor de referentes novos (desconhecidos) ou genéricos, como já explicitado no material do aluno.

4.2 A descrição definida e a ancoragem semântica

Como vimos em retomadas como as dos exemplos 5 e 6 acima (p. 3), numa anáfora propriamente dita “o referente e seu antecedente representam a mesma entidade” (HAAG & OTHERO, 2003, p. 3). Entretanto, em uma *anáfora associativa*, o referente não representa a mesma entidade que seu antecedente (razão pela qual não será chamado de *antecedente* e sim de *âncora textual*), mas entidades semanticamente relacionadas que permitem que expressões anteriores sirvam de âncoras textuais para descrições definidas que as seguem. Para exemplificar o que foi disposto, os autores trazem os seguintes enunciados (p. 3, **grifos dos autores**):

8. Entrei *no restaurante*, e **o garçom** veio me atender.
9. Comprei *três livros* ontem. **Os autores** estarão fazendo uma sessão de autógrafos amanhã.

Nesses exemplos, a expressão *o restaurante* serve de âncora para a expressão definida *o garçom*, enquanto a expressão *três livros* serve de âncora para a expressão definida *os*

autores. Ambos são exemplos de anáforas associativas visto que, nesses casos a descrição definida refere-se a uma entidade diferente de sua âncora textual. Ainda assim, a âncora permite que se crie um contexto semântico para que a descrição definida que a segue seja introduzida com sucesso.

Ainda segundo Haag e Othero (2003), as relações semânticas entre as anáforas associativas e suas âncoras textuais podem ser de variados tipos. Assim, embora aparentemente difíceis de identificar suas ocorrências, as anáforas associativas possuem uma característica comum bastante marcada: o termo que serve de âncora está em um mesmo campo semântico que o termo ancorado. Para identificar as anáforas associativas, podemos aplicar um teste proposto pelos autores: troca-se a descrição definida por outra de valor semântico bem diferente da original. Se a frase se tornar inaceitável no contexto, significa que a descrição definida apresenta uma relação de anáfora associativa com um termo anterior que lhe serve de âncora textual. Tomando o exemplo dos autores (p.5),

10. Entrei em *um restaurante* e **o garçom** veio logo me atender.

podemos dizer que a expressão definida *o garçom* está ancorada semanticamente na expressão indefinida anterior, *um restaurante*. Assim, se trocássemos a expressão definida por outra de campo semântico diverso, a frase 10 (repetida a seguir como 10a) se tornaria inaceitável, como mostram os autores (p. 5):

10a. *Entre em *um restaurante* e **o lutador de sumo** veio logo me atender.

Assim, esse teste nos permite identificar a anáfora associativa estabelecida entre os termos *um restaurante* e *o garçom*, depreendendo, através da relação semântica existente entre eles, que a descrição definida está ancorada no SN indefinido anterior, que lhe serve, portanto, de *âncora textual*.

As relações que podem existir, contudo, entre a descrição definida e sua âncora textual podem ser de variados tipos, sendo onze deles descritos por Haag e Othero (2003) (a saber: **hiponímia, meronímia, repetição do nome-núcleo, nominalização, inferência, antonímia, oposição semântica, propriedades, frames, papéis temáticos de um verbo e membros de**

um grupo). O leitor que desejar saber os detalhes sobre cada um desses tipos pode consultar o trabalho dos autores, cuja referência é indicada no final deste capítulo.

4.3 SNs nus: a ausência do artigo em SNs do PB

Segundo estudos feitos por Llorach (1970) *apud* Negri (1988) a respeito dos artigos no espanhol, o valor semântico desses itens seria definido em contraste com os contextos em que se verifica a sua ausência. Assim, a pragmática estaria diretamente relacionada à definição da semântica do artigo, pois seu significado dependeria dos usos da língua feitos pelo falante (LLORACH, 1970, p. 169):

Já que o artigo não desempenha por si só uma função na oração, sua presença ou ausência depende, ao contrário, da situação ou do contexto, em última análise de como o falante enfoca a experiência que comunica.

Assim, a ausência do artigo, como já era de se esperar, também *significa* (estabelece significado) no PB. Se temos a presença do artigo definido ou indefinido situando ou introduzindo os itens no discurso, a sua ausência também será significativa e trará interpretações diferentes daquelas acionadas pela sua presença. Segundo Müller (2002), as sentenças 34 *a* e *b*, por exemplo, possuem significados diferentes:

11.

34a. Ele não encontrou *livro escolar* na FNAC.

34b. Ele não encontrou *um livro escolar* na FNAC.

A única diferença estrutural entre as sentenças acima é que a primeira possui um *nominal nu* como complemento do verbo (*livro escolar*), e na segunda o SN complemento é introduzido por um artigo indefinido. Entretanto, apenas na sentença 34b podemos identificar um referente *discreto*, caso em que poderíamos parafrasear o exemplo como “Tem um certo livro escolar que ele não encontrou na FNAC” (Müller, 2002, p. 332). Apesar de uma sentença como essa ser mais específica que a sua paralela com nominal nu, ainda assim pode ser considerada *indefinida* por não se referir a um livro específico (ou seja, em oposição a *o*

livro). Assim, 34a pode ser entendida como tendo um significado *genérico* (cf. Müller 2002) ou como se referindo a uma *espécie* (cf. Oliveira, 2010).

Müller (2002) propõe enquadrar o PB em alguma das tipologias linguísticas propostas por Chierchia (1998)⁹⁵ a partir de um critério semântico chamado *Parâmetro Nominal*. Embora não tenha sucesso na tentativa de realizar essa classificação do PB, o parâmetro em questão diz respeito a certas propriedades dos SNs nas línguas naturais e, para realizar tal tentativa, a autora apresenta algumas características dos nominais nus no PB, nas quais nos deteremos aqui, dado o caráter da nossa discussão.

Segundo Müller (2002, p. 331), “Em Português Brasileiro, nominais nus [singulares] e plurais nus parecem ocorrer livremente em posição de argumento”, já que as respostas às perguntas a seguir são perfeitamente possíveis e comuns, como mostram os seguintes exemplos trazidos pela pesquisadora:

12. O que você fez hoje de manhã?

- a. Eu li *revista*.
- b. Eu comprei *sapato*.
- c. Eu tirei *fotografia*.

13. Quem gosta de brincar?

- a. *Criança* gosta de brincar.
- b. *Cachorro* gosta de brincar.
- c. *Brasileiro* gosta de brincar.

Com esses exemplos, a autora mostra que os nominais nus podem ocorrer em PB em posição argumental (de sujeito ou objeto do verbo) e possuem, quando no singular, uma interpretação “universal” em sentenças genéricas, como as apresentadas acima. Segundo ela, os SNs desse tipo poderiam ser substituídos pelas expressões genéricas ou *universais* “todo(a) N”, como mostram os exemplos abaixo:

⁹⁵ CHIERCHIA, G. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics*, n. 6, 1998, p. 339 – 405.

14. *Cachorro* gosta de osso.
 b. *Todo cachorro* gosta de osso.
15. *Professor* é trabalhador.
 b. *Todo professor* é trabalhador.

Esses SNs nus sem número, segundo Müller, também não estabelecem relações de escopo e não possuem leituras específicas, como vimos no exemplo 34. Assim, eles podem ser entendidos como tendo um comportamento *massivo* em PB, ou seja, “possuindo uma denotação não-discreta” (MÜLLER, 2002, p. 332). Ainda segundo a linguista, uma sentença como a do exemplo 39 a seguir,

16. Jorge sempre lê *revista* depois do jantar,

significa que “Jorge lê um número indefinido de revistas depois do jantar. Na verdade, Jorge não precisa nem ler uma revista inteira” (p. 332). Portanto, a interpretação é genérica e não denota um item em relação a outros, seja ele definido ou indefinido, específico ou genérico, mas um conjunto de coisas, por assim dizer, um significado *massivo*. Esse comportamento pode ser atestado pelo fato de que os nominais nus sem número, como chama Müller, não podem co-ocorrer com a palavra *cada*, uma vez que “não são capazes de fornecer um conjunto sobre o qual o quantificador distributivo *cada* possa distribuir” (MÜLLER, 2002, p. 332). Assim, uma sentença como 17 a seguir é agramatical em PB, mas um exemplo como 18 (que contém um artigo indefinido) é perfeito:

17. *Cada aluno leu *livro de linguística*.
 18. Cada aluno leu *um livro de linguística*.

Esses nominais nus em PB, por outro lado, podem ocorrer com o que a autora chama de “quantificadores tipicamente massivos”, como a palavra *suficiente* (que só é usada com termos massivos) ou a palavra *muito*, como vemos nos exemplos abaixo:

- 19. Tem muito livro na estante.
- 20. Já comi chocolate suficiente por hoje.

Assim, podemos entender os nominais nus sem número como ocorrendo em sentenças ditas genéricas, com uma leitura universal (como exemplificamos aqui segundo Müller, incluindo a palavra todo(a) antes do nominal). Entretanto, embora a autora não considere possível entender que nesses casos temos uma denotação de espécie, Oliveira (2010) assume essa possibilidade. Para a autora, em sentenças como as apresentadas a seguir, entende-se o nominal nu como denotador de uma espécie, ou seja, uma *classe de indivíduos*:

- 21. *Brasileiro* gosta de futebol.
- 22. João ama *cachorro*.
- 23. *Dinossauro* está extinto.

Para explicar sua interpretação de exemplos como os apresentados acima, a autora assume formas lógicas para tanto, que aplica, por exemplo, ao enunciado apresentado aqui como 23. Segundo Oliveira (2010), podemos dizer informalmente que, nesse caso, “o predicado ‘está-extinto’ aplica-se à soma máxima de indivíduos” (p. 121). Essa interpretação, porém, não seria possível para a mesma sentença, porém agora com o definido genérico, como em 24:

- 24. O dinossauro está extinto.

Embora ambos os exemplos denotem espécie, essa denotação acontece de maneiras diferentes. Segundo Oliveira (2010, p. 121), “o definido singular denota um indivíduo espécie diretamente, ao passo que em 46 (...) a referência à espécie é realizada indiretamente, através da soma máxima”. Ainda segundo a autora, para Müller não existiria uma forma lógica para a sentença 47 (ao menos não a considerando na interpretação de *espécie*), já que, segundo Oliveira, essa sentença seria agramatical para aquela autora.

Independentemente das posições assumidas pelas autoras citadas, podemos perceber que nominais nus sem número são, sem dúvida, nominais genéricos, que correspondem,

portanto, ou a uma leitura universal do referente, ou uma leitura em que o SN designa uma espécie.

Em relação aos nominais nus plurais, podemos, segundo Müller (2002), ter duas interpretações, de acordo com o nominal; entretanto, nesses casos, a autora assume a possibilidade de interpretação do SN como referente a uma espécie. Assim, a esse respeito, a autora apresenta a discussão acerca dos nomes contáveis e incontáveis no PB. Segundo ela (p. 333),

(...) o plural de um nome contável em PB pode indicar tanto uma pluralidade de indivíduos, quanto uma pluralidade de espécies. O plural de um típico nome de massas, entretanto, indica apenas uma pluralidade de espécies.

Como exemplos, a linguista apresenta as seguintes sentenças:

25. Eu comprei muitos livros.

26. Eu comprei muitos óleos.

No caso do exemplo 25, em que temos um nominal contável (livro), a sentença pode significar que o indivíduo comprou muitos livros (itens, exemplares), ou que comprou muitos *tipos* de livros. Já no caso do exemplo 26, em que temos um nominal incontável em PB (óleo), a única interpretação disponível é que o indivíduo em questão comprou muitos *tipos* de óleos. Assim, para esses tipos de nominais teremos apenas a interpretação de *espécie*. Além disso, cabe ressaltar que, embora não explique em que casos essa afirmação é tomada como verdadeira, a autora também apresenta algumas outras sentenças em que um nominal no plural funciona com a mesma denotação de espécie, como em seus exemplos 30 e 31, aqui retomados como 27 e 28:

27. *Cachorros* gostam de *ossos*.

28. *Professores* trabalham muito.

O que podemos concluir a partir da discussão apresentada aqui é que, enquanto nominais nus sem número podem indicar ideias genéricas, leituras universais ou denotar espécie, os nominais nus plurais possuem forte tendência a denotar espécie. De qualquer

forma, em ambos os casos, sem dúvida, os nominais nus *significam* em PB e fazem-no de forma bem diferente dos artigos definidos ou indefinidos.

PARA SABER MAIS:

1. CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012. 1ª edição, 2ª reimpressão.
2. CHIERCHIA, G. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics*, n. 6, 1998.
3. HAAG, Cassiano; OTHERO, Gabriel de Ávila Othero. Anáforas associativas nas análises das descrições definidas. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V.1, n.1, agosto de 2003.
4. LLORACH, E. A. Estudios de gramática funcional del español. Madrid, Gredos, 1970, *apud* NEGRI, Lígia. Artigo definido: sintaxe ou pragmática? *Revista Letras*, Curitiba, n. 37, p. 17 – 28. Curitiba, 1988. Editora UFPR.
5. MÜLLER, ANA. Nomes nus e o parâmetro nominal no português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, n. 58, p. 325 – 337. Jul/dez 2002. Editora UFPR.
6. NEGRI, Lígia. Artigo definido: sintaxe ou pragmática? *Revista Letras*, UFPR, número 37, págs. 17 – 28. Curitiba, 1988.
7. NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
8. OLIVEIRA, Roberta Pires de. O singular nu denota espécie: uma investigação empírica. *D.E.L.T.A.*, 26:1, 2010, p. 115 – 139.

Lição 5: Concordância nominal no PB

Conforme foi explicitado na lição do aluno, de maneira geral, os elementos periféricos dos sintagmas nominais (SNs) – os determinantes, qualificadores, quantificadores, etc. – concordam em gênero e número com o núcleo do SN. Essa regra geral de concordância se aplica à grande maioria dos casos do português brasileiro mais monitorado, salvo algumas exceções que também foram apresentadas na lição. Já na variante menos monitorada, essa regra nem sempre se aplica e, embora uma boa parte dos falantes mais escolarizados acredite que isso aconteça por puro descaso ou desconhecimento por parte dos falantes menos escolarizados, há algumas razões estruturais - bastante claras, até - para esse fenômeno, que serão explicadas melhor neste capítulo. Aqui também trataremos de algumas questões semânticas, históricas e contextuais que perpassam esse tópico da concordância, seja de gênero, seja de número.

5.1 Algumas considerações sobre gênero e número

Como se sabe, geralmente os professores de PLA encontram bastante dificuldade em auxiliar de forma consistente os aprendizes de Português como Língua Adicional no que diz respeito à marcação⁹⁶ de gênero e número nos nomes, já que algumas línguas não apresentam esse tipo de propriedade morfológica (como o chinês, por exemplo), ou apresentam o fenômeno de maneira diferente (como o inglês e o alemão, por exemplo). Vejamos a seguir algumas considerações sobre a marcação dessas propriedades nos nominais do PB.

5.1.1 Gênero

Estruturalmente, o gênero (feminino) em português é marcado através do *sufixo flexional* ou *desinência de gênero*, representada graficamente pelo morfema /A/, em oposição

⁹⁶ Usamos esse termo para nos referir à determinação de quais palavras são masculinas e quais são femininas, aspecto bastante complicado para esses aprendizes, que necessitam memorizá-las, especialmente nos casos particulares, aqueles que fogem à regra mais produtiva em português (masculino terminado por -o, feminino terminado por -a).

ao morfema zero do masculino⁹⁷ – por isso dizemos que o masculino é o gênero não marcado na nossa língua, como foi explicado de forma mais simplificada na lição do aluno.

No caso do gênero em português, especialmente, têm-se um problema bastante significativo, uma vez que, enquanto a marcação de número parece relacionar-se à realidade de forma muito mais próxima (já que – salvo poucas exceções – quando se designa quantidade superior a um, usa-se o plural), a marcação de gênero é de alguma forma arbitrária. O gênero, embora pareça correspondente a sexo (gênero biológico), em verdade não possui como única relação essa característica, uma vez que substantivos que designam entidades inanimadas também possuem gênero, como mostramos na lição do aluno. Essa, aliás, é uma das propriedades da língua que atestam o fato de que gênero é apenas mais uma classe puramente gramatical. A esse respeito, Bagno (2011, p. 688) afirma:

(...) é totalmente equivocado falar do “sexo das palavras”, como às vezes se lê em textos assinados por não especialistas. As palavras não têm sexo, elas têm **gênero gramatical** e é por mero capricho da sorte que, na nossa língua, a divisão se faz entre masculinos e femininos. Afinal, não há nada além da convenção que explique por que *garfo* é do gênero masculino e *colher*, do feminino. Nem por que *sol* é masculino e *lua* feminino (em alemão é o inverso). **[grifos do autor]**

Aprendizes de língua portuguesa geralmente marcam as palavras terminadas por *-a* como femininas e as terminadas por *-o* como masculinas – o que, embora sirva como uma regra muito produtiva, nem sempre se verifica. É comum, portanto, ouvirmos falantes não-nativos falando *a problema* e *o moto*, por exemplo. Além disso, há, ainda, aqueles substantivos que possuem vogal temática *-e* ou *-é*, como *ponte* e *café*, sendo o primeiro masculino e o segundo feminino. Há, também, substantivos terminados por consoantes como *-l*, *-r*, *-z*.

Entre os adjetivos, por exemplo, que geralmente flexionam para concordar em gênero e número com o nome a que se referem, há alguns que não possuem flexão, como os adjetivos terminados pela vogal temática *-e*, que mantêm a mesma forma no feminino e no masculino. Bagno afirma que a marcação de gênero nos adjetivos, por exemplo, não altera em nada a compreensão do enunciado – defendendo, portanto, que a flexão de gênero nos itens periféricos do SN é redundante, como veremos mais adiante. O fato de segmentarmos os nomes nas classes de gênero *masculino* e *feminino* reflete uma organização eminentemente

⁹⁷ Conforme Câmara Jr. (1985 [1970]). Em consonância com o mesmo autor, o grau dos adjetivos não foi aqui abordado, visto que consideramos esse processo como derivação – e não como flexão.

gramatical (em latim clássico, os substantivos eram flexionados em três grupos – masculino, feminino e *neutro* –, reduzidos a dois no português moderno – masculino e feminino; há línguas, como as línguas do grupo Níger-Congo, faladas na África, que flexionam os nomes em 16 classes). Como afirma Bagno (2011, p. 678),

As palavras do latim clássico eram classificadas em três gêneros (masculino, feminino e neutro), enquanto as línguas românicas (com exceção do romeno) desconhecem o gênero neutro. A existência de adjetivos que têm a mesma forma no masculino e no feminino é a prova de que a inexistência de marca morfológica de gênero não altera em nada a compreensão do enunciado: *homem/mulher grande; limão/maçã verde; animal/planta silvestre; país/cidade natal; partido/agremiação socialista* etc. [*grifos do autor*]

Para algumas idiossincrasias, entretanto, há razões históricas. Bagno afirma, ainda, que certas palavras terminadas em *-a*, hoje masculinas, eram femininas no português arcaico, sendo comum, até entre os falantes nativos (que dirá entre os falantes não-nativos...), classificá-las como femininas. A esse respeito, Bagno (2011, p. 690), afirma:

Por exemplo, como muitas das palavras femininas em português terminam com a vogal *-a*, é natural que todas as palavras terminadas com essa vogal sejam intuitivamente classificadas pelos falantes como do gênero feminino – assim era, no português arcaico, com as palavras *planeta, cometa, fantasma*, entre outras. Só no Renascimento, quando foram elaboradas as primeiras gramáticas da língua portuguesa, essas palavras foram reconduzidas ao gênero masculino, gênero que têm na língua grega, de onde todas procedem. Em francês, no entanto, isso não aconteceu, e até hoje são femininas as palavras *planète e comète*...

Como podemos perceber, a história da língua portuguesa pode nos esclarecer alguns *porquês* relativos a irregularidades aparentemente sem motivação. Embora essa explicação, infelizmente, não chegue a ser suficiente para que criemos alguma sistematização mais *prática* a respeito dessa irregularidade, Bagno nos apresenta duas generalizações interessantes, de base histórica.

A primeira delas diz respeito às palavras terminadas em *-ema, -oma* e *-grama*, que são sempre masculinas (BAGNO, 2011, p. 690):

Também são de origem grega, e do gênero masculino lá e cá, as palavras terminadas em *-ema* (*sistema, cinema, problema, edema, tema, lema, poema* etc.), em *-oma* (*diploma, sintoma, carcinoma* etc.) e as palavras terminadas em *-grama* (*programa, telegrama, anagrama, quilograma* etc.).

Em relação a esse tópico, o autor faz uma ressalva, dizendo que, por serem de uso muito frequente, algumas palavras já teriam passado ao gênero feminino, como é o caso de *telefonema* e *grama* (como em *duzentas gramas de presunto*)⁹⁸. Ainda segundo ele, curiosamente, (BAGNO, 2011, p. 690) “a palavra *mapa*, que era feminina em latim e no português medieval, hoje só é usada no masculino: *o mapa*”. Assim como ela, a palavra *dia*, que “tinha tudo para ser do gênero feminino (como era em latim)” (p. 690), hoje é masculina.

A segunda generalização diz respeito às palavras terminadas em *-or*, que seriam sempre masculinas: *o horror*, *o pavor*, *o suor*, *o calor* etc. Fogem a essa regra as palavras *cor* e *dor*, femininas.

Além dessas, podemos acrescentar às generalizações propostas por Bagno (2011), a seguinte regra, trazida por Cunha e Cintra (2007, p. 204) a respeito dos substantivos terminados em *-ão*: “dos substantivos terminados em *-ão*, os concretos são masculinos e os abstratos femininos”. Como exemplo, os autores trazem as seguintes palavras: *agrião*, *balcão*, *algodão* e *feijão*, masculinos; *educação*, *produção*, *opinião* e *recordação*, femininos. Essa regra aparece porque, como se sabe, são femininos os substantivos terminados em *-ão* que são derivados de verbos.

Há, ainda, uma determinação de gênero bastante curiosa e muito usada no dia-a-dia, classificada por Azeredo (2013) como “gênero por elipse”. Cabe, portanto, trazer ao aluno alguma consideração a esse respeito. Vejamos a definição do autor (p. 161):

[gênero por elipse] é o fundamento do processo pelo qual o gênero do substantivo base de uma construção é estendido ao nome que, com a elipse da base, passa a significar o todo. Acham-se nesse caso nomes como *rádio*, feminino com o significado de ‘emissora de rádio’; *América*, masculino com o significado de ‘clube esportivo’; *fila*, masculino com o significado de ‘cão de fila’.

Por fim, há os casos em que a mudança de gênero leva à mudança de significado. São exemplos as seguintes palavras, selecionadas dos exemplos de Azeredo, os quais o autor separa em dois grupos (2013, p. 162):

⁹⁸ Embora o autor apresente essas duas exceções, concordamos apenas com a segunda – a palavra *telefonema* nos parece ainda muito empregada como masculina. A palavra *grama*, no entanto, realmente é muito usada como feminina, inclusive nos exemplos citados (não apenas referindo-se à grama do jardim, como seria o previsto de acordo com a norma padrão). Entendemos que a palavra *grama* estaria quase concluindo o processo de transição do gênero masculino para o feminino.

Grupo A: Nomes que diferem no gênero e na forma

balanço – balança, barco – barca; barraco – barraca; bicho – bicha; bolso – bolsa [etc.]

Grupo B: Nomes homônimos de gênero diverso

o cabeça – a cabeça; o guarda – a guarda; o caixa – a caixa; o capital – capital [etc.]

Como pudemos ver, o gênero dos nomes no PB, de maneira geral, segue a regra *masculinos são terminados em –o e femininos, em –a*. Há, entretanto, variadas exceções, que são o grande problema para os aprendizes de PLA. Entretanto, embora essas exceções sejam, de maneira geral, bastante arbitrárias, como vimos, há certas regras que podem nos ajudar a sistematizar algumas dessas exceções.

5.1.2 Número

A categoria de número, como apresentamos na lição do aluno, corresponde, de forma muito mais sistemática, aos “fatos reais”, extralinguísticos, já que geralmente o singular designa um único item e o plural dois itens ou mais. Há algumas exceções, mas essas são em menor número do que no caso da marcação de gênero. Estruturalmente, o plural é marcado nos nomes através do *sufixo flexional* ou *desinência de número plural*, o morfema -s (e seus alomorfes), em oposição ao *morfema zero* do singular - por isso, dizemos que, em português, o singular é o número não marcado.

As principais exceções (além dos nomes incontáveis, que já foram discutidos na lição do aluno) são algumas palavras que seriam sempre empregadas no plural, como *férias, costas, óculos, cuecas, calças, tesouras*, etc. Nesses casos, no uso feito no PB, observa-se que as palavras *férias* e *costas* não costumam ser usadas com determinante singular (*a férias; *a costas), nem mesmo excetuando-se o morfema de plural (*as férias; *as costas), sendo mais facilmente aceitável *as férias* e *as costas*, referindo-se a tais conceitos como um elemento só. No caso da palavra *óculos*, costuma-se usar tanto *os óculos* quanto *o óculos* para se referir a uma unidade e *os óculos* para mais de uma, mas sempre mantendo o morfema de plural /S/ no final da palavra (o qual, nesse caso, já perdeu quase completamente a força indicativa de plural para os falantes do PB atual). Já no caso das palavras *cuecas, calças, tesouras*, é muito comum utilizar-se o singular para se referir a uma unidade (cueca, calça, tesoura), e o plural

para se referir a mais de uma (cuecas, calças, tesouras), evitando-se, assim, possíveis ambiguidades. Bagno (2011, p. 709) também traz explicações históricas para esse fato:

Existiam em latim palavras que só eram usadas no plural e recebiam, por isso, o nome de *pluralia tantum* ('só plural'). No português clássico, alguns substantivos também eram empregados exclusivamente no plural. Como eles se referiam, porém, a um objeto único, os falantes passaram a empregar tais palavras no singular.

Em seu texto, o autor lamenta o fato de que dicionários como Houaiss e Aurélio Século XXI adotem um tom prescritivista em relação ao uso dessas palavras, mesmo que no segundo encontremos a seguinte definição para o verbete *pluralia tantum* (Houaiss, consulta em dicionário eletrônico):

PLURALIA TANTUM

Rubrica: gramática.

expressão latina com que são referidos os substantivos de uma língua cuja forma é um plural morfológico, mas que semanticamente podem denotar uma única unidade; trata-se sempre de referentes formados de partes simetricamente duplicadas (p. ex. *tesouras, calças, óculos, ceroulas, tenazes*)

Uso

embora o emprego do pl[ural] para indicar uma só parelha seja normal no português, registra-se uma dicotomia de tendência: de um lado, para obviar possíveis ambiguidades e explicitar a unidade, o locutor refere-se a *um par de tesouras, de alicates, de pinças* etc.; de outro, esp[ecialmente] no port[uguês] do Brasil, consuma-se o quase geral emprego do sing[ular] nos mesmos casos: *uma tesoura, uma tenaz, a minha calça, a cueca*.

Nos casos como os de *tesouras, cuecas, calças, ceroulas*, a noção de conjunto de duas partes simetricamente duplicadas já se perdeu, de modo que se usa, portanto, *a tesoura, as tesouras; a cueca, as cuecas; a calça, as calças; a ceroula, as ceroulas*. Entretanto, como afirma Bagno (2011, p. 709 – 710), esse fato não é admitido pelos gramáticos e dicionaristas tradicionais, ainda que haja fortes razões para se adotar essa posição.

5.2 Considerações sobre a concordância nominal no PB

Analisando a utilização da concordância nominal feita no PB mais monitorado, em comparação com a variedade menos monitorada, percebe-se que praticamente não há mudanças em relação à marcação de gênero. Entretanto, na marcação de número, observa-se bastante diferença entre as duas variedades. Enquanto na variedade mais monitorada faz-se a concordância de todos os itens periféricos flexionáveis do SN com o núcleo a que esses elementos se referem, na variedade menos monitorada a marcação de plural normalmente só acontece no primeiro elemento do sintagma nominal. Ainda segundo Bagno (2011), também há razões para esse fato. Segundo o autor (p. 702),

[...] A concordância nominal não é um traço universal das línguas, ou seja, nem todas as línguas do mundo a apresentam e, além disso, as que apresentam exibem graus muito variados da incidência da concordância. A conclusão a que se chega é a de que **a concordância não é indispensável** para a manutenção das interações entre os indivíduos de uma comunidade por meio da língua. **[grifos do autor]**

Assim, o cancelamento das marcas de plural a partir do segundo elemento do SN acontece por um princípio conhecido como *princípio de economia linguística*, já que a concordância no PB é redundante, como afirma Bagno (2011, p. 705):

A concordância nominal, tanto quanto a verbal, é **redundante** (ou **tautológica**). Exatamente por isso é que, ao longo da história de suas línguas, os falantes têm abandonado muitas regras de concordância, sem que a comunicação tenha sofrido nada em sua eficiência. Já vimos que isso se deve à ação do princípio sociocognitivo de economia linguística. No entanto, como é importante preservar a informação do **número**, as marcas morfológicas de plural permanecem no elemento que encabeça o sintagma nominal, isto é, nos **determinantes**. [...] Esse processo não é exclusivo do PB, pois é exatamente o que ocorre em línguas como o francês, o africâner, o caboverdiano, o haitiano, entre muitas outras línguas do mundo. **[grifos do autor]**

Como afirma Bagno, esse processo de não marcação ou cancelamento da marcação de concordância nominal (no caso do PB, especialmente do cancelamento das marcas de plural) nos elementos do sintagma nominal, com exceção daquele correspondente à primeira posição (geralmente ocupada por um determinante), não é exclusivo do PB. A razão para esse cancelamento das demais marcas de plural no PB é que a concordância nominal é redundante, sendo de certa forma natural eliminá-la.

A esse respeito, Perini (2010) afirma que, embora “no padrão escrito” a concordância de número se faça da mesma forma que a de gênero, ou seja, o núcleo determina o número dos demais elementos do SN, o PB trata essa regra de forma diferente. De acordo com Perini (2010, p. 282),

A marca de plural, a saber, o sufixo *-s* (e suas variantes alomórficas), o mais das vezes, ocorre apenas no primeiro elemento do SN, quando este é um determinante, um quantificador ou um possessivo (ou seja, os elementos pré-nucleares, exceto o modificador). [...] Se não há termos pré-nucleares, o núcleo pode aparecer sem marca de plural, e nesse caso a concordância é toda feita no singular.

Além disso, o autor fixa esse comportamento do PB como aceitável e ainda destaca que “essas são regras gerais do PB, seguidas por praticamente todos os falantes, de todas as classes sociais e de todas as regiões. Não se trata de linguagem ‘inculta’, ou ‘regional’, mas do vernáculo comum a todos os brasileiros” (PERINI, 2010, p. 282). A esse respeito, Castilho (2012, p. 461) afirma:

tem-se dito que a concordância no PB tende a uma enorme simplificação, se não mesmo ao desaparecimento. Scherre (1988, 1996) tem mostrado um quadro diferente, em seus estudos sobre a concordância nominal. Vê-se ali que as regras de concordância na modalidade popular do PB são altamente sofisticadas.

Segundo o autor, portanto, as regras de concordância “na modalidade popular do PB” são bastante sofisticadas. Isso significa dizer que o cancelamento das marcas de plural, que ocorre normalmente a partir do segundo elemento do SN, não é feito ao acaso, aleatoriamente, mas seguindo uma organização estrutural bastante definida. Assim, segundo Scherre e Naro (2006),

A variedade zero de plural, quando percebida, é julgada pela tradição e pelos falantes como índice de não saber falar português. Todavia, diversos estudos têm evidenciado que a variação de concordância de número no português brasileiro é sistematicamente regida por restrições linguísticas e não-linguísticas.

Deixando as motivações extra-linguísticas momentaneamente de lado (a saber, fatores como escolarização, faixa etária, sexo, classe social, etc.), e atendo-nos às variáveis linguísticas atuantes nesse processo, cabe salientar as análises feitas por Scherre e Naro a respeito da chamada *saliência fônica*. Os autores categorizaram dados de três amostras da

comunidade de fala do Rio de Janeiro, sendo uma de 1980 e duas de 2000, conforme o que segue (2006, p. 113 – 114):

Categorizamos também os dados da concordância nominal em função da saliência fônica. Em [6], estão os pares com o traço [-saliente]: eles exibem apenas a inserção da uma marca explícita de plural {S} em sílaba não-acentuada (*casa/casas*; *árvore/árvores*) ou são monossílabos de uso átono (*o/os*). Em [7], estão os pares com o traço [+saliente]: eles exibem acento na sílaba que recebe a marca explícita de plural (*café/cafés*) ou são monossílabos de uso tônico (*meu/meus*), apresentam mudanças morfofonológicas na relação singular/plural (*rapaz/rapazes*; *dólar/dólares*; *avião/aviões*; *lençol/lençóis*) ou evidenciam plural bimorfêmico (*ovo/ovos*):

[6] *casa*Ø/ *casa*S; *árvore*Ø/ *árvore*S; *o*Ø/ *o*S

[7] *café*Ø/ *café*S; *meu*Ø/ *meu*S
*rapaz*Ø/ *rapaz*ES; *dólar*Ø/ *dólar*ES
*avião*Ø/ *avião*ES; *lençol*Ø/ *lençol*IS
*ovo*Ø/ **ovos**
[grifos dos autores]

Através de análises da variável saliência fônica nas amostras de fala coletadas, os autores concluíram (SCHERRE & NARO, 2006, p. 114):

Os resultados [...] indicam que o efeito da saliência fônica atua de forma incônica e sistemática nos dados das três amostras: menos saliência fônica na relação singular/plural dos itens nominais, menos concordância nominal explícita; mais saliência fônica na relação singular/plural dos itens nominais, mais concordância nominal explícita.

Assim, formas como *casa* – *casas*, desfavorecem a marcação de plural, enquanto formas como *flor* – *flores* (com *saliência fônica*) favorecem essa marcação. Há, entretanto, outras forças estruturais, além dessa, que atuam igualmente no sentido de manutenção dessa variação linguística. Ainda segundo os autores, além da saliência fônica, já destacada em estudo de 1998 e retomada no estudo de 2006 citado acima, outra variável importante para o entendimento da variação na concordância de número é a *posição*.

Para tratar dessa variável, Scherre e Naro (1998) analisam amostras extraídas do banco de dados do *Corpus Censo* do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), grupo de pesquisa da UFRJ, utilizando “um conjunto de programas computacionais apropriados” (SCHERRE & NARO, 1998, p. 2). Foram analisadas 64h de gravações, e os autores verificaram especialmente dois pontos em suas análises: primeiro, se os elementos periféricos do SN se localizavam antes ou depois do núcleo; segundo, no caso dos elementos nucleares,

verificaram qual era sua “posição linear na cadeia sintagmática” (p. 9). Após a devida análise, os autores do estudo chegaram à seguinte conclusão:

Para os elementos nominais que não exercem a função de núcleo dos sintagmas nominais, o que importa é a sua posição em relação ao núcleo. Elementos não nucleares à esquerda do núcleo favorecem marcas explícitas; elementos não nucleares à direita do nome desfavorecem-nas. Os núcleos, por sua vez, favorecem mais marcas explícitas se ocuparem a primeira posição na cadeia sintagmática, ou seja, se estiverem linearmente mais à esquerda na construção. (...) Portanto, a generalização mais importante que queremos focalizar neste trabalho (...) é que a posição à esquerda – a posição de proeminência tópica – favorece mais marcas explícitas de plural do que a posição à direita, (...) independentemente do nível de escolarização dos falantes.

Assim, podemos dizer que itens lexicais com menos saliência fônica e mais à direita na cadeia sintagmática tendem a cancelar a marcação de plural, e itens lexicais com mais saliência fônica e mais à esquerda, tendem a mantê-la. Para Scherre e Naro (1998, p. 13),

(...) a variação na concordância no português falado no Brasil está definitivamente internalizada na mente de seus falantes. Neste momento da língua, trata-se de uma variação inerente, altamente estruturada em função de aspectos linguísticos e sociais, (...) sendo, portanto, possível se prever em que estruturas linguísticas e em que situações sociais os falantes são mais propensos a colocar ou não todas as marcas formais de plural nos elementos flexionáveis das diversas construções.

Assim, essa variação se mostra bastante sistemática e ordenada, estando presente, sem dúvida, no PB atual. Por outro lado, se em alguns estudos mais recentes verificou-se alguma tendência de recondução à norma padrão⁹⁹, isso se deve, segundo os mesmos autores, a forças sociais que estigmatizam as variantes que fogem à norma padrão. Segundo Scherre e Naro (2006, p. 114 – 115),

Capturamos o papel de forças sociais no incremento da mudança em direção à norma de prestígio, aqui exemplificadas pelo efeito dos anos de escolarização, mas evidenciamos também que forças linguísticas, aqui exemplificadas pela saliência fônica, mantêm efeito forte e uniforme em dados das três amostras. [...] Dizendo de outra forma, os resultados apresentados até o momento indicam que, para este fenômeno variável estigmatizado, atuam com igual vigor restrições sociais, como força propulsora em direção à norma padronizada, e forças estruturais, como mantenedoras da heterogeneidade ordenada do sistema vigente. Em mudanças dessa natureza, fluxos e contrafluxos são naturais, tendo em vista que os falantes ou grupos de falantes apenas transitam por mais ou menos concordância em termos de

⁹⁹ Fato, esse, que não será abordado detalhadamente aqui, dados os limites de tempo e escopo deste trabalho, mas que pode ser encontrado em outros estudos de Scherre e Naro, como em um dos estudos aqui citados, a saber, SCHERRE & NARO, 2006.

percentagens globais – mudanças superficiais – , que não afetam a essência dos sistemas envolvidos.

Por isso, podemos dizer que essas variantes coexistem no PB atual, sendo ambas legítimas e atestadas na língua, considerando-se que seu uso depende de questões estruturais e contextuais.

PARA SABER MAIS:

1. AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2013.
2. BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
3. CASTRO, Ana; FERRARI-NETO, José. Um estudo contrastivo do PE e do PB com relação à identificação de informação de número no DP. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 65-76, março, 2007
4. BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Revista Veredas*, v. 1, 2011.
5. CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012. 1ª edição, 2ª reimpressão.
6. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. 4ª edição.
7. CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985 [1970].
8. PERINI, Mário A. *Modern Portuguese Grammar*. Yale Language Series, 2002.

9. PERINI, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.
10. SCHERRE, M. Marta P. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos. *Lingüística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
11. CHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: Ruffino, Giovanni (org). *Dialettologia, geolingüística, sociolingüística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523. 1998.

Lição 6: Uso e colocação dos pronomes oblíquos no PB

Quando falamos em *pronomes* no português brasileiro, faz-se ainda mais necessário distinguir a variedade mais monitorada – aquela descrita nas gramáticas normativas tradicionais – da variedade menos monitorada da língua – aquela apresentada normalmente em gramáticas descritivas do PB atual, que tentam trazer aos seus leitores a norma utilizada pelos brasileiros no cotidiano. Esse fato se deve à grande diferença que existe entre a utilização que é feita do sistema pronominal (especialmente no que diz respeito aos pronomes oblíquos) na língua mais monitorada em relação à variedade menos monitorada.

No PB mais monitorado, o sistema pronominal é composto pelas seguintes formas, já apresentadas na lição do aluno, repetidas na tabela a seguir:

Pessoa	PB Formal ou Mais Monitorado	
	Pronome-sujeito	Pronome-complemento
1ª pessoa do singular	Eu	Me, mim, comigo
2ª pessoa do singular	Tu, você	Te, ti, contigo, você
3ª pessoa do singular	Ele, Ela	O, a, lhe, se, si, consigo
1ª pessoa do plural	Nós	Nos, conosco
2ª pessoa do plural	Vocês	Vocês
3ª pessoa do plural	Eles, elas	Os, as, lhes, se, si, consigo

TABELA 1: PRONOMES NO PB MAIS MONITORADO

A variedade mais monitorada do PB, portanto, conserva certas formas para os pronomes-complemento, como as formas átonas *o, a, os, as*, que já são consideradas pouco ou nunca usadas no PB menos monitorado – Perini (2010), por exemplo, não as apresenta no seu quadro pronominal do PB. Assim, temos, nesse quadro, uma variedade maior de pronomes-objeto, de colocação mais restrita.

Outra diferença importante é que aqui não temos a forma reta *a gente*, embora essa já seja pertencente ao quadro pronominal do PB, usada comum e cotidianamente pelos brasileiros em ambas as posições sintáticas (como sujeito e objeto). Autores como Castilho (2010) e Neves (2011), admitem em suas gramáticas que “na linguagem coloquial, o

sintagma nominal A GENTE é empregado como **pronome pessoal**” (NEVES, 2011, p. 469, *grifos da autora*).

Não se usa, entretanto, nem no PB mais monitorado, a forma de segunda pessoa do plural *vós*. Embora ainda descrita em certas gramáticas normativas (como em ROCHA LIMA, 1984, por exemplo), esse pronome é extremamente restrito no PB atual, em todas suas variedades. Encontra-se, apenas, em cultos religiosos ou em contextos extremamente cerimoniais. Como afirma Menon (1995, p. 91), “É fato inquestionável que *vós* já desapareceu completamente do uso – tanto oral como escrito – no português do Brasil, [...] independente de região”.

Além de todas essas diferenças de elementos que compõem a tabela acima, em relação ao que conhecemos da variedade coloquial, sabe-se que existe grande diferença no emprego desses pronomes, especialmente no que diz respeito à sua colocação (posição) na estrutura frasal. No PB menos monitorado, como podemos observar na tabela a seguir, por exemplo, as formas pronominais de terceira pessoa são exatamente as mesmas em ambas as colunas, tanto na posição de sujeito, quanto na posição de objeto:

PB Informal ou Menos Monitorado	
Pronome-sujeito	Pronome-complemento
Eu	Me, mim, comigo
Tu, você	Te, ti, contigo, você
Ele, Ela	Ele, Ela
Nós, a gente	Nos, a gente
Vocês	Vocês
Eles, Elas	Eles, Elas

TABELA 2: PRONOMES NO PB MENOS MONITORADO

A esse respeito, Menon (1995) afirma que, enquanto no PB mais monitorado, correspondente às tradições mais antigas, há uma diferenciação quanto ao pronome de terceira pessoa para posição de objeto direto (*o, a, os, as*) e objeto indireto (*lhe*), no PB atual essa diferenciação deixou de existir, bem como a diferença entre a forma do pronome de terceira

pessoa nas posições de sujeito e objeto, que atualmente é a mesma nesse registro (*ele, ela, eles, elas*).

Assim, são poucas as formas efetivamente oblíquas que se mantêm na variedade menos monitorada: *me, mim, comigo, te, ti, contigo e nos*. As formas *te* e *nos* ainda concorrem com as formas retas *você, tu, nós e a gente*, respectivamente, utilizadas também na posição de objeto.

Embora em relação à colocação pronominal a gramática normativa tradicional recomende, de modo geral, a utilização da ênclise, à exceção de quando há os chamados “elementos atratores”, não é o que se verifica no PB atual, especialmente na variedade menos monitorada – diferença significativa que nos fez separar a descrição dos pronomes feita para o aluno em duas partes, uma referente à utilização mais monitorada e outra em relação ao uso menos monitorado. Como regra geral da colocação pronominal no PB, em consonância, também, com as ideias de Perini (2010) e Azeredo (2013), Bagno (2011) determina: “regra **única** de colocação dos clíticos: PRÓCLISE AO VERBO PRINCIPAL” (p. 762).

Azeredo (2013) afirma que a colocação pronominal depende de “fatores de três ordens: sintática, prosódica e sociocomunicativa” (p. 258). Para o autor (AZEREDO, 2013, p. 259),

- Do ponto de vista prosódico, é necessário considerar duas variáveis:
- a) o padrão que determina a distribuição dos acentos de intensidade; e
 - b) de que modo os vocábulos átonos se subordinam aos que contêm sílaba tônica para a formação de **vocábulos fonológicos** (ver 16.12).
- Do ponto de vista sociocomunicativo, é relevante considerar a relação entre a seleção e o posicionamento dos pronomes átonos, os fatores discursivos (condições e situação do discurso) e a variedade da língua utilizada. Na variedade culta da língua, [...] empregam-se todos os pronomes átonos, com exceção da forma da segunda pessoa do plural – *vos* – exclusiva de usos muito especiais. Nos registros mais informais, [...] mesmo os falantes mais escolarizados tendem a substituir as formas oblíquas átonas *o/a/os/as* por *ele, ela, eles, elas*, quando relativas à pessoa de quem se fala, e por *te* (mais raramente *lhe*) *você, vocês*, quando relativas ao interlocutor [...].

Assim, o texto de Azeredo corrobora o que apresentamos anteriormente, mostrando que o quadro pronominal do PB atual, menos monitorado, corresponde a um número menor de formas, algumas delas usadas tanto na função de sujeito, quanto na função de objeto. Assim, pronomes-sujeito como *você, vocês, ele, ela, eles, elas* são usados, atualmente, também na posição de objeto. Quando os clíticos são usados, por outro lado, embora essa regra quebre a ordem SVO do PB, os pronomes-objeto são empregados antes do verbo,

constituindo a chamada próclise. Ainda segundo Azeredo (2013), o fator prosódico que influencia a colocação pronominal é o fator mais complexo. Segundo ele (2013, p. 259),

Notemos inicialmente que a próclise do pronome é a posição mais favorecida pelo ritmo da frase no português do Brasil, onde a raridade das formas *o/a/os/as* – mas não das formas *-lo/-la/-los/-las* – é responsável por uma situação peculiar: os pronomes átonos mais comuns são iniciados por uma consoante – *me, te, lhe, se* (reflexivo). A posição proclítica em que ordinariamente são colocados favorece o relevo fonético desses pronomes, tornando-os semitônicos. [...] Não é outra a razão do conhecido hábito brasileiro de ‘começar a frase com pronome átono’ [...].

Assim, para o autor, também há fatores prosódicos envolvidos na colocação pronominal do PB, que determinam uma organização frasal própria do PB e diferente, portanto, do PE, por exemplo. Para o autor, além disso, a ênclise no PB é um formalismo, bem como a utilização dos pronomes oblíquos átonos (AZEREDO, 2008, p. 259),

A adoção da ênclise do pronome em certas situações de fala ou em certos textos (*Refiro-me, Envio-te, Retire-se*) é um traço do formalismo exigido pelos princípios do respectivo contrato de comunicação – fator sociocomunicativo ou sociolinguístico, portanto – e não um fator de gramaticalidade. Por sua vez, no entanto, são artificiais, se não irreais, inícios de frases como *O convidei* e *As espero*, porque as formas átonas *o/a/os/as* não pertencem ao registro da língua – uso corrente mais espontâneo – em que se pratica a próclise do pronome no começo da frase.

Silveira (1997), que sistematiza o comportamento sintático dos clíticos no PB, define que, a partir de sua pesquisa, que o português brasileiro é uma língua que generaliza a próclise em todos os contextos sintáticos, independentemente do aparecimento do clítico em uma oração raiz, subordinada, ou imperativa; não tem relação com o uso de verbos finitos ou não-finitos, nem mesmo com seu elemento antecedente. Segundo a autora, a ênclise acontece quando os pronomes oblíquos átonos *o/a/os/as* são utilizados com verbos no infinitivo ou em construções passivas, tomando as formas *-lo, -la, -los, -las, -no, -na, -nos, -nas*. De modo geral, entretanto, a regra de colocação pronominal do PB é, de fato, a próclise ao verbo principal.

PARA SABER MAIS:

1. AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2013.

2. BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
3. BORGES, P. R. S. A gramaticalização de *a gente* no português brasileiro: análise histórico-social-lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
4. BRISOLARA, Luciene Bassols. Os clíticos pronominais do português brasileiro e sua prosodização. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2008.
5. CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Ele como um acusativo no português do Brasil. In: CAMARA JR. *Dispersos*. Rio de Janeiro: FGV, 1972.
6. DUARTE, Maria Eugênia L. Aspectos do sistema pronominal do português falado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. In: *Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL*. João Pessoa, PB, Brasil, 1996. p. 504-509.
7. GALVES, C. Ênclise e próclise: geometria ou álgebra, morfologia ou sintaxe? *DELTA*, 6, 2, p. 255-272, 1990.
8. LOPES, Célia R. S. *A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português*. Madrid: Iberoamericana, 2003.
9. MENON, Odete P. da S. ‘A gente’: um processo de gramaticalização. *Estudos Lingüísticos*, n. 25, p. 622-628, 1996.
10. MENON, Odete Pereira da Silva. O sistema pronominal do português. *Revista Letras*, Curitiba, n.44, p.91-106. Editora UFPR, 1995.
11. NASCENTES, A. O tratamento de “você” no Brasil. *Revista Letras*, v. 5/6, 1956.

12. NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
13. NEVES, M. H. de Moura. Os pronomes. In: ILARI, R; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil*, v. 3: classes de palavras e construções. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
14. PAGOTTO, Emilio Gozze. A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1992.
15. PEREIRA, M. G. D. A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil. Dissertação de Mestrado, PUCRJ, 1981.
16. PERINI, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.
17. SILVEIRA, Gessilene. O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística no Curso de Pós-Graduação Letras/ Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, agosto de 1997.
18. VIEIRA, S. R. A ordem dos clíticos em lexias verbais simples nas variedades brasileira, europeia e moçambicana do português. *Anais do 5º Encontro do Celsul*, Curitiba, 2003.
19. WINK, C. O., FINKENAUER L. & OTHERO, G. A. Quadro pronominal e colocação dos pronomes à luz de cinco gramáticas do português brasileiro. *Revista Domínios de Linguagem*, v.6, n.1 – 1º semestre de 2012.
20. ZILLES, A. M. S. A língua que a gente fala no Brasil. In: GUEDES, Paulo Coimbra (Org.). *Educação Linguística e Cidadania*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 175-207.

Lição 7: O uso dos pronomes demonstrativos

Segundo Bagno (2011), o português clássico apresentava uma divisão interessante entre os pronomes demonstrativos – aqueles que correspondiam à primeira pessoa, os que se referiam à segunda pessoa e, por fim, os que eram relativos à terceira pessoa. Essa característica, a que o autor chama “trivisão clássica” (p. 791), é compartilhada, segundo ele, pelo espanhol, e encontra paralelo na divisão existente entre os advérbios de lugar, conforme a tabela abaixo:

Pessoa	Demonstrativo	Advérbio
1 ^a	Este(s), esta(s), isto	Aqui, cá
2 ^a	Esse(s), essa(s), isso	Aí
3 ^a	Aquele(s), aquela(s), aquilo	Ali, lá

TABELA 1: TRIVISÃO CLÁSSICA DOS DEMONSTRATIVOS

Assim, utilizavam-se os pronomes demonstrativos de primeira pessoa *este(s)*, *esta(s)*, *isto* quando se desejava fazer referência a algo que está perto do falante; os de segunda pessoa *esse(s)*, *essa(s)*, *isso* quando se fazia referência a algo que está perto do ouvinte; e os de terceira pessoa *aquele(s)*, *aquela(s)*, *aquilo* quando se fazia referência a algo que está longe de ambos. No entanto, de acordo com dados do projeto NURC¹⁰⁰ analisados por Bagno (2011), e conforme tabela já apresentada na lição do aluno, repetida logo abaixo, os *demonstrativos com -st* estão desaparecendo no PB atual. Vejamos a tabela apresentada por Bagno (2011, p. 794), reproduzida a seguir:

¹⁰⁰ Sobre o NURC, ver Pabst (2012).

DEMONSTRATIVO	Nº	%
Esse	137	18,8
Esses	31	4,2
Essa	168	23,0
Essas	54	7,4
Isso	285	39,0
SUBTOTAL	675	92,6
Este	16	2,2
Estes	5	0,7
Esta	20	2,7
Estas	3	0,4
Isto	10	1,4
SUBTOTAL	54	7,4
TOTAL	729	100,0

TABELA 2: USOS DOS DEMONSTRATIVOS

Segundo o autor, o que se infere a partir da tabela acima é que, pelo menos na língua falada, os *demonstrativos com –st* estão, de fato, desaparecendo, como afirma claramente Bagno: “os números falam por si e comprovam o desaparecimento dos demonstrativos com –st no vernáculo geral brasileiro” (2012, p. 795). Ainda segundo o autor, essa divisão só se mantém atualmente em contextos mais monitorados da língua, conforme atesta a tabela reproduzida abaixo, que resume a análise das ocorrências dos demonstrativos com –st na amostra do NURC estudada por Bagno (p. 795):

ESTILO	Este	Estes	Esta	Estas	Isto	%
+ MONIT	13	5	19	3	9	93,1
- MONIT	3	0	1	0	1	6,9
TOTAL	54					100,0

TABELA 3: USOS DOS DEMONSTRATIVOS DE ACORDO COM O REGISTRO

Assim, os *demonstrativos com –st* são utilizados, em sua grande maioria, apenas em contextos de uso da língua mais monitorados – no caso dessa amostra, representados por elocuições de aulas de ensino superior, como afirma Bagno (2011, p. 795):

A maioria deles [dos *demonstrativos com –st*] apareceu em *elocuições formais*, isto é, em aulas de cursos superiores, onde os docentes se dirigem aos alunos com maior monitoramento da linguagem.

Para explicar o desaparecimento dessa forma pronominal, Bagno utiliza um conceito da área da fonética – o conceito de *assimilação* (2011, p. 793):

Essa perda da distinção entre *este* e *esse* [...] levou também a um emprego incomparavelmente mais intenso e frequente das formas *esse* (e flexões) e *isso*. Por que damos preferência a *esse/isso* e não a *este/isto*? Aqui as razões são de ordem fonética, e é o que vamos analisar a seguir. [grifos do autor]

Ainda de acordo com o autor, a sequência *–st*, presente nos demonstrativos, possui a tendência de sofrer assimilação, pois a sibilante [s], diversas vezes na história da língua, “promoveu esse ataque assimilatório à consoante vizinha” (BAGNO, 2011, p. 793). Seria através desse mesmo processo, portanto, que o grupo *este / esta / estes / estas / isto*, teria se fundido ao grupo *esse / essa / esses / essas / isso*, que é muito mais natural no PB. Atualmente, essa diferença foi compensada, portanto, com a utilização mais frequente dos advérbios *aqui, cá, aí, ali* e *lá*, especialmente quando se quer enfatizar a proximidade do referente com uma das pessoas envolvidas na conversação, ou com uma terceira pessoa. Para Bagno, portanto, a utilização dos *demonstrativos com –st*, bem como a diferenciação entre esses e os demais, só ocorre no PB atual mais monitorado.

Azeredo (2013), entretanto, deixa implícito em sua obra que os *demonstrativos com –st* podem aparecer em contextos menos monitorados, mas nesses casos apenas como sinônimos dos pronomes que já sofreram assimilação. Em relação ao quadro dos pronomes demonstrativos no PB atual, Azeredo (2013) apresenta um quadro correspondente ao uso padrão, que identifica como “exclusivo da modalidade escrita formal” (p. 178), e um segundo quadro, em que tanto os pronomes que sofreram assimilação, quanto os *demonstrativos com –st* aparecem correspondendo a primeira e a segunda pessoa, em oposição aos de terceira pessoa (aquele(a/s) e aquilo). Nesse último quadro, o qual o autor define como “próprio da modalidade falada” (p. 178), Azeredo inclui os advérbios de lugar que acompanham cada forma do demonstrativo, de acordo com a pessoa a que se referem (próximo ao falante – aqui; próximo ao ouvinte – aí; próximo a uma terceira pessoa – lá, ali). Vejamos os quadros I e II de Azeredo (2013, p. 178), reproduzidos como as tabelas 4 e 5 abaixo:

Quadro-resumo I (Padrão, exclusivo da modalidade escrita formal)					
	Masculino		Feminino		Neutro
	Singular	Plural	Singular	Plural	
1ª p.	Este	Estes	Esta	Estas	Isto
2ª p.	Esse	Esses	Essa	Essas	Isso
3ª p.	Aquele	Aqueles	Aquela	Aquelas	Aquilo

TABELA 4: QUADRO-RESUMO I (AZEREDO, 2013)

Quadro-resumo II (próprio da modalidade falada)					
	Masculino		Feminino		Neutro
	Singular	Plural	Singular	Plural	
1ª p.	Este/esse (aqui)	Estes/esses (aqui)	Esta/essa (aqui)	Estas/essas (aqui)	Isto/isso (aqui)
2ª p.	Este/esse (aí)	Estes/esses (aí)	Esta/essa (aí)	Estas/essas (aí)	Isto/isso (aí)
3ª p.	Aquele (lá/ali)	Aqueles (lá/ali)	Aquela (lá/ali)	Aquelas (lá/ali)	Aquilo (lá/ali)

TABELA 5: QUADRO-RESUMO II (AZEREDO, 2013)

Embora presente o quadro-resumo I, Azeredo faz ressalvas à sua própria descrição, afirmando que a distinção entre *esse* e *este* só é observada na língua mais monitorada, já que, normalmente, locutor e interlocutor estariam compartilhando um mesmo espaço (p. 248):

O quadro-resumo I [...] é mais teórico do que real, visto que a distinção entre *este/esse*, mesmo na língua escrita formal, só se observa com rigor quando é necessário deixar clara a evidência a um objeto situado no âmbito do enunciador (*este*) por oposição ao que se situa no âmbito do interlocutor (*esse*). [...] Usualmente, portanto, emissor e destinatário constituem um só âmbito – o da interlocução – por oposição a um segundo – o da terceira pessoa, externo à interlocução. A perda da distinção entre *este* e *esse* é compensada, na fala, pelo reforço dos advérbios *aqui* e *aí*, respectivamente.

Assim, Azeredo traz razões pragmático-discursivas que justificam essa nova configuração do sistema dos pronomes demonstrativos no PB, assumindo os advérbios de lugar que os acompanham como marcadores dessa diferença de espaço, caso necessário, assim como faz Bagno (2011).

Azeredo (2013) teoriza, ainda, a respeito da utilização textual desses pronomes, também apresentada por nós na lição do aluno. Segundo o autor (p. 248), “No discurso planejado, e especialmente na modalidade escrita, os demonstrativos participam da chamada

função textual da linguagem, exprimindo relações coesivas”. Isso acontece, como vimos na lição do aluno, através da utilização de *esse(s)*, *essa(s)*, *isso* e, principalmente, *este(s)*, *esta(s)*, *isto* para retomada de um referente próximo, enquanto se usa *aquela(s)*, *aquela(s)*, *aquilo* para a retomada de um referente anterior, textualmente mais longe. Vejamos os exemplos a seguir, que ilustram essa propriedade:

1. Maria e Joana são amigas. Esta é professora, aquela é advogada.

Nesse primeiro exemplo, *essa* retoma *Joana* (referente mais próximo) e *aquela* retoma *Maria*, referente textualmente mais longe. Com a utilização de tal mecanismo, é possível manter a referenciação sem repetir os elementos, tecendo a coesão textual.

2. A mãe de Paulo serviu duas tortas e alguns bombons na festa. Estes são daquela confeitaria chique, aquelas foi ela quem fez.

Nesse segundo exemplo, assim como no primeiro, a utilização dos demonstrativos na referenciação textual serve para construir a coesão, localizando textualmente os referentes e retomando-os, de modo a evitar repetições. No último exemplo, então, o demonstrativo *essa* retoma *Joana* (referente mais próximo), e o pronome *aquela* retoma *Maria*, referente textualmente mais longe. As retomadas anafóricas realizadas por tais pronomes, em casos como os aqui exemplificados, constituem um dos mecanismos de coesão textual disponíveis na língua que garantem maior clareza ao texto.

PARA SABER MAIS:

1. AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2013.
2. BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial (2011).

3. CAMBRAIA, C. N. . Demonstrativos na România Nova: português brasileiro x espanhol mexicano (dados de diálogos entre informante e documentador). *Caligrama (UFMG)*, v. 14, p. 7-34, 2009.
4. CAMBRAIA, C. N. ; BIANCHET, S. M. G. . Caleidoscópio latino-românico: demonstrativos. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 35, p. 15-35, 2008.
5. CAMBRAIA, C. N. . Demonstrativos na România Nova: português brasileiro x espanhol mexicano (dados de diálogos entre informante e documentador). *Caligrama (UFMG)*, v. 14, p. 7-34, 2009.
6. CAMBRAIA, C. N. ; BIANCHET, S. M. G. . Caleidoscópio latino-românico: demonstrativos. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 35, p. 15-35, 2008.
7. CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012. 1ª edição, 2ª reimpressão.
8. GALEMBECK, Paulo de Tarso. Os pronomes demonstrativos no português culto (falado e escrito) de São Paulo e do Rio de Janeiro. *SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, n. 15/1, p. 151-167, jun. 2012.
9. NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
10. PABST, Luiza Ujvari. Que gramática do português brasileiro usar no ensino de português como língua adicional? Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
11. PERINI, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

ÚLTIMAS PALAVRAS

Espero que este trabalho possa ultrapassar as portas da universidade, sendo útil para seu verdadeiro público-leitor: alunos e professores de PLA, estando eles na universidade ou fora dela. Minha principal intenção, portanto, é a de a primeira parte sirva como um material de apoio aos aprendizes de português brasileiro, e a segunda como uma base teórica para os professores de PLA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2013.
2. BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
3. BASSANI, Indaiá de Santana; LUNGUINHO, Marcus Vinicius. Revisitando a flexão verbal do português à luz da Morfologia Distribuída: um estudo do presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. *ReVEL*, edição especial n. 5, 2011.
4. BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
5. BORBA, Francisco da Silva, et al. *Dicionário de usos do português do Brasil*. Ed. Ática, 2002.
6. BORGES, P. R. S. A gramaticalização de *a gente* no português brasileiro: análise histórico-social-lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas. Tese de Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
7. BRISOLARA, Luciene Bassols. Os clíticos pronominais do português brasileiro e sua prosodização. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2008.
8. BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Revista Veredas*, v. 1, 2011.
9. CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985 [1970].
10. CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Ele como um acusativo no português do Brasil. In: CAMARA JR. *Dispersos*. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

11. CANÇADO, Márcia. Argumentos: complementos e adjuntos. In: Revista Alfa, São Paulo, 53 (1): 35-59, 2009.
12. CANÇADO, Márcia. 2013. *Revisitando a noção de Papéis Temáticos de Cançado (2005)*. Manuscrito. UFMG.
13. CARDOSO, Daniela. A expressão do modo imperativo no dialeto gaúcho: uma regra variável. *ReVEL*. Vol. 5, n. 9, 2007.
14. CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012. 1ª edição, 2ª reimpressão.
15. CHIERCHIA, G. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics*, n. 6, 1998.
16. CUNHA, Antônio Sérgio Cavalcante da. Estrutura tópico-comentário, a tradição gramatical e o ensino de redação. In: SOLETRAS, Ano X, N.º 20, jul./dez. 2010. São Gonçalo: UERJ, 2010.
17. CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. 4ª edição.
18. DRYER, Matthew S. Order of Subject, Object and Verb. 2013. In: Dryer, Matthew S. & Haspelmath, Martin (eds.) *The World Atlas of Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. (Available online at <http://wals.info/chapter/81>, Accessed on 2014-05-16.)
19. DUARTE, Maria Eugênia L. Aspectos do sistema pronominal do português falado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. In: *Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL*. João Pessoa, PB, Brasil, 1996. p. 504-509.

20. EIFRING, Halvor & THEIL, Rolf. *Linguistics for Students of Asian and African Languages. Chapter 3: Language Universals.* Disponível em: <http://www.uio.no/studier/emner/hf/ikos/EXFAC03-AAS/h05/larestoff/linguistics/>. Acessado em 23 de abril de 2014.
21. GALVES, C. Ênclise e próclise: geometria ou álgebra, morfologia ou sintaxe? *DELTA*, 6, 2, p. 255-272, 1990.
22. GREENBERG, Joseph H. *Universals of Language.* Cambridge, MA: MIT Press, 1963.
23. HAAG, Cassiano; OTHERO, Gabriel de Ávila Othero. Anáforas associativas nas análises das descrições definidas. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V.1, n.1, agosto de 2003.
24. HOUAISS, Instituto Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.* Versão 1.0, dezembro de 2001. Produzido e distribuído por Editora Objetiva Ltda.
25. KLEPPA, Lou-Ann. Preposições mais gramaticalizadas nos dicionários escolares. IN: Veredas, *Revista de Estudos Linguísticos*. 1/2008, p. 112 – 128.
26. LEMLE, Miriam. *Análise sintática: teoria geral e descrição do português.* São Paulo: Ática, 1984.
27. LISBOA de LIZ, Lucilene. Uma análise aspectual da construção “dar uma X- (a)da”. *ReVEL*. V. 5, n. 8, 2007.
28. LLORACH, E. A. *Estudios de gramática funcional del español.* Madrid, Gredos, 1970, *apud* NEGRI, Lígia. Artigo definido: sintaxe ou pragmática? *Revista Letras*, Curitiba, n. 37, p. 17 – 28. Curitiba, 1988. Editora UFPR.
29. LOPES, Célia R. S. *A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português.* Madrid: Iberoamericana, 2003.

30. LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2002. 2ª edição.
31. MENON, Odete P. da S. 'A gente': um processo de gramaticalização. *Estudos Lingüísticos*, n. 25, p. 622-628, 1996.
32. MENON, Odete Pereira da Silva. O sistema pronominal do português. *Revista Letras*, Curitiba, n.44, p.91-106. Editora UFPR, 1995.
33. MENUZZI, Sergio de Moura. Sobre a modificação adjetival do português. Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp, 1992.
34. MIOTO, Carlos; SILVA, Maria C. F.; LOPES, Ruth E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2007. 3ª edição.
35. MÜLLER, ANA. Nomes nus e o parâmetro nominal no português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, n. 58, p. 325 – 337. Jul/dez 2002. Editora UFPR.
36. NAGASAWA, Ellen Yurika. Resgatando a história do exame Celpe-bras: construção e disponibilização pública online do banco de dados do exame. Artigo em preparação, 2014.
37. NEGRI, Lígia. Artigo definido: sintaxe ou pragmática? *Revista Letras*, UFPR, número 37, págs. 17 – 28. Curitiba, 1988.
38. NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
39. NEVES, M. H. de Moura. Os pronomes. In: ILARI, R; NEVES, M. H. M. *Gramática do português culto falado no Brasil*, v. 3: classes de palavras e construções. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
40. OLIVEIRA, Roberta Pires de. O singular nu denota espécie: uma investigação empírica. *D.E.L.T.A.*, 26:1, 2010, p. 115 – 139.

41. OTHERO, Gabriel de Ávila. *A gramática da frase em português – algumas reflexões para a formalização da estrutura frasal em português*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
42. OTHERO, Gabriel de Ávila. Sintaxe. In: *Manual de Linguística*. SCHWINDT, Luiz Carlos (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
43. PABST, Luiza Ujvari. Que gramática do português brasileiro usar no ensino de português como língua adicional? Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
44. PAGOTTO, Emilio Gozze. A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1992.
45. PEREIRA, M. G. D. A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil. Dissertação de Mestrado, PUCRJ, 1981.
46. PERINI, Mário A. *Sintaxe portuguesa – metodologia e funções*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
47. PERINI, Mário A. *Modern Portuguese Grammar*. Yale Language Series, 2002.
48. PERINI, Mário A. *Princípios de Linguística Descritiva – introdução ao pensamento gramatical*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
49. PERINI, Mário A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.
50. PEZATTI, Erotilde Goreti. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
51. PONTES, Eunice. *O tópico no português do Brasil*. Campinas, SP: Editora Pontes, 1987.

52. PRIM, Cristina de Souza. A sintaxe de adjetivos nas posições pré- e pós- nominal. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Linguística. Florianópolis, 2010.
53. RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Ed. Caminho, 1992.
54. ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984 [1970].
55. SAMPAIO, Dilcéia Almeida. Modo imperativo: sua manifestação/expressão no português contemporâneo. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
56. SCHER, Ana Paula. “Verbos Leves no Português do Brasil: o caso de DAR e as categorias aspectuais” In: Anais do II Congresso Nacional da Abralín, Florianópolis, 2000.
57. SCHER, Ana Paula. As Construções com Verbo Leve dar e Nominalizações em -ada no Português do Brasil. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.
58. SCHERRE, M. Marta P. A norma do imperativo e o imperativo da norma: uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
59. SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: Ruffino, Giovanni (org). *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 5:509-523. 1998.

60. SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro. In: Scripta, Belo Horizonte, v.9, n. 18, p. 107 – 129. 1º semestre de 2006.
61. SICA, Marianne Borges. A descrição do sintagma preposicional em português. Trabalho de conclusão de curso. Letras, UFRGS, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70661/000877108.pdf?sequence=1>. Último acesso em 26/11/2014.
62. SILVA, Vivian da & Menuzzi, Sergio. O Infinitivo Flexionado: uma questão gramatical ou de estilo? Monografia de especialização. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
63. SILVEIRA, Gessilene. O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística no Curso de Pós-Graduação Letras/ Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, agosto de 1997.
64. WINK, C. O., FINKENAUER L. & OTHERO, G. A. Quadro pronominal e colocação dos pronomes à luz de cinco gramáticas do português brasileiro. Revista Domínios de Linguagem, v.6, n.1 – 1º semestre de 2012.
65. ZILLES, A. M. S. A língua que a gente fala no Brasil. In: GUEDES, Paulo Coimbra (Org.). *Educação Linguística e Cidadania*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012, p. 175-207.